

REVISTA
DO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
E
HISTÓRIA MILITAR
DO
BRASIL



ANO: 78 N° 106 2019

ISSN: 0020-3890



EXPEDIENTE

O IGHMB foi fundado em 7 de novembro de 1936. Órgão Consultivo Oficial dos Assuntos de Geografia e História Militar reconhecido pelo Decreto nº 27.512, de 26 Nov 49, e Órgão de Utilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro pela Lei nº 2.217, de 28 Ago 73. Filiado à Comissão Internacional de História Militar

Diretor e editor da Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil
Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz

Secretário

Cel Cláudio Luiz de Oliveira

Conselho Editorial – Diretor

Cel Antônio ferreira Sobrinho

Membros do Conselho Editorial

Cel Antônio Ferreira Sobrinho
Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz
Cel Manoel Cândido Andrade Netto

Casa Histórica de Deodoro
Praça da República, 197 – Centro
Rio de Janeiro, RJ – Brasil
CEP: 20.211-350
Tel (21) 2232-2691
ighmb.org.br
ighmb-historiamilitar@hotmail.com

3 – Editorial

5 – A pena de Marte
Prof. Fábio Neves Luiz Laurentino

17 – Os franceses na História Militar Colonial brasileira
Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz

27 – Os holandeses e a numismática brasileira
Antônio Tomaz

34 – General Gabino Suzano de Araújo Besouro
Sten José Carlos Meireles da Silva

54 – A primeira fase da Guerra da Tríplice Aliança e o fechamento do Instituto de Menores Artesãos
1º Ten Douglas de Araújo Ramos Braga

70 – Modelos Globais
Cel Av Manuel Cambeses Júnior

74 – Doutrina: princípio ou procedimento?
Cel Av Tacarijú Thomé de Paula Filho

79 – O Regimento 9 de Julho na Revolução Constitucionalista de 1932
Cap PM Fernando de Medeiros Vasconcelos

85 – Correspondentes de guerra
Prof. Cleber Almeida de Oliveira

119 – Transmissões da FEB
Prof. Israel Blajberg

129 – A Marinha na Amazônia Oriental
CMG Ricardo Jacques Ferreira

151 – Resenha – *Extermine o inimigo*
Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz

Editorial

É com satisfação que disponibilizamos para os associados e para o público interessado a edição de 2019 da revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Nossa instituição destina-se ao estudo, pesquisa e divulgação da história militar, da geografia, da estratégia, da geopolítica, das relações internacionais, dentre outros temas afins.

No intuito de oferecer aos nossos leitores uma variada gama de conhecimentos, disponibilizamos, na presente edição da revista, artigos que abarcam um amplo espectro de tempo, que vai desde a Antiguidade clássica até temas da Contemporaneidade.



O artigo *A Pena de Marte* trata da evolução da arte da guerra na Antiguidade e no Medievo, sob a ótica do historiador português Rui Bebiano.

O período colonial brasileiro é estudado em dois trabalhos. O primeiro analisa as incursões de corsários e as tentativas dos franceses de instalarem colônias no Brasil português, entre os séculos XVI e XVIII. Outro artigo aborda o uso de moedas pela

Companhia das Índias Ocidentais holandesa durante a ocupação do Nordeste brasileiro, verificada entre 1625 e 1654.

A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, tema constante em nossa Revista, é contemplada



com pesquisas sobre Gabino Besouro, célebre voluntário da Pátria que alcançou o generalato durante a República; e tratando do Instituto de Menores Artesãos, instituição que precisou fechar suas portas em razão do conflito.

No plano da geopolítica, publicamos um trabalho sobre os modelos globais, uma homenagem póstuma ao coronel aviador Manuel Cambeses Júnior, destacado articulista e ex-vice-presidente do Instituto, falecido em 2019.

Um interessante ensaio destaca a dicotomia doutrinária entre princípio e procedimento, aplicada à aviação de caça, com fulcro na história da Segunda Guerra Mundial.

Dois artigos estudam a participação do Brasil no conflito mundial, um abordando o papel dos correspondentes de guerra junto à Força Expedicionária Brasileira, e outro analisando a atuação da arma de Comunicações, na época denominada Transmissões e vinculada à Engenharia.

A revista publica, ainda, um artigo sobre a atuação da Cavalaria

da Força Pública de São Paulo por ocasião da Revolução de 1932, e outro tratando do importante papel desempenhado pela Marinha do Brasil na Amazônia Oriental

Finalizando nossa revista, destacamos o livro do professor Denison de Oliveira, *Extermine o inimigo*, que realiza um estudo analítico das forças blindadas brasileiras durante a Segunda Guerra Mundial.

Desejamos uma boa leitura.

O editor.

A Arte da Guerra no Mundo Antigo e Medieval e sua influência no sistema moderno português: comentário de A Pena de Marte, de Rui Bebiano

Fábio Neves Luiz Laurentino ^a

Resumo: Rui Bebiano em *A pena de Marte: escrita da guerra em Portugal e na Europa (sécs. XVI – XVIII)* estuda o desenvolvimento de uma discursividade a propósito da problemática da guerra em Portugal entre os séculos XVI e XVIII, a partir da carência coletiva ou individual de imaginar e de organizar, no domínio conceitual, a própria prática da guerra. Entre os objetivos principais deste estudo, o autor procura definir, desde o seu início, uma busca de conexões e de sentidos que toma a atividade bélica como fenômeno histórico crucial na sociedade portuguesa, e que representa, nas palavras do autor, algo que se encontra por fazer. O presente artigo tem um objetivo mais sucinto e pragmático: levantar a discussão, atuação e bibliografia em torno da influência da Arte da Guerra no Mundo Antigo e Medieval no modo de fazer a guerra em Portugal entre os séculos XVI e XVIII, encontrado no capítulo introdutório desta obra.

Palavras-chave: História Militar, Guerra em Portugal, Rui Bebiano.

INTRODUÇÃO

É a partir de duas problemáticas que se define todo o estudo de Rui Bebiano em *A Pena de Marte: escrita da guerra em Portugal e na Europa (sécs. XVI-XVIII)*: a busca

de conexões e de sentidos que toma a atividade bélica como fenômeno histórico cultural em Portugal entre os séculos XVI e XVIII, e a luta para alterar uma certa noção de progressiva decadência da “questão militar”, que em determinada altura

a Historiador. Mestrando em História Militar pela Universidade de Lisboa..



serviu para caracterizar essa época na história de Portugal, segundo uma historiografia liberal, como forma de entendimento crítico de um período marcado pela acentuada centralização do poder político.

Todo esse estudo, explica o autor¹, é orientado não só por sua definição disciplinar na história militar, mas também no campo da história das ideias, tendo como principal foco a história do pensamento europeu, baseando-se nos escritos de Frank L. Baumer², Arthur O. Lovejoy³, Leonard Krieger⁴ e outros.

A obra é dividida em capítulos que se ocupam desde traçar um conjunto de conexões que vinculem a orientação tomada pela preparação e pela prática da guerra em Portugal (nos últimos séculos de sua história moderna); passa pelas estratégias criadas desenvolvidas no domínio político pelas formas supremas de poder que vão sendo estabelecidas; trata das formas de abordagem literária do problema da guerra que confluem na fixação de uma imagem desta por parte das expressões de pensamentos domi-

nantes e, em seus capítulos finais, uma análise de um discurso monárquico acerca da guerra na era moderna e um estudo aprofundado desta abordagem, pesquisando as linhas de forças que a literatura da arte militar desenvolveu em Portugal ao longo dos séculos XVII e XVIII.

É sabido que os estudos sobre história militar têm desenvolvido um crescente interesse por compreender os exércitos como um fenômeno de alcance social e econômico mais amplo, investigando questões relacionadas com logística, origem de recrutamento, abastecimento, impacto das guerras e outras questões. Na literatura militar, é de fundamental valor olhar para os tratados militares como fontes, para se fazer novas perguntas e questionamentos. Segundo Bermejo⁵, é a partir dos anos 2000 que autores ibéricos (dentre eles Rui Bebianno) assinalam a necessidade de investigar o que denominavam como “cultura militar”, um campo que incluía as influências que esses tratados militares poderiam ter na sociedade.



Assim, nosso compromisso neste artigo remete-se a olhar para uma bibliografia relativa à tratados militares sobre a influência do Mundo Antigo e Medieval no sistema militar moderno português, discussão contida no capítulo introdutório desta obra. É de interesse ressaltar que este breve paper trabalhará somente com o capítulo introdutório desta obra e tratará somente das questões da guerra terrestre, deixando para outro momento as reflexões da guerra no mar com suas dimensões e complexidades muito próprias.

GUERRA E HISTÓRIA EM PORTUGAL

Tendo a guerra como seu foco principal, analisa Bebiano através da consideração de Gaston Bouthoul⁶, que a violência é a grande responsável por produzir memória histórica. É neste sentido que o autor faz uma linha do tempo sobre a organização de uma memória das coisas da guerra, exemplificando

como nasce e se justifica a consagração de uma violência guerreira.

Neste ponto, Bebiano exemplifica no mundo grego a declarações de Heraclito de Éfeso de como guerra é um instrumento indispensável para a ordem providencial⁷. Em Heródoto, Tucídides ou Xenofonte, que escreveram em busca de uma explicação para conflitos que estavam próximos do seu tempo (as guerras Pérsicas e do Peloponeso) e que representaram vitórias vitais para afirmação da civilização da qual pertenciam, ou em Tito Lívio e Suetônio sobre o contexto romano, ou ainda, no período medieval, as canções de gesta, tendo como exemplo máximo a *Chanson de Roland*⁸, lembrando os atos dos companheiros de Carlos Magno. Na Renascença, mesmo na sua revolução cultural, não se alterou os fundamentos da organização de uma memória das coisas da guerra, a atividade intelectual tem como referência do heroico o passado clássico, que era ainda, em grande parte, aquele que tinha sido traçado nos campos de batalha⁹. Durante o período moder-



no, com o surgimento das academias constituídas por iniciativa régia, dá corpo a esta tendência, tornando-a “oficial” e dominante. A *Académie Française*, fundada em 1635 com apoio do cardeal Richelieu, é um instrumento importante para um conjunto de propagandistas do poder na França, por exemplo, na busca de uma assunção de soberania imperial europeia, designada para a reunificação da cristandade, a partir de uma absoluta primazia guerreira.

Segundo Bebiano, assim, a história afirmava-se como gênero literário, assumindo, nessas condições, o papel de uma espécie de cenário cultural do poder: “ao mesmo tempo que o panegirista preservava para o futuro as glórias do seu tempo, o historiador, mobilizado ao serviço dos mitos mais caros do absolutismo, fornecia encadeamento criteriosamente elaborados de um passado que deveria apresentar-se como modelar”¹⁰.

Em Portugal não será diferente. A partir dos séculos XI e XII, no contexto da Reconquista, na

segurança dos espaços conventuais¹¹, desenvolve-se uma tradição que culminará nos denominados cronicões, textos imprescindíveis para o conhecimento dos primeiros passos da história portuguesa, sendo identificada e estudada por Pierre David¹². As *Chronicon Conimbricense*, a *Chronica Gothorum*, as chamadas “pequenas crônicas” de Sant Cruz de Coimbra ou a *Crônica Geral de Espanha de 1344*, onde ocasiões de violência e guerra são marcantes, são exemplos principais¹³.

A primeiras produções historiográficas sobre os descobrimentos continuarão neste mesmo caminho: justificação para um fenômeno novo, que foram os lançamentos das campanhas do norte da África e das navegações de descobrimento, revelando, no seu essencial, relatos de guerra. Em *a Carta das Novas que vieram a El Rei nosso Senhor do Descobrimento do Preste João*¹⁴ e a *Verdadeira Informação das terras do Preste João das Índias*, de autoria do padre Francisco Álvares, em 1540, transmitem preocupação com o problema estratégi-



co em torno da presença muçulmana no espaço europeu, enquanto a *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, de Fernão Lopes¹⁵, traçam um olhar mais literário sobre a questão. Já em *o Soldado Prático*, de Diogo do Couto, ou na obra anônima *Primor e Honra da Vida Soldadesca no Estado da Índia* a intenção é mostrar o lado épico do evento, ao invés da enunciação dos eventos.

Com a fundação da Academia Real da História por D. João V (dezembro de 1720), antecessora da Academia Portuguesa da História, é “institucionalizada” a tendência da referência aos atos de guerra numa lógica global de afirmação do poder monárquico absoluto numa Europa barroca. Neste contexto, os escritos de Inácio Barbosa Machado, *Fastos políticos e militares* e *História Militar do Brasil*¹⁶ assumem uma característica de atos guerreiros orientados para um objetivo político e uma imagem de heroicidade de generais e nobres vividas nos territórios ultramarinos.

Já na segunda metade do século XVIII, com a fundação da Aca-

demia Real das Ciências (dezembro de 1779), inicia-se a procura de um maior rigor na fundamentação documental e maior diversidade analítica e temática na escrita da história, distanciada dos escritos ambiciosos anteriormente produzidos, este movimento é inspirado gradualmente pelos intelectuais do período iluminista. Mesmo assim, ainda há a permanência do reducionismo do objeto histórico voltada para fatos e datas, com o intuito de enaltecer o Estado e suas instituições com a trajetória dos seus heróis guerreiros.

A ESCRITA DA ARTE MILITAR NA EUROPA MODERNA

Segundo Bebiano, o processo de evolução da guerra do mundo Antigo e Medieval para a idade Moderna é acompanhada de um desenvolvimento de uma ampla e multifacetada literatura militar, produzida com uma discursividade autônoma, sendo ela indispensável para compreender o fenômeno bélico e o trajeto das instituições



militares, tanto em tempo de guerra como durante os anos de paz. Sobressaem dois autores que se mantiveram utilizados no mundo ocidental durante o medievo: Frontino Sexto, governador romano nas regiões britânicas, com seu *Strategematicon libri III* e; Flavius Vegetius Renatus, o consagrado Vegécio, com a conhecida obra *Epitoma rei militaris*, que se manteve no domínio da teoria da guerra por quase mil anos¹⁷.

Mesmo assim, Bebiano levanta a problemática¹⁸ do quão foram utilizados esses tratados, de fato, no campo de batalha, dada a limitada ou nula formação intelectual dos chefes militares, explicando a provável permanência desses escritos nas bibliotecas de palácios e de espaços religiosos ao final da idade Média.

É a partir de Raimondo Montecuccoli, italiano ao serviço dos Habsburgos, que entre 1640 e



Pormenor da *Crônica Geral de Espanha de 1344*.

Fonte: <http://edicionesboreal.com/libros-y-facsimiles/cronica-geral-de-espanha-de-1344/gmx-niv36-con738.htm>.



1670, escreve uma série de obras (sob influência de Maquiavel¹⁹) onde se buscava uma formulação geral da guerra com o propósito de domínio prático do assunto, citando autores do mundo antigo. Em *Trattato dela guerra*, *Zibaldone*, *Dell'arte militare*, *Delle Battaglie*, *Della guerra con Turco in Ungheria* e *Aforismi dell'arte bellica*, aponta para a necessidade de o chefe militar não ser apenas seguro com a espada, mas também como homem dotado de vasta formação cultural, cuja a formação livresca não seria apenas enfeite ou excentricidade.

Nos escritos do visconde de Turenne e Maurice de Saxe aparecem aprimoradas as ideias de Maquiavel sobre o uso da aritmética decimal, o cálculo dos espaços e da trigonometria como matérias necessárias para se fazer a guerra. Escreve Saxe sobre a necessidade da existência de um sistema militar, englobando todos os aspectos da guerra, reconhecendo a necessidade de observar as ideias militares do passado. Sobre a prática, se mostra discípulo de Montecuccoli,

insistindo na necessidade de cooperação das armas, criação de tropas ligeiras para uso em reconhecimento e perseguição ao adversário. Simpatizante da guerra indireta, teoriza sobre a possibilidade da vitória militar obtida sem necessariamente travar a batalha²⁰.

Igualmente destacada quando se fala sobre o processo de definição de um pensamento militar moderno, a obra do marquês de Puy-ségur, *Art de la guerre par principes et par régles*²¹, considerada como a primeira obra a propor uma teoria geral da guerra, dá real valor à observação histórica, citando Turenne, Montecuccoli, Homero, Heródoto, Xenofonte, Tucídides, Políbio, Vegécio e outros. Traz como novidade a importância da geometria em prever e regular os movimentos das tropas. Afirma Bebiano²² que esta evolução tornará imprescindível a profissionalização do militar de carreira, tornando quase inútil todo quadro militar superior que não detivesse essa espécie de conhecimento.

Já em Portugal, a origem da teoria militar nessa época perpassa



pela simples ou nula instrução dos chefes militares, era contida basicamente pelas lições colhidas através de suas próprias experiências até o reinado de D. João I. Tomará sua própria definição a partir dos “complexos histórico-geográficos”²³ do processo expansionista português, com a distribuição e presença do poderio militar português nos territórios ultramarinos. Essa produção literária está ligada nomeadamente à engenharia militar, também sobre a presença da artilharia nas fortificações coloniais e, sobretudo, destinada a formação (do ponto de vista da sua especialidade) do profissional militar²⁴.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao olhar para a literatura militar e para o ensino aprendizagem militar português no início da idade Moderna é perceptível a presença de instituições, formais ou não, associadas ao poder do Estado, ao direito e ao uso legal da violência, que são, por sua vez, permeadas de

novas realidades e comportamentos. A instituição militar é uma realidade presente no Portugal pós-medieval. A partir de um olhar tradicionalista, vê-se a instituição como uma construção natural de uma sociedade. Sob a perspectiva progressista, a instituição nasce a partir de uma criação artificial, pensada para criar realidades ou suprir velhas deficiências. Em ambas, o desenvolvimento da escrita voltada para a vida militar é presente e fundamental, onde a guerra é entendida como justa porque é necessária à sobrevivência e a um designo maior: à Deus e o Rei.

A instituição militar não existe formalmente, mas encontra-se permeada de códigos, classes e direitos, para atingir a uma única finalidade: a afirmação política e social da nobreza. Sempre que necessário essa busca por legitimação usará de exemplos do mundo clássico para fundamentar o uso da violência, da organização social e do poder na estrutura do Estado.

Após o período importante da transformação da guerra, na chamada *revolução militar*, e das in-



vestidas marítimas dos descobrimentos, torna-se imprescindível o auxílio da literatura militar para a disciplina nas tropas e as vitórias nas campanhas, apresentando vários níveis de organização social e funcional. Seja através dos soldados profissionais ou dos dignitários locais – magistrados, vereadores ou homens bons – quando necessária à sua participação em campanhas militares numa organização efetiva da defesa territorial, em se tratando de instrução, o exemplo do mundo clássico se mostrará sempre presente em paralelo as ideias renovadoras nos tratados militares e nas memórias dos grandes generais do Portugal moderno.

BIBLIOGRAFIA

BACHRACH, Bernard S. *The Pratical Use of Vegetius: De Re Militari during the Early Middle Ages*. In: *The Historian*, no 47, 1985, pp. 239-255.

BARBUT, Marc. “*L’Art de la Guerre*” et la praxéologie

mathématique. In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. No. 3, ano XXV, Paris, 1970, pp. 567-573.

BAUMER, Franklin L. *O pensamento europeu moderno*. Lisboa: Edições 70, 1990.

BEBIANO, Rui. *A Pena de Marte: a escrita da guerra em Portugal e na Europa (sécs. XVI-XVIII)*. Coimbra: Minerva Coimbra, ano 2000.

BERMEJO, Saúl Martínez. *Antigua disciplina: el ejemplo romano en los tratados militares ibéricos, c. 1560-1600*. In: *Hispania*, 2014, vol. LXXIV, nº. 247, mayo-agosto, pp. 357-384.

BOUTHOU, Gaston. *Traité de polémologie: sociologie des guerres*. Paris: Payot, 1991.

DAVID, Pierre. *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe siècle*. Lisboa: Institut Français au Portugal, 1947, pp. 257-340.

GLYNN, Sean Mc. *The myths of medieval warfare*. In: *History To-*



day, vol. 44, London, 1944, pp. 28-57.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *Dicionário de História de Portugal*, dir. de Joel Serrão, vol. V, Porto, Iniciativas Editoriais, 1975.

GREEN, V. H. H. *Renascimento e Reforma - a Europa entre 1450 e 1660*. Tradução de Cardigos dos Reis. Lisboa: Dom Quixote, 199.

GREEN, V. H. H. *A evolução dos complexos histórico-geográficos*. In: *Ensaio*, vol II, 2ª Ed., Lisboa: Sá da Costa, 1978, pp. 19-28.

GOUVEIA MONTEIRO, João. *Fernão Lopes. Texto e contexto*. Coimbra: Minerva, 1988.

GOUVEIA MONTEIRO, João; BRAGA, José Eduardo. *Vegécio: compêndio da Arte Militar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

KHAN, Charles H., em *The art and thought of Heraclitus: an edition of the fragments with translation and commentary*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

KRIEGER, Leonard. *The Autonomy of Intellectual History*. In: *The History of Ideas: Canon and Variations*. Rochester: Rochester University Press, 1990.

LORETO, Luigi. *Per la storia militare del mondo antico. Prospettive retrospettive*. Napoli: Jovene editore, 2006.

LOVEJOY, Arthur Oncken. *The study of the History of Ideias*. In: Preston King (ed.), *The History of Ideas*. London: Croom Helm, 1983.

MACHDO, Inácio Barbosa. *História Militar do Brasil*. Manuscrito na Biblioteca Nacional de Lisboa, códice 848, folhas 49 e seguintes.

Marquis de Puységur. *Art de la guerre par principes et par régles*. Paris: C. A. Jombert, 1748.

MATTOSO, José. *A cultura monástica em Portugal (711-1200)*. In: *Arquivos de História da Cultura Portuguesa*. Vol. III, n 2, Lisboa, 1969.

PIMENTA, Alfredo. *Fontes Medievais da História de Portugal*, vol.



I – *Anais e crônicas*. Lisboa: Sá da Costa, 1948.

VELTMAN, Kim. *Military surveying and topography: the practical dimension of Renaissance Linear Perspective*. In: *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXVII, Coimbra, 1979, pp. 263-279.

WISMAN, Josette A. *L'Épitoma rei militaris de Vegece et sa fortune au Moyen Âge*. In: *Le Moyen Âge*, no. 85, Paris, 1979, pp. 13-31.

¹ BEBIANO, Rui. *A Pena de Marte: a escrita da guerra em Portugal e na Europa (sécs. XVI-XVIII)*. Coimbra: Minerva Coimbra, ano 2000, pp. 52.

² BAUMER, Franklin L. *O pensamento europeu moderno*. Lisboa: Edições 70, 1990.

³ LOVEJOY, Arthur Oncken. *The study of the History of Ideas*. In: Preston King (ed.), *The History of Ideas*. London: Croom Helm, 1983.

⁴ KRIEGER, Leonard. *The Autonomy of Intellectual History*. In: *The History of Ideas: Canon and Variations*. Rochester: Rochester University Press, 1990.

⁵ BERMEJO, Saúl Martínez. *Antigua disciplina: el ejemplo romano en los*

tratados militares ibéricos, c. 1560-1600. In: *Hispania*, 2014, vol. LXXIV, n.º 247, mayo-agosto, pp. 357-384.

⁶ BOUTHOU, Gaston. *Traité de polémologie. Sociologie des guerres*. Paris: Payot, 1991, pp. 5.

⁷ “há de saber que a guerra é comum e a justiça é luta, e tudo se passa na luta”. Entende-se que o combate violento é a origem de todas as coisas e, por isso, separa aquelas que merecem ser livres dos que devem permanecer escravos e dependentes. In: Heraclito, *Fragments*, 53 (versão obtida a partir das traduções de Abel Jeannière, em *La Pensée d'Héraclite d'Éphèse*. Paris: Éditions Montaigne, 1959, e de Charles H. Khan, em *The art and thought of Heraclitus: an edition of the fragments with translation and commentary*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

⁸ *A Canção de Rolando*. Edição bilingue. Lisboa: Europa-América, 1987.

⁹ BEBIANO, Rui. Op. Cit. pp. 19.

¹⁰ BEBIANO, Rui. Op. Cit. pp. 25.

¹¹ MATTOSO, José. *A cultura monástica em Portugal (711-1200)*. In: *Arquivos de História da Cultura Portuguesa*. Vol. III, n 2, Lisboa, 1969.

¹² DAVID, Pierre. *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe siècle*. Lisboa: Institut Français au Portugal, 1947, pp. 257-340.



¹³ Transcritos por Alfredo Pimenta nas *Fontes Medievais da História de Portugal*, vol. I – *Anais e crônicas*. Lisboa: Sá da Costa, 1948.

¹⁴ Ver verbete “Preste João” por Vitorino Magalhães Godinho, em *Dicionário de História de Portugal*, dir. de Joel Serrão, vol. V, Porto, Iniciativas Editoriais, 1975.

¹⁵ Ver GOUVEIA MONTEIRO, João. *Fernão Lopes. Texto e contexto*. Coimbra: Minerva, 1988.

¹⁶ Inácio Barbosa Machado, *História Militar do Brasil*. Manuscrito na Biblioteca Nacional de Lisboa, códice 848, folhas 49 e seguintes. Ver também Sebastião da Rocha Pita, *História da América Portuguesa, desde o ano de 1500 do seu descobrimento até o de 1724*. Lisboa, José António da Silva, 1730.

¹⁷ Segundo Bebiano, é perceptível, por exemplo, nas *Sentenças para a ensinância e doutrina do Príncipe D. Sebastião*, de André Rodrigues de Évora, escrita na segunda metade do século XVI, os conceitos de Vegécio. Sobre a importância de Vegécio na escrita da guerra medieval, ver Josette A. Wisman, “*L’Épitoma rei militaris de Vegèce et sa fortune au Moyen Âge*”, *Le Moyen Âge*, no. 85, Paris, 1979, pp. 13-31; Bernand S.Bachrach, “*The Practical Use of Vegetius: De Re Militari during the Early Middle Ages*”. *The Historian*, no 47, 1985, pp. 239-

255, e Sean Mc Glynn, “*The myths of medieval warfare*”, *History Today*, vol. 44, London, 1944, pp. 28-57.

¹⁸ BEBIANO, Rui. Op. Cit. pp. 356.

¹⁹ *Arte della guerra*, de Maquiavel, “propõe” a ampla aplicação de conhecimentos para o uso militar, nomeadamente a matemática. A apresentação da aritmética decimal, do cálculo dos espaços nas operações militares e da trigonometria tem especial dedicação nos capítulos iniciais desta obra. Ver BARBUT, Marc. “*L’Art de la Guerre et la praxéologie mathématique*. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. N 3, ano XXV, Paris, 1970, pp. 567-573. Consultar também VELTMAN, Kim. *Military surveying and topography: the practical dimension of Renaissance Linear Perspective*. *Revista da Universidade de Coimbra*, vol XXVII, Coimbra, 1979, pp. 263-279.

²⁰ BEBIANO, Rui. Op. Cit. pp. 365.

²¹ Marquis de Puységur. *Art de la guerre par princes et par régles*. Paris: C. A. Jombert, 1748.

²² BEBIANO, Rui. Op. Cit. pp. 366.

²³ GODINHO, Vitorino Magalhães. *A evolução dos complexos histórico-geográficos*. In: *Ensaio*, vol II, 2ª Ed., Lisboa: Sá da Costa, 1978, pp. 19-28.

²⁴ Sobre instrução militar e os autores ver *Arte Militar Quinhentista*, separata do Boletim do Arquivo do Exército, Lisboa, 1953.

Os franceses na História Militar Colonial Brasileira

Carlos Roberto Carvalho Daróz^a

Resumo: Desde a chegada da esquadra de Pedro Álvares Cabral, as costas do Brasil foram visitadas por diversos navios estrangeiros, inclusive franceses. A França tentou instalar uma colônia no Brasil em diferentes oportunidades, além de realizar ações de corso, sendo os franceses, contudo, repelidos pelas forças portuguesas na maioria das vezes. O presente ensaio revisita as incursões e tentativas de ocupação realizadas pelos franceses no território do Brasil Colonial.

Palavras-chave: Invasões francesas, defesa do litoral, História Colonial.

INTRODUÇÃO

A presença de franceses no Brasil é registrada desde os primeiros anos da colonização portuguesa. Assim que ficou conhecida na Europa a existência, na terra de Santa Cruz, de madeira útil à indústria de tinturas, navios franceses começaram a freqüentar seu litoral, realizando o comércio clandestino com os nativos. Apenas quatro anos após a chegada de Cabral ao Brasil, esteve na Ilha de São Francisco e em outros pontos do litoral o francês

Paulmier de Gonneville. Outras referências dão conta da presença de armadores procedentes de Dieppe, Rouen, Saint Malo e de outros portos franceses, inclusive em Pernambuco e na Bahia.¹

Após a divisão do mundo entre Portugal e Espanha, estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas em 1494, França, Inglaterra e Holanda - que tinham saído atrasadas na corrida ultramarina - passaram a contestar sua validade jurídica. A crítica do Rei da França Francisco I, ao arguir o paradeiro do *testamento de Adão*

^a Coronel de Artilharia. Associado titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



que o afastara da partilha do mundo, deixou claro que não pretendia reconhecer a soberania de Portugal sobre o recém-descoberto território. Nesse sentido, incentivou, inicialmente, a prática das ações de corso para o escambo do pau-brasil e, ainda no século XVI, evoluiu para apoiar as tentativas de colonização no litoral do Rio de Janeiro (1555) e na costa do Maranhão (1594).

A França, nessa época, vivia momentos de intranqüilidade religiosa, com enfrentamentos entre católicos e calvinistas.² A instalação de uma colônia ultramarina poderia servir como válvula de escape para estas tensões e possibilitaria a vida sem perseguições religiosas.

Esta foi, basicamente, a motivação para a criação da França Antártica.

A FRANÇA ANTÁRTICA (1555-1567)

A instalação da colônia francesa no Brasil coube ao Vice-Almirante da Bretanha³ Nicolas

Durand de Villegagnon, cavaleiro da Ordem de Malta e membro destacado da corte francesa. No verão de 1554 Villegagnon visitou em segredo a região de Cabo Frio, na costa do Brasil, onde os franceses realizavam a maior parte do escambo do pau-brasil. Neste sítio, tratou de obter informações sobre os portugueses junto aos índios Tamoios, e escolheu o local para a instalação do empreendimento colonial - a baía de Guanabara – tendo em vista que esta era evitada pelos portugueses devido à hostilidade dos indígenas locais.

O planejamento inicial consistia em transformar o novo estabelecimento colonial em uma poderosa base militar e naval, a partir da qual a França poderia interferir no controle do comércio com as Índias. Por ocasião dessa expedição de reconhecimento, Villegagnon estabeleceu boas relações com ambos os povos nativos - Tamoios e Tupinambás - recolhendo, além das valiosas informações, uma carga razoável



de pau-brasil, com a qual lucrou no retorno à França.

Já na França, Villegagnon expôs seus planos para o Rei Henrique II e conseguiu a provação e o financiamento para a empreitada. O soberano determinou ao seu principal ministro, Almirante Gaspard de Coligny, a preparação de uma expedição sigilosa ao Brasil, cujo comando foi entregue a Villegagnon.

Com duas naus e uma embarcação menor para transportar mantimentos, somando um contingente de cerca de seiscentas pessoas, Villegagnon zarpu de Dieppe em 14 de agosto de 1555. Sua expedição encerrava dois objetivos geopolíticos: instalar um núcleo colonizador para o comércio com a Metrópole e interferir no comércio marítimo com as Índias. Após ser fustigada pela artilharia espanhola de Tenerife, nas ilhas Canárias, a pequena esquadra francesa alcançou a costa do Brasil, próximo a Búzios, em 31 de outubro, e, dez dias depois, chegou

à baía de Guanabara. Inicialmente, Villegagnon desembarcou na Isle Rattier⁴, com a intenção de erguer uma bateria defensiva, o que não foi possível em razão da alta da maré. Os franceses, em seguida, ocuparam a ilha de Serigipe⁵, onde se estabeleceram definitivamente e ergueram o Forte Coligny, o qual, quando pronto, dispunha de cinco baterias apontadas para o mar.

A colônia, denominada França Antártica, abrigava colonos calvinistas e elementos católicos que procuravam evitar as querelas religiosas que dividiam a França. Villegagnon imprimiu intenso ritmo de trabalho para melhorar as fortificações da Ilha de Serigipe e estabeleceu padrões de disciplina rigorosos, que o levariam a ser detestado pelos colonos. Como não havia mulheres na colônia, os franceses procuravam as indígenas locais, relacionamento que foi proibido por Villegagnon. A insatisfação gerada pelo regime disciplinar e pelas inevitáveis divergências religiosas se intensificou, chegando ao ponto de alguns colonos conspirarem para



assassinar Villegagnon. Ao descobrir este plano antes de sua execução, Villegagnon agiu com firmeza, condenando à morte vários colonos, expulsando os calvinistas para as margens da baía.

Em 26 de fevereiro de 1557 chegaram da França três navios, sob o comando do sobrinho de Villegagnon, Bois-le-Compte, transportando um contingente de cerca de 300 pessoas, inclusive



Mapa francês da baía de Guanabara, c. 1555. Rico em detalhes, mostra a conformação topográfica original do Pão de Açúcar (*Pot de Beurre*), afastado da praia. Com os morros da Urca e Cara-de-Cão, ele formava a *Ilha da Trindade*, que hoje está integrada ao continente em consequência de assoreamento e de um aterro no final do século XVII. Outra curiosidade é a indicação de pontos de interesse, ora em francês, ora em língua indígena.



dois teólogos calvinistas. O estado disciplinar da colônia dererriorouse, o que resultou no retorno de alguns colonos à França e na fuga de outros que optaram pela vida junto aos indígenas. Em 1559, desiludido com a falta de progresso e as disputas internas da colônia, Villegagon retornou à França, prometendo retornar posteriormente à colônia, o que não cumpriu. Bois-le-Comte permaneceu no comando da colônia.

Após a partida de Villegagnon, coube ao Governador-Geral do Brasil Mem de Sá a tarefa de expulsar os franceses da Guanabara. Partindo de Salvador com duas naus e oito navios menores, Mem de Sá obteve reforços nas capitânicas de Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo e São Vicente e, na madrugada de 16 de março de 1560, conseguiu conquistar o Forte Coligny, destruindo-o completamente no dia seguinte. Como não dispunha de efetivo para guarnecer a Guanabara, Mem de Sá retornou para Salvador, o que permitiu aos

franceses remanescentes prosseguirem com suas atividades econômicas no continente, com o auxílio dos nativos.

Com a continuidade das atividades francesas na Guanabara, uma nova expedição militar foi organizada, sob o comando de Estácio de Sá, contando com seis navios de guerra artilhados. Após receber reforços da capitania de São Vicente, em primeiro de março de 1565, Estácio de Sá fundou a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, que serviria, inicialmente, de base na luta contra os franceses e seus aliados indígenas. Mesmo após a fundação do Rio, os franceses não deixaram a cidade. Em 1567, no dia 18 de janeiro, Mem de Sá mandou reforços para enfrentá-los. A batalha final aconteceu em 20 de janeiro, dia de São Sebastião, no Outeiro da Glória, com a vitória dos portugueses. No entanto, Estácio de Sá foi ferido no rosto e morreu um mês depois. Com a sua morte, Mem de Sá transferiu a cidade da vila no morro Cara de Cão, para o morro do Descanso⁶.



A FRANÇA EQUINOCCIAL (1594-1615)

Expulsos da Guanabara, os franceses tentaram se estabelecer na Bahia e em Alagoas sem sucesso. O estabelecimento da chamada França Equinocial iniciou-se em Março de 1612, quando uma expedição francesa partiu da Bretanha, sob o comando de Daniel de La Touche, Senhor de la Ravardière. Diferentemente da expedição de Villegagnon, que fora financiada, em parte, por armadores privados da França, a tentativa de fixação francesa no Maranhão recebeu recursos da própria Coroa francesa.

Com aproximadamente quinhentos colonos a bordo de três navios, a expedição dirigiu-se à costa norte do atual estado brasileiro do Maranhão. Para facilitar a defesa, os colonos estabeleceram-se numa ilha, onde fundaram um povoado denominado de *Saint Louis*⁷, em homenagem ao soberano Luís XIV da França.

Cientes da presença francesa na região, os portugueses

procuraram eliminá-lo antes que aumentasse. O governador Gaspar de Souza organizou uma esquadra com oito navios, sob o comando de Jerônimo de Albuquerque. Essa expedição construiu, no litoral do Ceará, o Forte de N.S. do Rosário, de onde partiram para dar combate aos franceses no Maranhão. Após a chegada de reforços diretamente de Portugal, as forças portuguesas e nativas venceram os franceses em novembro de 1615.

Poucos anos mais tarde, a partir de 1620, iniciou-se o afluxo de colonos portugueses, tendo a povoação de São Luiz começado a crescer, com uma economia baseada principalmente na agro-manufatura açucareira. São Luiz seria, anos mais tarde, importante ponto de apoio para a expansão portuguesa na Amazônia.

A INCURSÃO DE DUCLERC (1710)

A cidade do Rio de Janeiro nasceu em decorrência da luta contra os franceses de Villegagnon.



Com a descoberta do ouro em Minas Gerais, no final do século XVII, o porto do Rio de Janeiro era bastante movimentado, pois por ele era escoado o metal precioso. No início do século XVIII, a população da cidade havia crescido e sua economia se desenvolvido.

Acreditando que no Rio de Janeiro houvesse grande quantidade de ouro, em agosto de 1710 o corsário Jean-François Duclerc decidiu invadir a cidade com o objetivo de apresar o ouro. No comando de seis navios e cerca de 1.200 homens, Duclerc tentou adentrar a barra da baía de Guanabara, sendo, contudo repellido pelo fogo combinado da Fortaleza de Santa Cruz da Barra e da Fortaleza de São João. Após isso, o corsário rumou para a Ilha Grande e, posteriormente, desembarcou em Pedra de Guaratiba, de onde investiu por terra contra a cidade do Rio de Janeiro. Ao adentrarem no casario da cidade, os franceses se dispersaram e foram atacados e vencidos pela população em armas. Os oficiais da expedição foram

enviados para Salvador e os soldados aprisionados nas fortalezas da barra, enquanto Duclerc recebeu a cidade do Rio de Janeiro por menagem. Em março de 1711, contudo, o corsário francês foi assassinado em sua residência, em condições misteriosas, por desconhecidos.

A população da cidade festejou entusiasticamente a vitória durante vários dias. Infelizmente, as autoridades coloniais superestimaram a capacidade do sistema defensivo da barra, difundindo-se a crença generalizada de que, após tamanha derrota, corsário algum voltaria tentar forçá-la, o que se mostrou irreal.

A PILHAGEM DE DUGUAY-TROUIN (1711)

Sob o pretexto de indignação com o assassinato de Duclerc, a França enviou, sob o comando do corsário René Duguay-Trouin, uma esquadra com dezoito navios, artilhada com 740 peças e 10



morteiros, com um efetivo de 5.764 homens, a qual chegou ao Rio de Janeiro em 12 de setembro de 1711. Favorecida por forte nevoeiro, penetrou na cidade sem ser vista e ocupou com 500 homens a Ilha das Cobras. Em seguida desembarcaram 3.800 homens na praia de São Diogo e ocuparam, sem resistência, os morros de São Diogo, da Providência, do Livramento e da Saúde. Em 20 de setembro, às 11 horas da noite, depois do bombardeio da cidade pelas forças de Duguay-Trouin, o governador Francisco de Castro Morais abandonou a cidade e fugiu para o interior. A população, tomada pelo pânico, seguiu o mesmo caminho.

Em 10 de outubro foi assinada uma convenção para o pagamento de grande soma em dinheiro pelo resgate da cidade. O sucesso do corsário custou caro à cidade, que necessitou pagar um valioso resgate pela sua liberdade⁸. Em de novembro, após receber a última parcela do valor acordado, Duguay-Trouin evacuou a cidade e as tropas francesas partiram do Rio de

Janeiro, deixando para trás uma cidade totalmente devastada.

REFLEXÕES FINAIS

As invasões francesas no Brasil representaram os primeiros episódios de natureza verdadeiramente militar no Brasil e refletiram a evolução da arte da guerra. É oportuno destacar os objetivos geopolíticos da expedição de Villegagnon e de Daniel de La Touche: instalar um núcleo colonizador para o comércio com a França e interferir no comércio marítimo com as Índias. A efetiva instalação de uma colônia francesa no Brasil permitiria à França projetar seu poder naval sobre as principais rotas comerciais do século XVI e ameaçar a hegemonia da Espanha e de Portugal.

No que diz respeito aos fatores geográficos, a França Antártica foi instalada entre os dois principais centros populacionais e econômicos da colônia – Salvador e São Vicente – ameaçando dividir



o domínio colonial português em dois territórios descontínuos. Muito mais do que o interesse pela Guanabara, considerada insalubre pelos portugueses, essa ameaça motivou a Coroa portuguesa a se apressar em expulsar os invasores e manter a integridade da colônia.

As diversas investidas francesas revelaram diferentes tipos de liderança militar. Villegagnon exerceu sua liderança de maneira enérgica e disciplinadora, imprimindo um ritmo de trabalho intenso e demonstrando pouca flexibilidade diante das necessidades de seus homens. Sua liderança terminou por custar-lhe a lealdade de muitos de seus comandados e foi um dos motivos do fracasso da França Antártica. Dois séculos depois, Duclerc falhou no aspecto do conhecimento do inimigo, julgando erroneamente a existência de grande quantidade de ouro no Rio de Janeiro e levando suas tropas à derrota em um terreno que lhe era totalmente desconhecido. No lado português, Mem de Sá, Estácio de Sá e Jerônimo de Albuquerque

destacaram-se positivamente durante as operações militares contra os franceses, embora cada um deles tivesse experiência militar diferenciada. Por outro lado, ficou clara a falta de liderança e a incompetência do governador Francisco de Castro Morais em estabelecer uma defesa eficiente da cidade do Rio de Janeiro quando ameaçada por Duquay-Trouin em 1711, não lhe restando alternativa senão abandonar a cidade e fugir para o interior.

Finalmente, as tentativas francesas de conquistar parte do território brasileiro fizeram com que a Coroa portuguesa atentasse para a necessidade de intensificar a colonização e organizar um aparato defensivo adequado no Brasil. Logo após a expulsão dos franceses de Villegagnon da Guanabara, com a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, Portugal iniciou os trabalhos de construção de fortificações na barra da Guanabara. Outros redutos e fortalezas surgiram ao longo de praticamente todo o litoral da



colônia, inclusive no Nordeste, favorecendo a defesa contra possíveis invasões estrangeiras.

Mergulhada em seus próprios problemas internos e envolvida em numerosos conflitos na Europa, a França terminou por desistir da instalação de um núcleo colonial no território brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Briguet, 1960.

FROTA, Guilherme de Andrea. *Quinhentos anos de História do Brasil*. Rio de Janeiro: BibliEx, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira: a época colonial do descobrimento à expansão territorial*. São Paulo: Difel, 1976.

LERY, Jean. *Viagem à terra do Brasil*. Rio de Janeiro: BibliEx, 1961.

MARIZ, Vasco; PROVENÇAL, Lucien. *Villegagnon e a França*

Antártica: uma reavaliação. Rio de Janeiro: BibliEx, 2001.

VIANNA, Hélio. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1972.

¹ VIANNA, Hélio. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1972. p. 53

² Também denominados *hugenotes*.

³ Tratava-se de um cargo político, não militar.

⁴ Atual Ilha da Laje, situada bem no centro da barra da baía de Guanabara.

⁵ Atual Ilha de Villegagnon, onde está localizada a Escola Naval.

⁶ Posteriormente denominado como Alto da Sé, Alto de São Sebastião, morro de São Januário e, finalmente, Morro do Castelo, desmontado em 1922.

⁷ Atual São Luiz.

⁸ No total os franceses receberam como resgate pela cidade 610.000 cruzados em moeda, 100 caixas de açúcar e 200 cabeças de gado bovino.

Os holandeses e a numismática brasileira

Antônio Tomaz ^a

Resumo: Durante o século XVII, a Companhia das Índias Ocidentais holandesa realizou duas tentativas de implantação de uma colônia no Nordeste do Brasil, inicialmente na Bahia e depois em Pernambuco. O período holandês trouxe ao Brasil Colônia uma série de contribuições culturais e materiais, inclusive moedas próprias. O presente artigo analisa a circulação desse dinheiro de origem holandesa no Nordeste brasileiro.

Palavras-chave: Invasões holandesas, numismática, economia, História Colonial.

As invasões holandesas ocorridas no Brasil são suficientemente conhecidas por todos os nacionais, de alguma leitura. “Matéria de destaque em todas as escolas primárias, secundárias e terciárias do Brasil e alhures”, como diria Fradique Mendes.

A Holanda, já bastante liberal ainda no século XVII, montou a Companhia das Índias Ocidentais e a Companhia das Índias Orientais, uma espécie de “terceirização colonial”. O foco deles eram os extremos: ocidental e oriental! A companhia do oriente teve mais

sucesso, ficaram por lá até o final da Segunda Guerra Mundial. Não fosse “uma pressãozinha”, teriam ficado ainda mais tempo! Tudo virou Indonésia e outros, menos votados.

A Ocidental, com várias incursões pela América, em 1630, aporta em Pernambuco e arredores fazendo o seu reduto até serem colocados definitivamente para fora em 1654. Quando da expulsão, os do “alto comando” regressaram à Holanda, os “intermediários” para Nova Iorque, então Nova Amsterdã, e a “raia miúda” ficou

a Secretário da Sociedade Numismática Paranaense.



ali por Curaçao, Aruba, Bonaire e outras ilhas caribenhas, as quais são mantidas até hoje como possessões e/ou áreas de influência. Estes, ao partirem daqui, levaram consigo o idioma português, ajudando a formar o *Papiamentu* (ou *Papiamentu*, língua crioula, a principal falada naquelas regiões; é derivada do português e línguas africanas, com influências indígenas da América mais inglês, neerlandês e espanhol). Dialeto difícil de falar, mas fácil de entender. Bom para os negócios... deles!

A estada desses bávaros no Nordeste brasileiro se revestia de caráter eminentemente colonizador. Não eram aventureiros exploradores, vieram para ficar. A ideia era montar um pequeno país para eles, ou uma colônia, como se queira entender. Tinham vasta estrutura e construíram muita coisa. Trouxeram especialistas de várias áreas, deles e também de outros países europeus. Até um astrônomo fazia parte do grupo mais acadêmico. Era um alemão, de nome Margraff. Um possível descendente ou parente, pois ostenta o mesmo so-

brename, é hoje um dos grandes estudiosos da numária brasileira, com livros publicados e artigos periódicos em boletins especializados. Trata-se do coronel Ildemar Margraff, radicado em Ponta Grossa-PR.

Muitas obras e realizações foram deixadas em Pernambuco por aqueles colonizadores dos Países Baixos. Tanto assim, que Portugal teve de pagar a conta! Pelo Tratado de Paz de Haia, assinado em 6 de agosto de 1661, nossa pátria-mãe se comprometeu a pagar uma indenização de 8 milhões de florins, equivalentes a 63 toneladas de ouro. Isso em “suaves prestações”, que duraram 40 anos. Como se vê, os créditos e os endividamentos não são algo tão novo como se supõe!

Embora “meio que sem querer”, motivados por circunstâncias, os holandeses acabaram por serem os primeiros a emitir moedas e cédulas por aqui, com o nome “Brasil” estampado. Antes e mesmo durante a invasão, por aqui circulavam moedas portuguesas e espanholas. Muito praticado tam-



bém era o escambo. A primeira casa de moeda brasileira só viria a surgir em 1694, em Salvador/BA, com as primeiras emissões ocorrendo em 1695.

No que tange ao papel-moeda, era muito raro no mundo, naqueles tempos. F. dos Santos Trigueiros cita, em sua obra “Dinheiro no Brasil” (Editora Reper, Rio de Janeiro, 1966, p.58):

“No século XVII, os holandeses, instalados militarmente em parte do território brasileiro, estavam sujeitos aos ataques das tropas empenhadas em expulsá-los. Confinados na área ocupada, sem rápida assistência da Metrópole, sofreram várias crises monetárias. Para solucioná-las, emitiram ‘ORDENS DE PAGAMENTO’ que, circulando como moeda, permitiram saldar os compromissos urgentes, sobretudo os da tropa, nem sempre disposta a esperar. Essas ordens eram resgatadas quando chegavam as remessas de moeda da Holanda.”

Em 1640, a ameaça de ataque por parte da Espanha provocou o desaparecimento da “moeda de

giro”, escondidas por seus possuidores. Assim, foram emitidas as “ORDENANÇAS”, de curso legal e forçado dentro dos territórios ocupados. A emissão exagerada desses bilhetes acarretou a alta da moeda metálica e, também, dos gêneros alimentícios, afetando o custo de vida. Na prática – a inflação, que no caso também não é algo novo. Essas “ORDENANÇAS” foram a primeira manifestação de papel-moeda no Brasil. Pena que delas não se conheça nenhum exemplar, apenas registros. Não constam em catálogos brasileiros exatamente por falta de fotos, ao contrário do que as moedas metálicas. Dessas, há exemplares em museus e em coleções particulares. São raras e muitas falsificações apareceram, no decorrer do período. São conhecidas como “MOEDAS OBSIDIONAIS” (de emergência, de assédio, de ocupação, de cerco), emitidas em dois períodos distintos.

Após a Batalha das Tabocas, que os holandeses perderam, a situação ficou periclitante. Tropa sem pagamento não é fácil de ad-



ministrar! Foram salvos por uma situação inusitada: um navio holandês, que transportava ouro da África para a Holanda, aportou no Recife. À revelia das autoridades da Metrópole, o Alto Cônsul “lançou mão” de um caixote de 250 quilos do metal precioso. Estava salva a honra da pátria! Em setembro de 1645, pouco mais de 82 quilos foram convertidos em moedas. Em agosto de 1646, pouco mais de 81 quilos, também o foram. O restante foi vendido, com o ouro à razão de 37 florins a onça. Não puderam ser convertidos em moedas por falta de cadinho (vaso de material resistente, usado para fundir metais).

Tudo era feito de maneira muito artesanal, até mesmo “meio que no improvisado”. Não havia uma estrutura montada especialmente para fundição e cunhagem de moedas. O ouro foi laminado, cortado à tesoura em peças quadradas irregulares. A gravação, feita a martelo, na forma losangular.

Os seus valores eram: III florins, pesando 1,80 g.; VI florins, com peso de 3,70 g; e XII florins,

de 7,60 g. Todas elas emitidas nos anos de 1645 e 1646. Embora tendo-se a informação da quantidade do ouro utilizado e do pesos das moedas, faltam registros das quantidades expedidas para cada valor. Estima-se que não mais de 32 mil peças tenham sido cunhadas. Essas moedas estampavam, no anverso: o valor (III, VI e XII) e a sigla G W C (*Geoctroyerde Westindische Compagnie* - Cia Privilegiada das Índias Ocidentais), em letras entrelaçadas. No reverso: ANNO – BRASIL – 1645 ou 1646.

Essas moedas são extremamente raras, face uma série de razões: o tempo decorrido, a baixa quantidade de cunhagem e o fato de que quase a sua totalidade fora levada para a Holanda quando do retorno e lá refundida para outros fins. As que haviam ficado nas mãos de brasileiros, em sua grande maioria foram derretidas, pois era crime possuir moedas dos invasores. Pouquíssimas foram as que se salvaram.

Em 1654, justamente no ano da expulsão definitiva, as coisas ficaram ainda mais difíceis para os



da Casa de Orange. Obrigaram-se a fazer uma segunda emissão. Dessa vez, em prata, a moeda de XII soldos, que era uni face. Constava nela apenas o valor, a sigla da companhia e o ano, 1654. O nome Brasil não foi gravado. Essa prata fora obtida graças à doação de uma baixela, oferecida pelo general Walter van Shoenenborch e o Alto Conselheiro Hendrick Haecx. Essas moedas em prata são ainda mais raras do que as de ouro. Emitidas “bem na hora de ir embora e de uma baixela”, não se poderia esperar muita coisa, quanto à apresentação! Especula-se, e alguns catálogos mencionam, a emissão também dos valores de X, XX, XXX e XXXX soldos, igualmente em 1654. Eram valores decimais, as outras eram todas duodecimais. Essas possíveis emissões são muito controversas.

Alguns numismatas e estudiosos de renome consideram-nas como falsificações, feitas *a posteriori*. Dentre eles, Kurt Prober, um dos maiores expoentes da numária brasileira, autor de várias obras. Cita, em seus trabalhos, que “As

cunhadas regularmente foram bastante falsificadas”. Como se isso não bastasse, os falsários foram além. Criaram emissões inexistentes, como de 1647, e valores nunca utilizados (X, XX, XXX e XXXX), os quais aquele autor chama de *pseudo-subers* (soldos). Comun-gamos inteiramente com ele. Por quê, em um mesmo ano, dois sistemas? Um decimal e outro duodecimal? E, fazendo cálculos sumários, “não era muita moeda para pouca baixela”? Além do mais, os cunhos são diferentes.

Os holandeses fizeram a parte deles. Inovando, improvisando e administrando. Alguns, depois, mal intencionados, fizeram outra, tentando levar vantagem!

Ainda sobre o tema, falsificações, em 1967 surge a famosa história da “Botija do Recife”. Na verdade a “famosa botija” teria sido encontrada em Rio Formoso, por ocasião da construção de uma obra rodoviária. Nela aparecem as figuras do motorista, do tratorista, tudo com nome descrito, detalhes da descoberta, forma da partilha, etc. O fato é que, em 1973, essas



moedas do precioso achado estavam sendo vendidas no Rio de Janeiro. Em sendo um pouco diferentes das já conhecidas, a explicação era de que os holandeses haviam feito uma “segunda cunhagem” e as enterrado antes de irem embora! Esse “tal achado” levou mais de 300 anos para acontecer! Segundo alguns, a quantidade “encontrada” nem caberia na tal botija. O fato é que muita gente entrou nessa história e nessa conversa...

Prober diz claramente: “Das obsidionais, há falsificações, das falsificações, das falsificações”. Ou seja, cópias das cópias, das cópias...

Essa tal “botija” deu o que falar e ainda está dando. Até “documentos do enterramento” já encontraram. Curioso, mas bem real, para que algo se torne importante e comercialmente atrativo nesse ramo, é imprescindível que em volta dele haja uma história. Sem ela, “a coisa não flui!”

Além dessa, a mais famosa, lembramo-nos de outras. Em Curitiba, em uma obra urbana no Alto São Francisco, foi encontrado um

potinho. Algo aí em torno de umas 30 moedas. Dessas, do achado, foram vendidas mais de 300! No Rio, foram “achadas” moedas de datas raras e em estado flor de cunho. Estavam guardadas em um cofre que não era aberto desde 1835 (?). No Ceará, foi “encontrada” uma bolsa de couro com muitas moedas de boa qualidade. Tinham até o vestígio da terra nela impregnadas. Tal achado só aconteceu em virtude de uma caçada de tatu! Buraco para o tatu, cheio de moedas.

Em Alagoas, recentemente, em uma obra, foram achados vários patações. Um numismata e comerciante bem conhecido foi chamado a avaliá-las. Muito “vivo”, conhecedor das histórias e de como as coisas se desenrolam nesse ramo, levou parte de seu acervo de peças idênticas. As encontradas chegaram a ser vendidas a R\$ 500,00. As suas, ele as vendia a R\$ 70,00, preço de mercado e que praticava em sua loja. A expedição, contudo, acabou rendendo-lhe altos negócios!



É assim, convenhamos, que as coisas são. Com uma boa história e a mídia “dando força”, tudo flui positivamente no universo de compra e venda de antiguidades, moedas inclusas! Existe muita gente que nem é do ramo, não conhece nada do assunto mas, mesmo assim, se aventura em participar dele. Como sempre escrevia Prober, em suas obras “Enganar neófitos e bisonhos não é tarefa difícil”.

Finalizando, temos a acrescentar que os holandeses não têm nada a ver com isso! Eles só fizeram a parte deles, o que lhes cabia na situação. Nós é que fizemos o restante.

General Gabino Suzano de Araújo Besouro: a trajetória militar durante a Guerra da Tríplice Aliança

José Carlos Meireles da Silva^a

Resumo: A guerra da Tríplice Aliança, ocorrida na segunda metade do século XIX, foi o maior conflito já verificado na América do Sul. O Império brasileiro, ante o ataque paraguaio, viu-se diante da necessidade de organizar suas forças militares para conter a ameaça. Nesse sentido, foram organizados os Corpos de Voluntários da Pátria, reunindo homens de todas as províncias do Império. O presente estudo analisa a trajetória de Gabino Besouro, voluntário de Alagoas que combateu na guerra e que, já no período republicano, ascendeu ao generalato do Exército Brasileiro.

Palavras-chave: Guerra da Tríplice Aliança, Biografia, Voluntários da Pátria.

INTRODUÇÃO

O objeto deste estudo é apresentar a trajetória de Gabino Suzano de Araújo Besouro, militar que ingressou voluntariamente na carreira das armas no 2º Corpo Policial de Alagoas (CPA), e, mais tarde, passou a integrar o efetivo do Exército Imperial. Destaca-se, dessa forma, a atuação do militar no episódio que ficou conhecido como

Guerra da Tríplice Aliança (GTA). O conflito foi o mais longo e violento já registrado na América do Sul e contou com a participação da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai.

Vale lembrar que a guerra foi motivada quando as tropas do Exército e da Armada Imperial do Brasil, e grupos militares do Uruguai, em 1864, iniciaram uma intervenção armada contra o governo do presidente Atanásio Cruz Aguir-

^a Subtenente de Intendência. Pesquisador do Centro de Estudos e Pesquisa em História Militar do Exército.



re. Os uruguaios viviam uma guerra civil, de um lado, os membros do Partido Blanco, formado especialmente por grandes latifundiários do interior, e do outro, os integrantes do Partido Colorado formado por grandes comerciantes de Montevideú.

Em virtude desse evento e, ainda, dos tumultos que vinham acontecendo na região fronteira entre brasileiros e uruguaios acabou motivando o Brasil adotar medidas firmes contra o país limítrofe. Os fazendeiros de gados, gaúchos, reclamavam dos roubos de animais na região, e apontavam membros do país vizinho como os possíveis responsáveis pelas ações. Em contrapartida, os uruguaios queixavam-se dos trabalhos forçados a que eram submetidos, em regime de escravidão, métodos muito utilizados pelos estancieiros sul-riograndenses.

Diante das circunstâncias, o governo brasileiro tratou de criar uma missão diplomática, que foi enviada ao Uruguai para resolver o impasse. Mesmo assim, Aguirre, não deu importância à comissão

brasileira, ficando evidente o total descaso com a diplomacia nacional. Em consequência, o Brasil enviou tropas terrestres e uma força naval comandada, respectivamente, pelo General João Propício Mena Barreto e pelo Almirante Joaquim Marques Lisboa, o barão de Tamandaré, para resolver o empecilho.

A tropa comandada pelo General Mena Barreto chegou a Paysandú, em 29 de dezembro de 1864, com duas Brigadas de Infantaria e um Regimento de Artilharia, este último sob o comando do tenente-coronel Emílio Luís Mallet.¹ Após dominar a cidade, as tropas seguiram para conquistar a cidade de Montevideú, onde foi assinado no dia 20 de fevereiro de 1865, o Convênio sobre a Campanha do Uruguai. A guerra contra Aguirre teve a participação brasileira em assuntos ligados à política interna do Uruguai, o conflito entre os dois países ficou conhecido como “Guerra contra Aguirre, ou Guerra do Uruguai”.

O presidente do Paraguai, Francisco Solano López, havia



aconselhado o governo brasileiro que qualquer tipo de intervenção na política do governo do uruguaio poderia acarretar em severas alterações na região do rio da Prata. Segundo Júlio José Chiavenatto a ocupação do Uruguai pelas tropas do Brasil ofendia o tratado de 1850 - não havia outra saída para Solano López, desde que toda uma conjuntura estava armada contra o Paraguai, que deveria fazer cumprir o acordo de defesa mútua com os orientais².

Em 14 de novembro de 1864, Solano López rompeu as relações diplomáticas com o Império do Brasil³. No mesmo dia, o navio *Marquês de Olinda* foi aprisionado por tropas guaranis quando subia o rio Paraguai. Vale ressaltar que a bordo da embarcação estava o novo governador da Província do Mato Grosso, o coronel Frederico Carneiro de Campos, que acabou sendo vitimado pelo contingente do ditador paraguaio.

Em dezembro de 1864, Solano López aproveitou-se da fraca defesa brasileira ordenando que suas tropas atacassem o Mato Grosso e

ocupassem Corumbá. Segundo Mércio Pereira Gomes, a região era caracterizada essencialmente pela presença indígena e cujo extermínio não havia se consolidado, como ocorreu, por exemplo, na Província do Ceará⁴. As etnias existentes na região não ofereceram quaisquer resistências ao inimigo. Inclusive, muitos grupos indígenas buscaram abrigos em lugares afastados, o que significava abandonar suas terras correndo o risco de perdê-las⁵. Essas medidas facilitaram a ocupação pelas tropas do tirano na região do conflito.

Em abril do ano seguinte, as tropas do ditador invadiram e tomaram Corrientes, província da Argentina, uma vez que, o seu próximo alvo seria o Rio Grande do Sul. Francisco Doratioto afirma que já existia a “necessidade de o Paraguai ter acesso ao Oceano Atlântico para ampliar seu comércio exterior, o que teve como consequência levar o governo paraguaio a interessar-se pelas lutas políticas platinas”⁶.

Portanto, em 1º de maio de 1865, reuniram-se em Buenos Ai-



res, o presidente da Argentina, Bartolomeu Mitre, do Uruguai, Venâncio Flores e representando o Império brasileiro, o senhor Francisco Otaviano de Almeida Rosa, com a intenção de firmarem o acordo conhecido como “o Tratado da Tríplice Aliança”. Para Marcelo Santos Rodrigues o tratado tinha por desígnio:

firmar o compromisso entre os países aliados de fazer uma guerra contra o governo de Solano Lopez, sem prejuízo da população paraguaia. Firmaram, no compromisso, que nenhum dos aliados deporá as armas, antes da queda do ditador, e tampouco poderia adotar posições em separado⁷.

A Guerra do Paraguai foi o momento ímpar da história do Brasil, em que a mobilização de homens se fez necessária como forma de auxiliar o Exército Imperial. O Estado Brasileiro requisitou a participação de habitantes para ajudar na luta contra o inimigo hostil. Segundo Augusto Tasso Fragoso, “o Império mobilizou cerca de 139.000 homens de uma população

geral de nove milhões de habitantes. Isso quer dizer que cerca de 1,5% da população brasileira teria participado diretamente do conflito no teatro de operações”⁸.

A MOBILIZAÇÃO: GABINO BESOURO NA GTA

Após o Brasil declarar guerra ao Paraguai, verificou-se a necessidade de ampliar o Exército Imperial para atender a extraordinária situação em que vivia o país. Para isso, foi instituído o Decreto nº 3.371, de 07 de janeiro de 1865, que designava a formação dos Corpos de Voluntários de Pátria (CVP) para as condições de integridade do Império brasileiro. Neste sentido, os CVP deveriam suprir as necessidades da guerra, conforme retratado no Art. 1º

são criados extraordinariamente Corpos para o serviço de guerra, compostos de todos os cidadãos maiores de dezoito e menores de cinquenta anos, que voluntariamente se quiserem alistar [...]”⁹.



O decreto criava alguns benefícios para os CVP como forma de estimular os cidadãos recrutados, mas não poderia ser membros da Guarda Nacional (GN). Ressalta-se, que o procedimento adotado para os GN estava previsto no Decreto nº 3.383 de 21 de janeiro de 1865, em que deveriam cumprir a determinação prevista na lei, e ao final de um ano, seriam dispensados sem quaisquer indenizações.

Em contrapartida, os CVP receberiam um valor compensatório, equivalente ao soldo auferido aos “Voluntários de Exército, mais 300 reis diários e uma gratificação de 300\$000 quando dessem baixas, e um prazo de terras de 22.500 braças quadradas nas colônias militares ou agrícolas”¹⁰. Além disso, os voluntários teriam todos os privilégios e direitos das praças do Exército, podendo inclusive, ser promovidos ao posto de oficial.

É bom salientar que desde a interferência do Brasil na política do Uruguai, em 1864, já existia certo entusiasmo da população brasileira pela carreira das armas. O sentimento de patriotismo cres-

ceu ainda mais, quando começou a guerra contra o Paraguai e com a criação dos CVP. Para Doratioto o alistamento se dava da seguinte maneira:

Homens se alistavam como Voluntários da Pátria sem reivindicar seus prêmios em dinheiro e funcionários públicos abriram mão de seus vencimentos para custear a formação desse corpo militar e eram comuns as doações financeiras de particulares ou de movimentos patrióticos¹¹.

Ricardo Salles, no seu livro *Guerra do Paraguai: Escravidão e Cidadania na Formação do Exército*, adverte, que, com a publicação do decreto de convocação dos Voluntários da Pátria, aumentou, especialmente, a procura nos meios estudantis e em setores da população urbana¹². Essa procura impressionou muito as autoridades, já que a população era extremamente resistente a qualquer forma de recrutamento militar. Para Vitor I-zecksohn, a primeira onda de re-



crutamento aconteceu entre 1864 e 1865 que conseguiu reunir um contingente suficiente para [...] expulsar o Exército paraguaio do Rio Grande do Sul¹³.

De qualquer forma, o governo Imperial por meio de relatório do Ministro dos Negócios da Guerra afirmava que havia a necessidade de aumentar o efetivo de voluntários. Assim sendo, o Desembargador João Batista Gonçalves de Campos, governador da Província das Alagoas, atendendo a reivindicação constante no documento escreveu o seguinte:

Ordenei às autoridades policiais que ativassem o recrutamento e principiou a aparecer algum resultado.

Ordenei aos Comandantes Superiores da Guarda Nacional que por si e por seus subalternos procedessem ao recrutamento na mesma Guarda Nacional, de modo a produzir, pelo menos, quatro recrutas por companhia. Espero que apareçam efetivo recrutas nesta razão¹⁴.

Partindo desse princípio, Gabino Besouro, nascido em 1851, na

cidade de Penedo, Alagoas, aos 14 anos, tomou parte ativamente da Guerra do Paraguai. Mesmo contrariando o que previa o Decreto de Mobilização dos Voluntários da Pátria: o alistamento deveria ser a todos os cidadãos com idade entre maiores de dezoito e menores de cinquenta anos. Em 25 de agosto de 1866, o jovem Gabino incorporou como praça na graduação de segundo sargento, em que foi designado para compor o 2º CPA¹⁵. Em outubro do mesmo ano, o jovem militar foi promovido à graduação de primeiro sargento por seu desempenho profissional.

O 2º CPA, assim como o 20º Corpo de Voluntários da Pátria (20º CVP), foram “organizados em Maceió, Capital da Província das Alagoas, tendo por núcleo o Corpo Policial da Província, sendo reforçado pelo voluntariado e elementos da Guarda Nacional”¹⁶. A formação desses Corpos, só foi possível quando o Governador da Província das Alagoas ficou sabendo da notícia que ditador do Paraguai havia declarado guerra ao Brasil.



Em virtude disso, por meio do ofício nº 157, de 20 de novembro de 1867, o Palácio da Presidência da Província das Alagoas resolveu direcionar ao Ministro da Guerra, Henrique Beaurepaire Rohan, o efetivo do 2º CPA:

Ilustríssimo e excelentíssimo Senhor

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Exa., que promovi em comissão para o 2º Corpo Provisório que se está organizando, os seguintes oficiais e instrutores: tenente-coronel Manoel Joaquim Pinto Pacca; major, o capitão Francisco Honorato de Cerqueira Barbosa; capitão, tenente Vicente Marinho de Viveiros; tenente, o Alferes Miguel Frago de Bulhões Tamarindo; alferes, os sargentos Verano da Rocha Wanderley, Francisco José Gonçalves Júnior, José Joaquim do Patrocínio, Epaminondas Belmiro dos Santos, Manoel da Costa Pinto e João Henrique de Carvalho, todos estes da Guarda Nacional, à exceção do sargento Patrocínio que pertence ao Exército; portanto, peço a V.

Exa que se digne aprovar este meu ato, porque todos se apresentaram voluntariamente, a fim de seguirem para o teatro da guerra¹⁷.

Ressalta-se que o 20º CVP foi incorporado ao 52º CVP em 1867, esse último, estava acampado em Curuzu, que foi designado “para reforçar o 2º Corpo de Exército, quase às vésperas do combate de Curupaiti, como elemento da Brigada Auxiliar, enviada de Tuiuti”¹⁸. No mesmo período, a Província das Alagoas enviou o efetivo do 2º CPA para reforçar o 52º CVP. Tal medida só foi possível, uma vez que esse contingente já vinha treinando desde o início da Guerra.

Em 29 de maio de 1867, o 2º Corpo de Exército foi transferido por ordem superior de Curuzu para Passo da Pátria, “em virtude de uma grande inundação de todo o acampamento de Curuzu, pelo transbordamento dos rios Paraná e Paraguai, nos derradeiros dias da quele mês”.¹⁹ Outros fatores que também contribuíram para a mudança de área foram às baixas so-



fridas pelas tropas e a epidemia de cólera²⁰ nas regiões de Curuzu e Curupaiti, que escarmentou o seu efetivo, entre abril e maio 1867.²¹

Mesmo assim, o Comandante do 2º Corpo deixou uma guarnição na região endêmica cuja finalidade era fazer frente ao inimigo em caso de um combate. Para isso, a tropa da Antiga Brigada Auxiliar foi escolhida para essa missão, que mais tarde recebeu o reforço do 1º Corpo, às vésperas do assalto contra as fortificações de Curupaiti.²² No entanto, em 30 de maio do mesmo ano, quando o grosso do 2ª Corpo estava saindo do Teatro de Operações (TO), os soldados paraguaios trataram de atacar as tropas brasileiras, arremessando entorno de 1.400 projetis sobre o acampamento da Brigada Silva Paranhos, conduzida pelo tenente-coronel Antônio da Silva Paranhos. O ataque do Paraguai trouxe transtornos às tropas brasileiras, que acabou com 31 homens fora de combate.

É bom lembrar que a Brigada contava com o reforço de cinco Unidades, o 6º Batalhão de Infantaria de linha, 41º CVP, 42º CVP,

46º CVP e 52º CVP, esse último, estava o primeiro sargento Gabino Besouro no *front* de batalha. Em 04 de julho de 1867, foi determinado ao contingente comandado por Paranhos, que deixasse à região de Curuzu e se recolhesse ao Passo da Pátria para juntar-se o 2º Corpo de Exército. Outras mudanças foram feitas ao longo da guerra pelo marquês de Caxias, que planejou a redistribuição e o posicionamento das tropas do 1º Corpo de Exército e do 2º Corpo no TO.

Sendo assim, o 1º Corpo que ocupava e guardava as áreas de Tuiuti e Passo da Pátria, passou a responsabilidade para 2º Corpo a partir de 22 de julho 1867. Na verdade, essas áreas foram transformadas em bases de operações dos aliados durante a guerra. Essa mudança entre os Corpos provocou a reorganização do 2º Corpo do Exército, que ficou definido assim: O 52º CVP passou a pertencer a 10ª Brigada de Infantaria, do coronel Antônio da Silva Paranhos, recém promovido, que passou a contar com o 6º Batalhão de Infan-



taria e os Corpos 41º, 42º, 45º, 46º, 52º e 54º.²³

Diante das mudanças, o primeiro sargento Gabino passou a integrar ao 54º CVP, em fevereiro de 1868, onde tomou “parte na coluna que atacou o lado esquerdo do inimigo fronteiro em Tuiuti. Além disso, assistiu o ataque do dia vinte e um levado pelo 2º Corpo e de que resultou a tomada das trincheiras inimigas”²⁴. Em junho do mesmo ano, o militar foi excluído do 54º CVP, por ter sido transferido para o 1º Regimento de Artilharia à Cavalo, ao qual se apresentou no dia 8 e tomou parte no combate do Passo Benites, nas proximidades da Ilha de Araçá/Paraguai, sendo elogiado por seus superiores pela brilhante atuação durante o combate.

O marquês de Caxias após ter conquistado a região de Humaitá, decidiu transferir a base de operações de Curupaiti “para o recinto da fortaleza, que oferecia melhores vantagens sob todos os pontos de vista, inclusive pelo aproveitamento das instalações ali encontradas”.²⁵ López havia abandonado

Humaitá na esperança de estabelecer uma linha defensiva junto ao rio Tebiquari, já que a região “oferecia qualidades topográficas [...] na defesa contra a aproximação aliada que ameaçava vir do Sul, mas decidiu estabelecer aí seu quartel general, sua linha de defesa e uma fortificação, conhecida como Augustura”²⁶. As tropas do ditador paraguaio deixaram a fortaleza em 27 de março de 1868, seguindo em direção ao Chaco, “onde teve de sustentar renhidos combates, particularmente na Laguna Verá, na tentativa de furar o bloqueio que ali estabeleceram por tropas brasileiras e argentinas”²⁷.

A nova base de operações ficou sob o Comando do Marechal Argolo Ferrão que tinha a missão de reorganizar as tropas, tendo em vista a continuidade da campanha. Segundo Paulo de Queiroz a ideia era coordenar os movimentos das Unidades e Grandes Unidades que seguiriam ao encontro do inimigo²⁸. Portanto, o grosso do Exército Imperial, era formada pelos 1º e 3º Corpos, que marchou para o Norte levando junto suas forças, a Divi-



são Oriental do General Henrique Castro. Assim, o Exército Imperial foi subdividido em divisões de infantaria conforme citação por Duarte:

A 12ª Brigada de Infantaria, reunida à 11ª formava a 4ª Divisão de Infantaria, comandada pelo Brigadeiro Hilário Maximiano Antunes Gurjão, promovido a este posto por decreto de 18 de janeiro de 1868.

Pertencendo à 4ª Divisão, formou a 12ª Brigada no 1º Corpo do Exército, do Brigadeiro Jacinto Machado Bittencourt, que marchou ao clarear da jornada da quarta-feira, 19 de agosto, com o grosso do Exército, fazendo a vanguarda o 3º Corpo do General Osório.

No dia 28, passava a 4ª Divisão o Arroio Jacaré, acampando na sua margem direita; prosseguiu a marcha a 2 de setembro seguinte; atravessou o rio Tebiquiri e acampou em São Fernando; a 8, retornou a marcha e foi acampar em Ounebi-bi a 24, tudo de setembro.²⁹

As tropas brasileiras notaram que o Exército paraguaio dispunha de uma forte posição estratégica na região de Piquiciri, pois as condi-

ções do terreno dificultavam quaisquer movimentações na região. O Comando-Chefe, então, decidiu desviar os militares para uma nova posição em relação ao contingente de López. Para isso, foram gastos, aproximadamente 36 jornadas para prosseguir até a região de Palmas, onde se encontrava o grosso do Exército brasileiro acampado. O marquês de Caxias começou as operações de reconhecimento na área, mas observou que existia, à frente, uma forte posição do inimigo. Para vencer essas barreiras seria necessário adotar algumas estratégias:

Se impunha uma manobra desbordante pela esquerda, através de uma marcha pelo Chaco onde, pela própria disposição e natureza do terreno, era necessário levar o grosso das forças de manobra para a margem direita, atravessando o caudal do Paraguai, e ali construir uma estrada, pela qual pudesse a tropa passar além do fortim de Angostura, já reconhecido pela Esquadra, e que os paraguaios haviam construído na margem esquerda, um pouco abaixo da povoação de Villeta.³⁰



O Comandante-Chefe mobilizou um pequeno contingente com intuito de explorar o terreno e reformular a estratégia, que seria imprescindível à realização da manobra. A missão ficou a cargo do marechal Argolo Ferrão, que estava em Humaitá, mas por determinação superior foi emitido uma ordem para buscá-lo imediatamente. Cabe destacar, que, antes da chegada do 2º Corpo, foi realizado um reconhecimento preliminar

pela tropa do tenente-coronel Antônio Tibúrcio Ferreira de Souza, que era “formado dos 4º e 16º Batalhões de linha, um esquadrão de cavalaria, uma ala do Batalhão de Engenheiros e duas bocas de fogo, com a missão de abrir uma picada

e ganhar tempo na construção da almejada estrada”.³¹

Em 13 de outubro de 1868, seguiram mais dois corpos para o Chaco no intuito de reforçar o destacamento do tenente-coronel Ti-

búrcio. Mas, no dia 15 desembarcou em Palmas, o General Argolo Ferrão “que logo foi levado para a margem direita com 3.510 homens que trouxera consigo de Humaitá, ficando naquela fortaleza igual número de combatentes”³².



Gabino Besouro, aqui fotografado no posto de general.

A chegada do 2º Corpo foi o que faltava para reforçar a tarefa, que já vinha sendo desenvolvido pelos contingentes do tenente-coronel Tibúrcio.

Em 21 de novembro do mesmo ano, a unidade de Gabino Besouro, que estava acampado em



Palmas, recebeu à ordem para marchar em conjunto com a cavalaria em direção ao reduto de Angostura e de Lomas Valentina. Segundo Leandro José Clemente Gonçalves, a região estava com cerca de 22 mil soldados do ditador paraguaio, que prontamente adotou o seguinte artifício:

López buscou entricheirar-se ao norte do rio Tebicuary, porém, notando que a posição na margem direita (setentrional), do rio Piquiciri, acima do Tebicuary, oferecia qualidades topográficas que proporcionavam uma melhor defesa contra a aproximação aliada que ameaçava vir do sul, decidiu estabelecer aí seu quartel-general, sua linha de defesa e uma fortificação, conhecida como Angostura deixada ao comando do tenente-coronel inglês Thompson.³³

Mesmo com a estratégia empregada por Solano López, o avanço das tropas foi inevitável, uma vez que a região já havia sido mapeada anteriormente. E, para consolidar a ofensiva do contingente brasileiro foram construídas: estradas, pontes, trincheiras, fortifica-

ções, dentre outras colaborações (embarque e desembarque de materiais e tropas, organização dos acampamentos e reconhecimentos)³⁴, todos esses fatores facilitaram o confronto com inimigo. Destaca-se, que o trabalho da engenharia foi decisivo ao organizar o caminho para o Chaco, possibilitando uma série de ações das tropas, que ficou conhecida como Dezembrada, no fim de 1868, tendo como alvos Itororó, Avaí, Lomas Valentinas e Angostura. A transposição da ponte é descrita pelo tenente-coronel Carlos de Carvalho da seguinte maneira:

Os meios de que dispúnhamos constavam apenas de três pontões de goma elástica, quatro chalanas, construídas de propósito, e duas canoas, que foram compradas no Mandisobi. Aqueles pontões prestaram-se maravilhosamente ao seu fim, e, se tivéssemos pelo menos mais seis, teríamos efetuado a passagem em dois dias, em lugar de quatro. Entretanto, a travessia de 14.000 homens, com grande bagagem, nove baterias e mais duzentas viaturas, sobre um rio, como o Mocoretá, que



nessa mesma ocasião tinha 50 braças 170 de largura e duas de profundidade, e em tão curto espaço de tempo é um fato novo nesses países [...] ³⁵.

Sérgio Morgado afirma que o General Argolo iniciou o movimento em direção à ponte do Arroio Itororó, através de uma estrada cercada de capoeiras e ligeiramente acidentada [...]. Dispunha de elementos de cavalaria, um esquadrão, e de uma bateria de canhões do Regimento de Artilharia a Cavallo ³⁶. O regimento do primeiro sargento tomou posição frente ao inimigo atacando a posição no flanco direito do reduto de Angostura. A perseguição ao oponente continuou, com novos bombardeios da unidade de Gabino, onde assaltaram e apoderaram-se de toda artilharia inimiga, mas só foi completamente derrotado em Potreiro Pires ³⁷. Nesse episódio, o primeiro sargento acabou sendo ferido de leve, mas continuou atuando no combate contra as tropas paraguaias.

Em 1869, o comandante do regimento, por meio de decreto, elogiou o jovem militar pela belíssima atuação durante sua participação nos ataques contra o inimigo hostil. Ainda no mesmo ano, foi destacado para fazer parte da 1ª Bateria que atacou a vanguarda de Piquiciri. O regimento de Gabino Besouro, em junho 1869, saiu em direção à Villa Rica numa campanha, mas para surpresa de todos, se depararam com o inimigo no desfiladeiro de Sapucahy ³⁸, sendo travado um combate de certa duração.

Em 21 de junho, o primeiro sargento, foi promovido ao posto de segundo tenente, permanecendo no 1º Regimento de Artilharia à Cavallo, sendo incluído no efetivo da 1ª Bateria. Em 28 de junho de 1869, o Governo Imperial, resolveu condecorar por atos de bravura, por meio do Decreto nº 4.131, de 28 de março de 1869, o recém-promovido ao posto de tenente Gabino Besouro, com a Medalha de Mérito Militar pela participação nos combates dos dias 21, 25 e 27 de dezembro de 1868.



Em janeiro de 1869, foi o período determinante para a GTA, uma vez que, as forças aliadas da Tríplice Aliança haviam ocupado à cidade de Assunção. Segundo Francisco Doratioto, a cidade transformou-se num verdadeiro acampamento militar quando “os soldados brasileiros se instalaram e os argentinos acamparam nos arredores. Ela tornou-se um centro de comércio, com cerca de duas mil casas de negócios e, ainda, quatro mil mulheres, que acompanhavam as tropas”³⁹.

A cidade tornou-se o ponto de apoio para os refugiados vindos do interior do país. Essas pessoas, na maioria das vezes estavam doentes, ou até com fome, mas não havia infraestrutura para recebê-los, tornando o quadro caótico⁴⁰. Vale lembrar que as funções administrativas da cidade eram desempenhadas por componentes ligados ao Exército Imperial, mas tinham poucas habilidades para lidar com esses cidadãos. Assim sendo, para resolver as necessidades dos civis, foi criado o Tribunal Militar Misto (TMM) de forma que pudesse a-

poiar a população local. O TMM ajudou o Paraguai ingressar numa nova fase da política, instituindo um governo provisório que denotava a conclusão da guerra, ainda que a morte do presidente paraguaio, Solano López, tenha ocorrido em 1º de março de 1870⁴¹.

Ao findar a guerra, grande parte dos Voluntários da Pátria foram desmobilizados, mas Gabino Besouro, por determinação superior, foi mandado se apresentar no Batalhão da Corte. O militar não sabia, mas uma nova fase em sua vida se iniciava, de imediato, foi concedido licença para matricular-se no Curso da Escola Militar. A ideia dos seus superiores era efetivá-lo no Exército Imperial e mantê-lo no posto que havia conquistado durante a GTA. Em 1871, no decorrer do curso, foi promovido ao posto de “segundo tenente de carreira”, por antiguidade a contar de 1870, sendo aprovado no exame prático da arma de Artilharia⁴².

Anos mais tarde, foi promovido ao posto de primeiro tenente em 12 de novembro de 1881 e a capitão em 15 de dezembro de 1888.



No entanto, por ser um militar dotado de grande capacidade intelectual, não custou para ser promovido sucessivamente aos postos de major em 7 de abril de 1892, tenente-coronel em 8 de agosto de 1895, coronel em 2 de agosto de 1905, general de brigada em 14 de novembro de 1910 e a general de divisão em 8 de abril de 1914.

O General Gabino Besouro comandou a Escola de Estado-Maior, a Inspetoria de Ensino Militar, a 5ª Divisão e 7ª Região Militar, a 3ª Divisão e a 5ª Região Militar. No ano de 1915, foi nomeado como o primeiro Comandante do Ensino Militar, função que posteriormente daria origem à Inspetoria Geral de Ensino do Exército, o atual Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto elaborava o artigo, observei a admirável trajetória militar de Gabino Besouro. O jovem militar juntamente com seus companheiros ingressou no CVP e

pode representar o Brasil com persistência no maior conflito armado da América do Sul. Afinal, a Guerra do Paraguai é um evento marcante para a historiografia, onde houve a participação de vários voluntários no combante ao ditador paraguaio. Segundo Ricardo Salles, a tropa de voluntários não tinha o menor preparo e nem condições de atuar nos campos de batalhas.

Apesar do questionamento do historiador, mesmo com o pouco tempo de preparo, o exército de voluntários conseguiu superar as dificuldades encontradas durante os combates. Nesse contexto célebre, surgia o personagem de 14 anos de idade, que participou com bravura dos combates mais longínquos da GTA.

A Fé de Ofício, em suas entrelinhas, revela todas as missões a ele confiada no decorrer da Guerra do Paraguai. O resultado incidiu no recebimento das menções elogiosas, medalha por atos de bravura e promoções, que denotam o reconhecimento de seus superiores pelos feitos nos campos de batalha.



Ressalta-se ainda, que o militar conquistou com muita labuta o seu lugar no efetivo do Exército Imperial no pós-guerra. Cabendo ser lembrando pelos feitos positivos ao longo de sua carreira militar. A história do General Gabino Besouro é pouco conhecida no âmbito militar e tampouco pela bibliografia especializada.

BIBLIOGRAFIA

Centro de Comunicação Social do Exército. Tomada de Paissandu. *Noticiário do Exército*, Brasília, 2016.

CHIAVENATTO, Julio José. *Genocídio Americano: A guerra do Paraguai*. [s.e.], 1979.

DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. *O conflito com o Paraguai: a grande guerra do Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. *O Brasil no Rio Prata (1822 – 1994)*. Brasília: FUNAG, 2014.

DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai* v.2, t.III. Rio de Ja-

neiro: Bibliex, 1989.

DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*, v.3, t.IV. Rio de Janeiro: Bibliex, 1989.

DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*, v.3, t.II. Rio de Janeiro: Bibliex, 1989.

DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*, v.3, t.III. Rio de Janeiro: Bibliex, 1989.

Fé de Ofício do General GABINO SUZANO DE ARAÚJO BESOURO, extraído do Arquivo Histórico do Exército (AHEx), em 11 de outubro de 2017.

FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da guerra entre Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado Maior do Exército, 1934.

GOMES, Mércio Pereira. *Os índios e o Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1988

GONÇALVES, Leandro José Clemente. *Tática do Exército Brasileiro na Guerra do Paraguai entre 1866 e 1869*, 2009, [mestrado em história]. Universidade Estadual Paulista, Franca, 2009.

IZECKSOHN, Vitor. Resistência ao recrutamento para o Exército



durante as guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1860. *Revista de Estudos Históricos*, n.27, Rio de Janeiro, 2001.

MARQUES, Adriana Vargas. Um exército invisível: a participação de indígenas na guerra contra o Paraguai. *Revista Urutágua* - revista acadêmica multidisciplinar - Departamento de Ciências Sociais Universidade Estadual de Maringá, 2006.

RODRIGUES, Marcelo Santos. *Guerra do Paraguai: os caminhos da Memória entre a Comemoração e o esquecimento*. [Doutorado em Ciências Humanas]. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

RODRIGUES, Marcelo Santos. *Os (in) voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai: a participação da Bahia no conflito*. Salvador, [Dissertação de Mestrado], Universidade Federal da Bahia, 2001.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: Escravidão e Cidadania na Formação do Exército*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

VAZ, Braz Batista. *O final de uma Guerra e suas Questões Logísticas: O Conde D' Eu na Guerra do Paraguai (1869-1870)*, 2011, [doutorado em história]. Universidade Es-

tadual Paulista, Franca, 2011.

¹Centro de Comunicação Social do Exército. Tomada de Paissandu. *Noticiário do Exército*, Brasília, 2016, p. 01 acesso em: 07 de dezembro de 2017.

²CHIAVENATTO, Julio José. *Genocídio Americano: A guerra do Paraguai*. 1979, p.109.

³Ibid., p.109.

⁴GOMES, Mércio Pereira. *Os índios e o Brasil*. Petrópolis: Editoras Vozes, 1988, p. 23.

⁵MARQUES, Adriana Vargas. Um Exército Invisível: a Participação de Indígenas na Guerra Contra o Paraguai. *Revista Urutágua* - revista acadêmica multidisciplinar - Departamento de Ciências Sociais. Universidade Estadual de Maringá, 2006, p.3. <http://www.urutagua.uem.br/010/10marques.htm> acesso: no dia 22 de novembro de 2017.

⁶DORATIOTO, Francisco Monte Oliva . *O Brasil no Rio Prata (1822 – 1994)*. Brasília: FUNAG, 2014, p.39.

⁷RODRIGUES, Marcelo Santos. *Os (in) voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai: a participação da Bahia no conflito*. Salvador, [Dissertação de Mestrado], Universidade Federal da Bahia, 2001, p. 21.



⁸FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da guerra entre Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado Maior do Exército, 1934, p. 220.

⁹BRASIL, Decreto nº 3.371, de 7 de Janeiro de 1865, extraído: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3371-7-janeiro-1865-554492-publicacaooriginal-73111-pe.html>, acesso em: no dia 19 de outubro de 2017.

¹⁰Art.2 do Decreto nº 3.371, de 7 de Janeiro de 1865, extraído: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3371-7-janeiro-1865-554492-publicacaooriginal-73111-pe.html>, acesso: no dia 19 de outubro de 2017.

¹¹DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. *O conflito com o Paraguai*. A grande guerra do Brasil. São Paulo: Ática, 1996, p. 47.

¹²SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: Escravidão e Cidadania na Formação do Exército*. São Paulo: Paz e Terra. 1990, p. 96.

¹³IZECKSOHN, Vitor. “Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1860” *Revista de Estudos Históricos*, nº 27, Rio de Janeiro, 2001, p. 03.

¹⁴DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1989, v.2, t.III, p 104

¹⁵Fé de Ofício do General GABINO SUZANO DE ARAÚJO BESOURO, extraído do Arquivo Histórico do Exército (AHEx), em 11 de outubro de 2017.

¹⁶DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1989, v.2, t.III, p 104.

¹⁷DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1989, v.3, t.IV, p 102-103.

¹⁸DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1989, v.3, t.IV, p 102.

¹⁹DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1989, v.3, t.IV, p 103.



²⁰É uma doença causada por uma bactéria que se multiplica rapidamente no intestino humano produzindo uma potente toxina que provoca diarreia intensa.

<http://www.dicionarioinformal.com.br/significado/c%C3%B3lera/2026/>
acesso em: 11/01/2018.

²¹DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1989, v.3, t.IV, p. 103.

²²DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1989, v.3, t.IV, p. 103.

²³DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1989, v.3, t.IV, p. 105

²⁴Fé de Ofício do General GABINO SUZANO DE ARAÚJO BESOURO, extraído do Arquivo Histórico do Exército (AHEx), em 11 de outubro de 2017.

²⁵DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1989, v.3, t.II, p.183.

²⁶GONÇALVES, Leandro José Clemente. *Tática do Exército Brasileiro na Guerra do Paraguai entre 1866 e 1869*, 2009, [mestrado em história].

Universidade Estadual Paulista, Franca, 2009, p.41.

²⁷DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1989, v.3, t.II, p.182.

²⁸DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1989, v.3, t.II, p.183.

²⁹DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1989, v.3, t.II, p.183.

²⁹DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1989, v.3, t.III, p.166.

³⁰DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1989, v.3, t.III, p.166.

³¹DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1989, v.3, t.III, p.167.

³²DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1989, v.3, t.III, p.168.

³³GONÇALVES, Leandro José Clemente. *Tática do Exército Brasileiro na Guerra do Paraguai entre 1866 e*



1869, 2009, [mestrado em história]. Universidade Estadual Paulista, Franca, 2009. p.41.

³⁴VAZ, Braz Batista. O final de uma Guerra e suas Questões Logísticas: O Conde D' Eu na Guerra do Paraguai (1869-1870), 2011, [doutorado em história]. Universidade Estadual Paulista, Franca, 2011. P.82.

³⁵tenente-coronel Carlos de Carvalho apud TAVARES, op. cit., p. 75.

³⁶http://www.funceb.org.br/images/revista/21_5v2z.pdf Acesso em: 15/12/2017.

³⁷Fé de Ofício do General GABINO SUZANO DE ARAÚJO BESOURO, extraído do Arquivo Histórico do Exército (AHEx), em 11 de outubro de 2017.

³⁸Fé de Ofício do General GABINO SUZANO DE ARAÚJO BESOURO, extraído do Arquivo Histórico do Exército (AHEx), em 11 de outubro de 2017.

³⁹http://www.academia.edu/28560464/A_ocupa%C3%A7%C3%A3o_pol%C3%ADtico_militar_brasileira_do_Paraguai_1869_1876_.pdf Acesso em: 11 de dezembro de 2017.

⁴⁰http://www.academia.edu/28560464/A_ocupa%C3%A7%C3%A3o_pol%C3%ADtico_militar_brasileira_do_Paraguai_1869_1876_.pdf

69_1876_.pdf Acesso em: 11 de dezembro de 2017.

⁴¹RODRIGUES, Marcelo Santos. Guerra do Paraguai: os caminhos da Memória entre a Comemoração e o esquecimento. [Doutorado em Ciências Humanas]. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009, p 31.

⁴²Fé de Ofício do General GABINO SUZANO DE ARAÚJO BESOURO, extraído do Arquivo Histórico do Exército (AHEx), em 11 de outubro de 2017.

A primeira fase da Guerra da Tríplice Aliança e o fechamento do Instituto de Menores Artesãos (1861-1865)

Douglas de Araújo Ramos Braga ^a

Resumo: A Guerra da Tríplice Aliança impactou de diferentes maneiras na composição da sociedade brasileira. O presente artigo contempla um estudo sobre o Instituto de Menores Artesãos, instituição que terminou por ser fechada como consequência do conflito.

Palavras-chave: Guerra da Tríplice Aliança, Sociedade.

INTRODUÇÃO

Arrostando Nas últimas décadas, inúmeros trabalhos vêm sendo publicados em relação à temática da história das políticas públicas para a infância no Brasil. Estudiosos e pesquisadores vêm refletindo acerca da história das práticas de institucionalização de crianças no Brasil, desde o período imperial, e perpassando o período republicano.

No Brasil, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, o proces-

so de urbanização e crescimento demográfico se expande a partir da segunda metade do século XIX. A Corte passa a receber cada vez mais capitais internacionais, utilizados em grande parte no setor de serviços públicos (com a fundação de companhias de gás, transporte e esgoto), e também capitais provenientes do setor cafeicultor, tornando-se sede de diversos bancos e lugar privilegiado para a vinda de negociantes estrangeiros..

Entretanto, se por um lado a

a 1º Tenente do Quadro Complementar de Oficiais.



cidade se modernizava, visando os ideais de “progresso” e de “civilização”, por outro crescia também, tal qual ocorreu nas grandes cidades europeias, a população pauperizada, que se tornou alvo de controle por parte do Estado. Cortiços e casas de cômodos proliferam por todo o Rio de Janeiro, sendo vistos como lócus de doenças, pobreza e criminalidade.

Como ressalta Londoño¹, a questão da criança abandonada, vadia e infratora passou a ser uma questão de assistência e proteção, garantida pelo Estado através de instituições e patronatos. A atenção a esta criança passou a ser proposta como um serviço especializado, diferenciado, com objetivos específicos, o que significava a participação de saberes como os do higienista, que devia cuidar da sua saúde e higiene; os do educador, que devia cuidar de disciplinar, instruir e tornar o menor apto para se reintegrar á sociedade; e os do jurista, que devia conseguir que a lei garantisse essa proteção e essa assistência. Assim, da segunda metade do século XIX à primeira metade

do século XX, “menor” deixa de ser uma palavra associada exclusivamente à idade, para designar principalmente as crianças pobres abandonadas ou que incorriam em delitos, no contexto em que se tornou fundamental a preocupação com a preservação da ordem social aparentemente ameaçada e o interesse em assegurar a modernização brasileira. O Rio de Janeiro do século XIX encontrava-se em amplo processo de urbanização e de crescimento demográfico, em que os paradigmas de “civilização” e “progresso” norteavam as ações das classes dirigentes do Império.²

Como também aponta Duarte³, diversas mudanças ocorreram na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, com cada vez mais trabalhadores livres convivendo com trabalhadores escravos urbanos. A cidade era o porto mais importante do país, e sede de grandes bancos e negociantes estrangeiros. Ao mesmo tempo, a presença de capitais provenientes da cafeicultura e do comércio, um mercado consumidor cada vez mais ligado pela rede ferroviária e a



mão-de-obra abundante favoreceram a implantação das primeiras fábricas. Um sistema de rede de água encanada e de redes de esgotos (administrado por companhias estrangeiras) começou a ser implantado, com grande parte da população trabalhadora vivendo amontoada em cortiços e casas de cômodos sem condições de higiene, e que favoreciam a propagação de doenças.

Ao mesmo tempo em que a cidade do Rio de Janeiro se urbanizava e era o centro da vida cultural e intelectual do país, buscando a modernização e o progresso, Rizzi⁴ destaca que era também “locus da desordem, da doença, da criminalidade e da imoralidade”. A população pauperizada crescia, e crianças e jovens estavam sempre presentes no cenário de abandono da cidade. A pobreza urbana, assim, tornou-se alvo de interesse e objeto de intervenção na tentativa de controle, com os pobres sendo sistematicamente tipificados como ameaças a serem contidas.

Da mesma forma, a ideia do trabalho como forma de evitar a

marginalidade passou a predominar neste período. Segundo Teixeira⁵, em contraposição à rua (local próprio à vadiagem), a educação pelo trabalho era vista como uma possibilidade de regeneração para a infância desvalida. A ideia predominante em boa parte da sociedade ligava crianças pobres e trabalho como forma de evitar a marginalidade. A ideologia do trabalho, portanto, servia como estratégia de regeneração, controle social e ordenação urbana, além do objetivo de disciplinarização das classes populares, a partir da educação de suas crianças. A criação de instituições assistenciais para retirar de circulação e reeducar estes jovens através do trabalho, coibindo futuros ociosos e criminosos, tornou-se fundamental. Através destas instituições, de acordo com a autora, os menores deveriam aprender a obediência, o respeito à hierarquia e a promoção da civilidade, como garantia de preparação de novos trabalhadores e de manutenção da ordem urbana. Buscava-se, portanto, disciplinar essas crianças para o trabalho e afastá-las da ociosidade,



recuperando socialmente aquelas que perambulavam pelas ruas. Assim, “as instituições, ao segregar o menor carente, tirá-lo-ia das ruas, da vadiagem e do contato perigoso com familiares incapacitados.”⁶

Até então, já existiam instituições militares que recebiam estes menores. Teixeira⁷ aborda esta questão, afirmando que na década de 1830, pensando na instrução de crianças pobres a fim de formar um contingente profissional para atuar na Marinha e na Guerra, o Império determinou o envio de órfãos para estes arsenais. Na década seguinte, foram instituídas as Companhias de Aprendizes Artífices e as Companhias de Aprendizes Marinheiros ao longo do território imperial, iniciando-se assim a formação compulsória de trabalhadores para diversos ofícios, através do encaminhamento de crianças e adolescentes às oficinas dos arsenais militares, do Ministério da Guerra ou da Marinha. O objetivo central era evitar que crianças desvalidas tornassem-se futuros vadios, inúteis e perigosos à sociedade. Na década de 1850, começaram a ser fundadas

Casas de Educandos Artífices, que ensinavam ofícios profissionais para menores.

O Instituto de Menores Artesãos surgiu exatamente como resposta a uma necessidade do século XIX de criação de novas instituições para recebimento dos “menores”, vistos como potenciais ameaças para a sociedade, para que estes fossem corrigidos e aprendessem um ofício, tornando-se úteis para a sociedade.

Foi neste momento, portanto, que se regulamentou o Instituto de Menores Artesãos, em 13 de Fevereiro de 1861, funcionando no mesmo espaço institucional da Casa de Correção da Corte (1850) e da Casa de Detenção (1856). Trabalhamos aqui com a hipótese de que o Instituto foi a primeira instituição não militar diretamente ligada ao Estado a receber estes menores (e não o Asilo de Meninos Desvalidos, de 1875, comumente apresentado com a primeira instituição). Após a abolição do tráfico, em 1850, a urgência por mão-de-obra qualificada e o grande número de detentos na Casa de Correção,



esta se viu obrigada a separar seus detentos por faixa etária e por sexo, na perspectiva de direcioná-los melhor na pedagogia do trabalho. O aproveitamento de menores já era constante na Casa de Correção, inclusive durante a sua construção, ao longo das décadas de 1830 e 1840.⁸

Conforme previsto pelo decreto N. 2745, que criou e regulamentou a instituição, o Instituto tinha como finalidade a educação moral e religiosa dos menores e era dividido em duas seções: a primeira com 180 vagas, que recebia menores enviados pela polícia como vadios ou abandonados, ou enviados por pais ou tutores por má índole; e a segunda com 120 vagas, recebendo menores que não puderam receber educação conveniente em outro lugar. Dentro de cada seção, havia ainda duas divisões: uma dos que tivessem 14 anos ou mais, e outra dos que tivessem menos. Para ser admitido, ele deveria passar por um exame de sanidade, para checar se ele estava são, robusto e vacinado. O jovem poderia ficar na instituição até com-

pletar 18 anos (embora muitos continuassem após essa idade), ocupando um dos seguintes ofícios: canteiros, carpinteiros, encadernadores, ferreiros, funileiros, marceneiros, pedreiros, segeiros, serralheiros e tanoeiros. Também era utilizada uma classificação, segundo a qual havia quatro classes de menores: distintos (bom comportamento moral, aplicação no trabalho, sentimentos religiosos); úteis (aplicados e aproveitam o ofício); produtores (aplicados ao ofício); e aprendizes (fora das anteriores). Além disso, eram preenchidas tabelas com o número de menores que entraram e saíram ao longo de cada ano.

Como meio de correção dos menores, o Diretor deveria usar da “autoridade paternal”, estando proibidos os castigos físicos. O menor que infringisse alguma norma poderia ser rebaixado dentre as classificações já citadas aqui, por um tempo determinado ou definitivamente.

Findo o tempo de permanência do menor na instituição, ele poderia ser empregado, ou o Dire-



tor o abonaria com enxoval correspondente à sua condição, e a ferramenta própria do seu ofício. Eles podiam permanecer no Instituto por oito anos, caso admitidos com menos de 13 anos, por sete anos se tivessem entrado com 13 anos, e por seis anos caso a admissão fosse feita aos 14 anos.

As dificuldades para a administração da instituição eram imensas, como a análise das fontes vem demonstrando. Nos relatórios do Diretor da Casa de Correção ao Ministério da Justiça ou ao Chefe de Polícia⁹, fica claro como era difícil a administração do Instituto, com a ocorrência de assassinatos, insubordinação e fugas constantes, além de indicar uma circulação de informações entre várias instâncias administrativas da Corte.

Por outro lado, ao longo de sua breve existência, menores foram constantemente enviados para trabalharem em outras instituições do Império ou com particulares. Neste sentido, Jorge Prata de Sousa¹⁰ compreende a experiência do Instituto de Menores Artesãos como um rito de passagem, através

do qual a infância ociosa passava à serventia do trabalho adulto nas instituições administrativas do Império. A função do Instituto fazia-se cumprir, adestrando a mão-de-obra menor e fazendo-a produzir, para em seguida distribuí-la aos órgãos imperiais. A instituição, portanto, representou um determinado projeto de aproveitamento da mão-de-obra menor, imprimindo uma política para o trabalho.

Entretanto, apesar dos constantes casos de fugas, roubo e violência dentro do Instituto, muitos pais requeriam, principalmente através da Secretaria de Polícia, a admissão de seus filhos na instituição, a fim destes aprenderem um ofício. A troca de informações entre a Secretaria e a Casa de Correção fica evidente nestes requerimentos, e também muitos menores foram enviados para trabalhar na força policial. Como destaca Sousa¹¹, nestes pedidos de entrada, os pais apelam sobretudo para o argumento da pobreza, tendo como objetivo principal a possibilidade do filho adquirir um ofício que os



possibilite sair da situação miserável em que se encontram.

Ao mesmo tempo, percebe-se pela documentação que, de fato, muitos menores foram enviados para outras instituições como mão-de-obra. A maioria foi destinada a instituições militares, principalmente a Marinha. Um indício da troca de informações entre o Diretor da Casa de Correção, o Ministro da Justiça e a Marinha pode ser percebida neste despacho do diretor ao ministro em setembro de 1863:

Com ofício do chefe encarregado do Quartel General da Marinha, foi-me por ordem do Exm. Ministro daquela repartição devolvido o menor Cazemiro da Rocha Vieira, que por aviso de V. Excia. de 13 de agosto findo foi destinado ao Corpo de Imperiais Marinheiros, pelo mau comportamento obtido no Instituto de Menores Artesãos, deste estabelecimento a que pertenciera. A vista pois do ocorrido, não podendo continuar nesta Casa sem destino o mesmo em questão, peço à V. Excia se sirva ordenar o que for justo, livrando este estabelecimento do con-

tágio de um indivíduo tão incorrigível.¹²

Assim, menores que eram vistos como portadores de comportamento “incorrigível” poderiam ser enviados para a Marinha. A partir de agora, analisaremos o processo que levou ao encerramento das atividades do Instituto.

A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA: A PRIMEIRA FASE (1864-1865)

Enfocaremos, no presente trabalho, o primeiro ano da Guerra da Tríplice Aliança, entre fins de 1864 e 1865. O historiador militar Vitor Izecksohn¹³ aponta mudanças na estrutura política da região do Prata e da política externa do Paraguai como causas diretas da guerra. Para o Brasil, o principal foco de tensão era o Uruguai. Com a ascensão do partido Blanco ao poder, em 1862, as disputas entre brasileiros e uruguaios se tornaram mais evidentes. O partido adotou política favorável à nacionalização das fronteiras, o



que implicava a taxaço dos brasileiros ali residentes e o controle de gado e escravos que circulavam entre os dois paíes. Líderes gaúchos pressionavam o governo brasileiro a apoiar os colorados, que também passaram a contar com apoio argentino. Em agosto de 1864, o Brasil interveio no Uruguai, promovendo o bloqueio naval do porto de Paissandu. A ação brasileira e ao apoio dado pelos brasileiros aos colorados teriam irritado o então ditador paraguaio, Solano López.

A situação na região era tensa. Como afirmam os historiadores Amado Cervo e Clodoaldo Bueno:

A guerra civil uruguaia, opondo blancos e colorados, é o ponto de partida da crise. Os blancos no poder indispõem contra si o Império, e razão de sua hostilidade tradicional e da perseguição aos súditos brasileiros que acabavam se envolvendo nos conflitos políticos. Indispõem também o governo argentino de Mitre, com seus acenos a Urquiza, o adversário derrotado. Isolam-se, pois, restando-lhes insuflar o ditador paraguaio, o qual, sem experiência, das rela-

ções internacionais, se deixa arrastar por um plano simplório e insensato.¹⁴

Segundo os referidos historiadores, de longa data o Paraguai vinha se fortalecendo militarmente. Contudo, os planos de Solano López eram vagos, pensando em se constituir árbitro das questões platinas, demonstrando sua presença na região. De nada lhe serviram as advertências feitas insistentemente pelo Parlamento brasileiro acerca de seu militarismo.¹⁵

O historiador Leslie Bethell¹⁶ aponta a sequência dos acontecimentos. Em 12 de novembro de 1864, após a captura pelo Paraguai de um vapor mercante brasileiro que saía de Asunción para Corumbá, levando o presidente da província do Mato Grosso a bordo, o Brasil rompeu relações diplomáticas com aquele país. Em 13 de dezembro, Solano López tomou a grave decisão de declarar guerra ao Brasil e invadiu o Mato Grosso. Quando a Argentina negou autorização do Exército paraguaio para atravessar Misiones, e para invadir



o Rio Grande do Sul, Solano López também declarou guerra a ela, em 18 de março de 1865, e no mês seguinte invadiu a província de Corrientes.

O sentimento de patriotismo teria se espalhado pela população brasileira neste momento, com o sentimento de que os brasileiros deveriam defender a honra nacional, como destaca o autor Vitor Izecksohn

A intensidade e a frequência das manifestações populares durante o primeiro semestre de 1865 e o espaço reservado às notícias de guerra nos jornais de todo o país demonstram a consolidação do sentimento de patriotismo. (...) enraizavam-se tanto a repulsa pela invasão sem declaração prévia de guerra quanto o senso de pertencimento a um recorte territorial cuja consolidação datava de apenas duas décadas. Sociedades patrióticas foram espontaneamente estabelecidas em todas as províncias, com coletas de donativos e organização de grupos de voluntários.¹⁷

Bethell¹⁸ argumenta que, fossem quais fossem as ponderações

que nortearam suas ações, a decisão de Solano López em declarar guerra primeiro ao Brasil e depois à Argentina, e em invadir os dois territórios, se demonstrou um grave erro de cálculo, que traria consequências trágicas para o povo do Paraguai. Ele superestimou o poderio econômico e militar paraguaio; subestimou o poder militar, em potencial, se não efetivou, do Brasil, e sua disposição para lutar; e errou em pensar que a Argentina poderia ficar neutra. A imprudência de López resultou exatamente naquilo que ele mais temia, a união de seus dois vizinhos mais poderosos, a quem se uniu o Uruguai. Em 1º de maio de 1865, assim, foi assinado por Brasil, Argentina e Uruguai o Tratado da Tríplice Aliança que previa, entre suas cláusulas, a derrubada da ditadura de Solano López e a livre navegação dos rios Paraguai e Paraná.

No mesmo mês, o Exército paraguaio finalmente atravessou Misiones e invadiu o Rio Grande do Sul. No dia 14 de setembro, o comandante paraguaio coronel Estigarribia se rendeu ao presidente



Mitre (então comandante das forças aliadas), ao imperador d. Pedro II (em sua única visita à zona de guerra) e ao presidente uruguaio Flores, em Uruguiana. O Exército paraguaio então se retirou atravessando o rio Paraná e se preparou para defender a fronteira sul do país. Enquanto isso, em 14 de junho, na Batalha do Riachuelo, no rio Paraná, a Marinha brasileira tinha praticamente destruído a Marinha paraguaia e criado um bloqueio cerrado do Paraguai, que se manteve até o fim da guerra.¹⁹

Izecksohn²⁰, contudo, aponta que a campanha seria penosa e difícil. Havia grandes dificuldades logísticas, sérios problemas infraestrutura, numerosas baixas por doenças e a necessidade de ampliação do contingente por meio de novas políticas de recrutamento, como a criação dos corpos de Voluntários da Pátria (em que o imperador se alistou como voluntário número um, demonstrando simbolicamente a unidade de todos os brasileiros), e uma lei de d. Pedro II de 1866, tomando decisão de libertar número mais significativo

de escravos para lutar contra o Paraguai.

O autor destaca a centralidade de Caxias neste processo. O então marquês assumiu o comando das tropas aliadas com o afastamento de Mitre, em fins de 1866. Para reorganizar o Exército, Caxias chegou a necessitar de alguns meses de paralização, decisão criticada por seus adversários políticos, mas que no fim se mostrou acertada, tendo sido essencial para a preparação e o treinamento da tropa, inclusive no que se refere ao uso de armas de fogo, e para a escavação de trincheiras que permitiram a ampliação do cerco à Fortaleza de Humaitá, principal baluarte dos paraguaios. Como afirma o historiador,

Caxias era nome influente do Partido Conservador, símbolo da unidade nacional e condestável do Império. (...) Caxias aliava conhecimentos e experiência na organização de exércitos com talentos políticos que facilitavam o entendimento com os comandantes dos exércitos aliados. (...) Nessas circunstâncias, a nomeação de



Caxias correspondia ao desejo do governo imperial em dotar o Exército de comando unificado, para guerra cuja complexidade total só foi atingida lentamente e com dificuldade.²¹

Embora não seja foco do presente artigo, Bethell²² descreve brevemente o processo final da guerra. Em 5 de agosto de 1868, os aliados ocuparam Humaitá, e em 27 de dezembro daquele ano, a derrota decisiva dos paraguaios na Batalha de Lomas Valentinas, sob o comando o marechal Luís Alves de Lima e Silva, o marquês de Caxias que citamos anteriormente. Em primeiro de janeiro de 1869, as forças aliadas entraram em Asunción. Mas a guerra entrou então em uma terceira fase. Solano López formou um novo Exército a leste e Asunción e iniciou uma campanha de Guerrilha. Caxias, já cansado, decidiu se afastar, e o imperador nomeou seu genro, o Conde d'Eu, comandante-em-chefe. Junto com sua companheira irlandesa Eliza Lynch, López foi perseguido por mais alguns meses por tropas brasileiras ao norte, até ser finalmente

acuada e morto em Cerro Corá, no extremo nordeste do Paraguai, em primeiro de março de 1870. Em 27 de julho de 1870 foi, então, assinado um tratado de paz preliminar.

Analisaremos, agora, o impacto da Guerra para o Instituto de Menores Artesãos.

A GUERRA E O FECHAMENTO DO INSTITUTO DE MENORES ARTESÃOS

O Instituto acabou fechando as portas por Aviso de 30 de agosto de 1865²³, com a maioria dos menores nele presentes sendo enviados para a luta na Guerra da Tríplice Aliança.

Segundo Renato Pinto Venâncio²⁴, o governo imperial não estava preparado para um conflito longo, imaginando que em vez dos cinco anos e quatro meses necessários para derrotar o inimigo, a guerra duraria não mais que seis meses. Ao perceber a gravidade da situação, o governo imperial foi procurando medidas para contornar as deficiências de planejamento no



período anterior à entrada no conflito. Escravos, libertos e prisioneiros foram recrutados para o Exército, enquanto a Marinha começou a esvaziar as companhias de aprendizes, enviando os meninos para os batalhões navais. As companhias só não fecharam as portas porque se montou uma “máquina” de recrutamento, na qual a polícia desempenhou um papel de fundamental importância.

E, paralelamente à ação policial, o recrutamento também contou com outra importante fonte de braços: as oficinas de aprendizes artífices. Por este motivo, o Instituto de Menores Artesãos foi extinto em 1865, e grande parte dos menores ali residentes foram enviados para o Batalhão de Aprendizes Marinheiros.

O Aviso também justificou o fechamento afirmando que a instituição não produzia resultados condizentes com as suas altas despesas, e mandando o diretor da Casa de Correção demitir todos os funcionários do Instituto. O desespero se instalou entre os pais que tinham seus filhos matriculados no

local, por medo de que os mesmos fossem mandados para a guerra. Porém, muitos pedidos de pais foram respondidos com negativas, tendo em vista que os menores já estavam nas forças armadas. Os despachos entre o Diretor da Casa de Correção e o Ministro da Justiça continuavam e, em comunicado de setembro de 1865, o referido diretor afirma que, dos 277 menores presentes no Instituto, 186 foram enviados às forças armadas imperiais.

Como consta no texto do Aviso, o Diretor da Casa de Correção José Nabuco de Araújo se dirige ao Imperador, afirmando que

1º Vm despedirá todos os empregados do mesmo Instituto; 2º entregará ao Ministro da Marinha os 172 menores que compõem a 1ª Secção do Instituto, para ali remetidos pelo Chefe de Polícia a fim de que pelo mesmo Ministério sejam aplicados nas oficinas do Arsenal de Marinha, ou como for conveniente; 3º quanto aos 105 meninos que compõem a 2ª Secção do Instituto, para ali remetidos a pedido dos pais ou tutores, Vm majestade publicará editaes



por 15 dias, para que seus pais ou tutores os vão receber sendo que, findo este prazo, serão eles entregues ao Ministério da Guerra ou Marinha para serem aplicados convenientemente.²⁵

Contudo, não localizamos na documentação a identificação destes menores, ou o destino que eles foram enviados em relação à guerra, aspecto que pode ser objeto de estudo em pesquisas futuras,

CONCLUSÃO

Podemos perceber que o problema da infância abandonada, desvalida e criminosa cresceu na Europa e no Brasil do século XIX. Não somente se consolidou a ideia da infância como uma fase específica da vida, como as diversas transformações urbanas trouxeram um novo personagem social à tona, a criança pobre que vagava pelas ruas, para a qual se constituiu uma categoria específica de “menor”. Ao longo do século, e mais especificamente no Rio de Janeiro, o “menor” se constituiu como um

problema a ser enfrentado pelo Estado, em um processo de construção da nação e de combate à vadiagem e à ociosidade.

Embora desde a década de 1830, instituições já recebessem menores para introduzi-los na pedagogia do trabalho, principalmente a Companhia de Aprendizes Marinheiros, o Instituto nos parece ter sido a primeira de caráter não militar fundada no Rio de Janeiro que atuava junto a crianças pobres e abandonadas. E, mesmo tendo funcionado somente por um curto período de tempo, entre 1861 e 1865, a sua constituição já indica como o Estado vinha procurando formas de lidar com a questão da menoridade.

Analisamos também, o momento inicial da Guerra da Tríplice Aliança, com as ofensivas paraguaias e seus desdobramentos no ano inicial dos conflitos. Vale ressaltar a centralidade que o então marquês de Caxias teria a partir de 1866, sendo suas ações como líder militar e político fundamentais para a vitória dos aliados.



O Instituto de Menores Artesãos foi fechado em 1865, com parte dos menores ali residentes sendo enviados para as forças armadas do Império. Contudo, não localizamos a identificação ou o destino destes meninos durante o conflito, o que pode ser objeto de pesquisas futuras.

BIBLIOGRAFIA

- BETHELL, Leslie. O Brasil no Mundo. In: CARVALHO, José Murilo de. *A Construção Nacional: 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *A Política Externa Brasileira: 1822-1985*. São Paulo: Ática, 1986.
- COSTA, Emília Viottida. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- DUARTE, Leila. *Pão e Liberdade: uma história de padeiros escravos e livres na virada do século XIX*. Rio de Janeiro: APERJ/Mauad, 2002.
- IZECKSOHN, Vitor. A Guerra do Paraguai. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. Volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- LONDOÑO, Fernando Torres. A Origem do Conceito Menor. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História da Criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- RIZZINI, Irene. *O Século Perdido: Raízes Históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 2007.
- SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. São Paulo: *Revista Brasileira de História*, vol.19, n.37, Set.1999.
- SOUSA, Jorge Prata de. A Mão-de-obra de menores: escravos, libertos e livres nas instituições do Império. In: SOUSA, Jorge Prata de. *Escravidão: ofícios e liberdade*. Rio de Janeiro: APERJ, 1999.
- TEIXEIRA, Heloísa Maria. A criança no processo de transição do sistema de trabalho – Brasil, segunda metade do século XIX. *I Seminário de História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais: Caminhos da historiografia contemporânea*, Mariana, 2006.



VENÂNCIO, Renato Pinto. Os Aprendizês da Guerra. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

FONTES PRIMÁRIAS

Arquivo Nacional. Série Justiça, Fundo Casa de Correção. Ofícios com anexos. Notação IJ7-14.

Arquivo Nacional. Série Justiça, Fundo Casa de Correção. Ofícios com anexos. Notação IJ7-15.

Arquivo Nacional. Série Justiça. Fundo Casa de Correção. Notação IIIJ7-164.

Arquivo Nacional. Série Justiça. Fundo Casa de Correção. Notação IIIJ7-165.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Casa de Detenção. Notações 02 e 03.

BRASIL. Ministério da Justiça. Decreto n.2475 de 13 de fevereiro de 1861. Rio de Janeiro, 1861.

BRASIL. Ministério da Justiça. Código Criminal de 1830.

Relatórios Ministeriais (1821-1960). Ministério da Justiça. In: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/justica>

¹ LONDOÑO, Fernando Torres. A Origem do Conceito Menor. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História da Criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

² SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. São Paulo: *Revista Brasileira de História*, vol.19, n.37, Set.1999.

³ DUARTE, Leila. *Pão e Liberdade: uma história de padeiros escravos e livres na virada do século XIX*. Rio de Janeiro: APERJ/Mauad, 2002, p.38.

⁴ RIZZINI, Irene. *O Século Perdido: Raízes Históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 2007, p.33.

⁵ TEIXEIRA, Heloísa Maria. A criança no processo de transição do sistema de trabalho – Brasil, segunda metade do século XIX. *I Seminário de História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais: Caminhos da historiografia contemporânea*, Mariana, 2006, p.20.

⁶ *Ibid*, p.21.

⁷ *Ibid.*, p.2.

⁸ SOUSA, Jorge Prata de. A Mão-de-obra de menores: escravos, libertos e livres nas instituições do Império. In: SOUSA, Jorge Prata de. *Escravidão: ofícios e liberdade*. Rio de Janeiro: APERJ, 1999.



⁹Arquivo Nacional. Série Justiça, Fundo Casa de Correção.

¹⁰ SOUSA, op.cit., p.59.

¹¹ Ibid, p.63.

¹²Arquivo Nacional. Série Justiça, Fundo Casa de Correção. Ofícios com anexos. Notação IJ7-14.

¹³ IZECKSOHN, Vitor. A Guerra do Paraguai. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. Volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.391-394.

¹⁴ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *A Política Externa Brasileira: 1822-1985*. São Paulo: Ática, 1986.

¹⁵ Ibid., p.33.

¹⁶ BETHELL, Leslie. O Brasil no Mundo. In: CARVALHO, José Murilo de. *A Construção Nacional: 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p.161.

¹⁷ IZECKSON, op.cit.,p.397.

¹⁸ BETHELL, op.cit. p. 163.

¹⁹ Ibid., p.164.

²⁰ IZECKSON, op.cit.,p.399.

²¹ Ibid., p.408.

²² BETHELL, op.cit., p. 165.

²³Relatórios Ministeriais (1821-1960). Ministério da Justiça. In: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/justica>

²⁴ VENÂNCIO, Renato Pinto. Os Aprendizes da Guerra. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999, p.202.

²⁵Relatórios Ministeriais (1821-1960). Ministério da Justiça. In: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/justica>

Modelos globais

Manuel Cambeses Júnior^a

Resumo: Os diversos modelos globais, que se manejam nos dias atuais, encontram-se em uma escala de graduação que abarca desde o acendrado otimismo do "Fim da História" até o acentuado pessimismo dos cultores do caos. A verdade deve encontrar-se em algum ponto intermediário entre os dois extremos e deve incluir boa parte das ideias sustentadas por cada um dos paradigmas apresentados. Em mais essa contribuição no campo da Geopolítica, rendemos uma homenagem póstuma ao coronel aviador Manuel Cambeses Júnior, recentemente falecido e que deixou um legado de pensamento geopolítico e estratégico.

Palavras-chave: Geopolítica, guerra fria, modelos globais.

O termo Guerra Fria foi cunhado por Bernard Baruch, um renomado economista norte-americano, e popularizado pelo célebre jornalista Walter Lippman. Entre 1945 e 1989, a ordem mundial encontrou-se regida pelas normas definidas pela Guerra Fria. Nestas condições o planeta ficou dividido em dois grandes blocos enfrentados em uma intensa competição pela supremacia.

Quando acompanhávamos os acontecimentos na Nicarágua ou em El Salvador, nos anos 80 do

século passado, por exemplo, podíamos não estar entendendo, muitas vezes, as raízes desses conflitos, mas os situávamos dentro de um marco de referência bastante conhecido. Sabíamos que se tratava de mais um capítulo da Guerra Fria. Neste sentido, a mesma constituía-se em modelo.

O termo "modelo" encontra-se na moda em nossos dias. Na essência, este pode definir-se como uma visão simplificada do mundo e que busca proporcionar um sentido de direção. É exatamente por isso que

^a Coronel Aviador. Associado titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Este artigo é publicado *in memoriam*, em homenagem ao autor.



ao enquadrar-se qualquer conflito regional, qualquer enfrentamento étnico ou cultural, dentro do contexto de uma competição entre as superpotências, a Guerra Fria passou a assumir o caráter de "modelo".

Com a queda do Muro de Berlim sua preeminência desapareceu. A partir desse momento, apareceram novos paradigmas disputando o lugar que durante 45 anos correspondeu ao período da bipolaridade mundial.

O primeiro dos modelos surgidos à luz do esfacelamento da União Soviética e também o mais simplista deles foi o proclamado no livro de Francis Fukuyama *O fim da História*. De acordo com o autor, o mundo estava chegando a um ponto definitivo em seu processo evolutivo, como resultado da homogeneização de valores e crenças. O duplo triunfo da democracia e da economia de mercado passaria a unificar as diversas regiões do planeta, brindando-lhes com um claro denominador comum.

Ainda que esse modelo tenha sido questionado por seu excessivo

otimismo, são muitos, ainda, os que creem que, com a imposição dos valores da economia de mercado e da democracia, o mundo está se voltando para um lugar muito mais seguro e apto para a prosperidade ilimitada.

Outro dos modelos que surgiram com o ocaso da Guerra Fria diz respeito ao aspecto cultural. Seu máximo expoente é Samuel Huntington, para quem "a cultura e as identidades culturais estão dando forma aos padrões de coesão, desintegração e conflito no mundo pós Guerra Fria [...] e as políticas globalizadas estão sendo reconfiguradas ao redor de linhas culturais". Com diversas variáveis e matizes, este paradigma cultural é também esposado por autores como Lawrence Harrison, Thomas Sowell, Roger Peyrefitte e Benjamin Barber.

Muito curiosamente o próprio Fukuyama, após haver divulgado sua teoria, parece ter acolhido com simpatia a este outro modelo. Já em seu livro *Confiança*, surgido em 1995, o autor reconsidera muitas de suas ideias e convicções



sobre a homogeneização dos valores para concluir que o mundo continua sendo um lugar marcado pela diversidade de culturas e, portanto, de valores.

Entre os modelos emergentes encontramos o denominado "Dois Mundos". Este pretende explicar a orientação dos novos tempos sob a ótica de "zonas de paz e prosperidade" e "zonas de conflito e regressão". Baseado nele, cairiam todas aquelas teorias que visualizavam o mundo a partir de uma clara linha divisória entre países e regiões que marcham para cima e os que caminham para baixo.

Entre aqueles que sustentam este pensamento, encontram-se autores como Robert Gilpin, Jacques Attali e Jean Christophe Ruffin. O primeiro profetizou sobre um mundo formado por algumas poucas ilhas de riqueza em meio a um mar de pobreza global. O segundo referiu-se ao surgimento de um "Novo Muro de Berlim" entre a prosperidade crescente do mundo industrializado e a miséria irreversível do terceiro mundo. O último assinala que, entre os hemisférios

Norte e Sul, não existe articulação possível e que são duas esferas totalmente divorciadas que se movimentam em direção contrária.

Outro dos novos modelos é o do "Caos". Segundo essa visão, o mundo está adentrando em uma era de quebra da autoridade governamental, de crises e secessão dos Estados; de intensificação dos conflitos étnicos, tribais e religiosos; de consolidação das máfias criminais internacionais; de proliferação indiscriminada de armas de destruição em massa; de expansão do terrorismo e de generalização de migrações massivas.

Entre os que sustentam esta tese encontram-se autores como Walter Saqueur, Patrick Moynahan, Zbigniew Brzezinski e Michael Klare. A diferença fundamental entre os apologistas desta linha e dos que esposam as ideias contidas no modelo dos "Dois Mundos" é que para uns o caos é seletivo enquanto que, para outros, é global.

Os diversos modelos, que se manejam nos dias atuais, encontram-se em uma escala de graduação que abarca desde o acendrado



otimismo do "Fim da História" até o acentuado pessimismo dos cultores do caos. A verdade, como ocorre, deve encontrar-se em algum ponto intermediário entre os dois extremos e deve incluir boa parte das ideias sustentadas por cada um dos paradigmas apresentados.

Doutrina: princípio ou procedimento?

Tacariju Thomé de Paula Filho

Resumo: De acordo com uma dentre tantas definições, a doutrina militar consiste no conjunto de valores, de princípios gerais, de conceitos básicos, de concepções, de normas, de métodos e de processos, que tem por finalidade orientar a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Com base em sua experiência profissional como aviador da Força Aérea Brasileira e seus conhecimentos de história militar, o autor problematiza a aplicação da doutrina, destacando suas interpretações como princípio e procedimento.

Palavras-chave: Guerra no ar, doutrina, aviação.

Há um lugar em minha estante onde costumo deixar os livros que não tenham relação com o que está me interessando no momento. Não sei bem a razão, mas fui levado a "fuçar" o passado representado em tais livros. Romance clássico, "best-seller", livros de psicologia aplicada, religião, filosofia, circularam em minhas mãos naquele dia, trazendo-me à lembrança os momentos em que fazia a "arqueologia" destes assuntos.

De repente, peguei um volume meio desconjuntado, caindo a capa

e algumas folhas, no qual, em algum momento do passado, assina-lei alguns trechos, que julguei importantes. Era o livro do vice-marechal-do-ar J. E. Johnson sobre a história da aviação de caça: *Guerra no Ar (Full Circle* em inglês).

Abri a primeira página e estava lá: Tacariju, 1º/4º Grupo de Aviação, maio de 1967. Como num sonho, a realidade do presente se afastou e deu lugar ao devaneio e às lembranças. Tinha então 25 anos de fantasias, que previam para mim



um futuro de ás da caça. Felizmente, descobri com aquele livro nas mãos, que o aspirante que o comprara dera lugar a alguém de cabelos brancos que sonha menos, é verdade, mas ainda se emociona com sonhos antigos.

Johnson foi o piloto aliado com mais vitórias na Europa durante a 2ª Guerra, além de ter lutado na Coreia. Seu livro fala de acontecimentos, estratégias e táticas, que "habitaram" seus momentos de combate, e de suas pesquisas sobre o passado da caça, principalmente a 1ª Guerra. Suas palavras serviram de argumento para mim durante várias conversas tidas naquele tempo em que comprei o livro. Conversas sobre a melhor maneira de se lutar como um guerreiro-herói de uma ideia e de uma nação.

Ainda devaneando, sentei-me no sofá e abri a *Guerra no Ar* de Johnson sem escolher a página. Surpreendentemente, a frase que li misturava Filosofia e Psicologia, assuntos que me despertam da sonolência do cotidiano. A frase era a seguinte: "Quanto tempo fora pre-

ciso para reaprender a doutrina de Oswald Boelcke!" Imediatamente, a memória percorreu os diferentes capítulos e localizou Boelcke, em 1916, voando com o lendário Imelmann. A doutrina desse caçador era simples: Apoio Mútuo! Fiquei me perguntando, já que a memória falhava, o que Johnson queria mesmo dizer com reaprender a doutrina do apoio mútuo.

A frase que me chamou a atenção finaliza o capítulo 15 "Folhas de Outono", que trata da dura lição sofrida pelos ingleses, ao esquecerem o apoio mútuo como princípio doutrinário. Suas formações eram rígidas de três aviões, fáceis de serem observadas à distância, e se desfaziam ao serem atacadas pelos alemães. Daí para frente, era cada um por si. Sua rigidez dificultava a vigilância do espaço e, quase sempre, a RAF (*Royal Air Force*) era surpreendida pela *Luftwaffe*, que voava em linha de frente de dois elementos garantindo o apoio mútuo e a flexibilidade.

Antes de prosseguir, gostaria de falar um pouco de uma discus-



são que participei, quando fazia um curso de Filosofia. O assunto era se a doutrina é um princípio, ou se está relacionada com um conjunto sistemático de concepções e procedimentos. Fazendo uma analogia, o apoio mútuo seria um princípio e a formatura (disposição dos caças no espaço) seria um conjunto sistemático de concepções e procedimentos.

Ocorre que é o conjunto sistemático que dá sentido ao princípio, que, por sua vez, dá o atributo ao conjunto. Isso quer dizer, que um não pode existir sem o outro. A questão, portanto, é saber se a formatura possui tal atributo. Parece que os ingleses esqueceram disso! ... Por que teria havido tal esquecimento?

Fazendo um pequeno giro, talvez seja interessante relatar o que se passou com os alemães. Será que esqueceram o apoio mútuo? Vejamos o que disse Johnson na página 88 de seu livro:

Uma das mais importantes lições extraídas da luta aérea na Guerra do Kaiser apontava co-

mo a melhor formação de combate a linha de frente, com os escoteiros lado a lado e um afastamento de cinquenta ou sessenta metros entre um e outro, de modo que os pilotos podiam conservar seus lugares pela observação recíproca, voar perto do chefe sem risco de colisão, vigiar o céu em volta para precaver-se contra ataques de surpresa e virar uns por dentro dos outros para fazer frente a um ataque vindo de trás. Esta fórmula, incutida nos pilotos tanto britânicos como alemães pelo malhar constante e implacável da batalha, registrada em milhares de memórias e memorandos, pareceu perder-se à ordem de cessar fogo. Com efeito, quando os Messerschmitts começaram a lutar na Espanha, voavam numa formação cerrada de ponta de asa contra ponta de asa, absolutamente inadequada ao combate pela falta de espaço para manobrar e pela ausência de cruzamento.

Lendo essa passagem, parece que existe uma espécie de vírus, que ataca a memória do guerreiro e o impede de se lembrar das lições doutrinárias do passado. O paradoxal é que, quando o guerreiro no começo se lembra de alguma coisa,



volta-lhe a imagem do conjunto sistemático de concepções e procedimentos, escondendo-se o princípio em algum lugar, do qual só sai depois das derrotas e do sofrimento.

Como o contexto se altera no tempo e no lugar, concepções e procedimentos que servem para um não servem para outro. Diferentes aviões em tamanho, poder e potência, voando em épocas e lugares diferentes, aplicam diferentes procedimentos, sem esquecer o princípio do apoio mútuo. Contudo, alemães e ingleses trilham o caminho do esquecimento do princípio e sofreram com o sangue de suas perdas ao imitar procedimentos anacrônicos e sem sentido.

Fechei o livro e pensei no meu tempo. Será que o vírus alcançou a caça que conheci? Parece que sim. Entre 1967 e 1975 voei a linha de frente mais preocupado com a posição em relação ao líder do que "ligado" à vigilância do espaço. A

estética era mais importante do que a operacionalidade da formatura. Durante uma curva, nem é bom pensar... Se a curva fosse para cima do ala, não se via mais nada até que o líder cruzasse pelas seis horas.

Um dia, em 1975, alguns caçadores brasileiros chegaram ao 425° em Williams AFB, Arizona, para voar o F-5. Durante o treinamento, conheceram a "*tactical spread*", ou linha de frente tática. A diferença da

nossa linha de frente estava basicamente na forma de fazer as curvas. O caça de fora iniciava a curva, até quase desaparecer às seis horas do outro caça, quando, então, o outro caça fazia sua curva de 90 graus.

Com isso, mais tempo é dedicado ao apoio mútuo do que a manutenção da posição na formatura, ao contrário de minha preocupação entre 1967 e 1975. Essa história não teria o menor interesse se o livro de Johnson não revelasse o





mais surpreendente. Primeiro porque considerei naquele tempo (1975) que a linha de frente tática era uma tremenda novidade e, segundo, por que descobri no último capítulo que, já na Coreia, se voava desse modo. Isso quer dizer que, desde 1954, a linha de frente tática não era novidade em combate e nós não a conhecíamos. Não precisa dizer que o livro *Full Circle* foi editado na Inglaterra em 1964, três anos antes de me tornar um piloto de caça.

Se não me falha a memória, ouvi de um americano em 1975 que, se não fossem a Guerra dos Seis Dias e a do Yom Kippur, não haveria o resgate da linha de frente tática. A memória pode ter me falhado ao contar essa história, mas faz um tremendo sentido...

Aos garimpeiros do passado, sugiro procurar na página 254 deste livro maravilhoso um esquema representando a curva em linha de frente. Vão se surpreender com a semelhança entre os desenhos que foram trazidos pelos pilotos brasileiros, que voaram no 425^o, e o

desenho de David Shepherd, que ilustrou o livro de Johnson.

Na verdade, entre lembranças e interpretações, fiquei atento à psicologia do esquecimento, o tal vírus que assola a memória dos guerreiros de todas as nações em todos os tempos. Foi por isso que relacionei Filosofia, Psicologia e Doutrina naquela pequena frase, que li ao abrir a *Guerra no Ar*.

De qualquer forma, foi uma leitura que me levou a um universo, que atravessei por algum tempo num passado não tão distante. Vivi o esquecimento do princípio, da doutrina, tal como os guerreiros alemães, ingleses e muitos outros o fizeram. Junto comigo, nessa falta de memória, estavam meus mais caros amigos da caça, que me ensinaram, ou foram ensinados por mim.

Lembrar não é repetir procedimentos anacrônicos, mas sustentar princípios de combate, que, por serem atemporais, não podem ser esquecidos.

Quem sabe onde está a cura desse vírus?

O Regimento de Polícia Montada 9 de Julho na Revolução Constitucionalista de 1932

Fernando de Medeiros Vasconcelos^a

Resumo: No princípio da década de 1930, o Regimento de Cavalaria da Força Pública de São Paulo já estava consolidado como uma tropa de elite da corporação. Vislumbrando suas possibilidades de atuação, o coronel Euclides Figueiredo, elaborador do planejamento operacional empregado no movimento civil-militar de 1932, atribuiu, desde o primeiro momento, importantes missões para a unidade. O presente artigo, escrito por um integrante do Regimento do início deste século XXI, tem por objetivo analisar o papel desempenhado pela cavalaria paulista durante as jornadas de combate iniciadas em 9 de julho de 1932.

Palavras-chave: Revolução de 1932, cavalaria, Força Pública de São Paulo.

INTRODUÇÃO

Também notamos que os Regimentos e Esquadrões que rechaçamos paravam a retaguarda de sua linha, organizavam-se voltando a concentrar-se com os seus demais. Ficamos admirados em encontrar uma tropa ao qual não estávamos acostumados, pois, depois que contamos isso aos outros, descobrimos que acabávamos de enfrentar os Paulistas, que constituíam a melhor Cavalaria inimiga.

(Trecho da carta do General Avelar, Comandante-em-Chefe do Exército Argentino em 1827, durante a Guerra contra o Brasil)

Não é de se estranhar que o espírito guerreiro sempre acompanhou os paulistas desde o Brasil Colônia até os dias atuais. Com a Criação da Milícia Bandeirante em 1831, trinta homens foram destacados para comporem uma Seção de Cavalaria, e, posteriormente, esses cavalarianos evoluíram em

^a Capitão da Polícia Militar do Estado de São Paulo.



conjunto com a instituição, chegando, em 1892, ao status de Regimento.

Porém, em 1906, com a vinda da Missão Militar Francesa, é que a Cavalaria teve a sua maior evolução profissional se tornando uma verdadeira máquina militar de Segurança Pública e bélica. Não é a toa que Rui Barbosa, quando em visita às terras de Piratininga, disse: “A mais perfeita tropa do país”, realmente reconhecendo o nível de profissionalismo e disciplina da Força.

Em 23 de maio de 1932, assume o Comando Geral da Força Pública do Estado de São Paulo o tenente-coronel Júlio Marcondes Salgado, que dois dias depois é promovido ao posto de coronel. Militar que havia servido de Soldado a tenente-coronel na Cavalaria da Força, tratou logo de intervir no Regimento, retirando os Oficiais “miguelistas” que seguiam o general Miguel Costa, de suas funções.

Com a eclosão da Guerra Paulista em 9 de julho de 1932, toda a Força Pública do Estado de São

Paulo (FPSP), mais de 10.000 homens, se mobilizou para servir à causa paulista, e, com isso, o Regimento de Cavalaria da Força, Unidade estratégica, teve seu Comandante, o tenente-coronel Daniel Costa, irmão do general Miguel Costa, afastado de sua função, assumindo o comando o então tenente-coronel Azarias da Silva.

O Regimento teve sua tropa dividida para lutar em várias frentes no interior do Estado e ainda continuou com parte do seu efetivo para defender a cidade de São Paulo. Cabe ressaltar que o objetivo das tropas federais era chegar até a capital paulista e ocupá-la.

Em 8 de julho, véspera da deflagração do movimento, o Regimento entra em prontidão rigorosa a partir das 20 horas. No dia 9, logo pela manhã, a primeira missão da cavalaria será a tomada do Destacamento de Aviação Militar do Exército Brasileiro, no Campo de Marte, com a captura das instalações físicas e das aeronaves, bem como a detenção do tenente Casimiro Montenegro, comandante da unidade e futuro marechal-do-ar da



Força Aérea Brasileira, e demais militares que não aderiram à causa. Tal Destacamento pertencera a FPSP e havia sido tomado pelo Governo Federal após a Revolução de 1930, durante a intervenção de Getúlio Vargas no Estado.

do Amaral, que, posteriormente, atuaria no Setor Sul. Em 30 de julho, devido ao aumento da intensidade dos combates, é enviada para a cidade de Cruzeiro a tropa do Esquadrão de Comando e Serviço, com 12 homens, o 1º Esqua-



Cavalaria da FPSP desfila pelas ruas da capital paulista

No dia 18 de julho é enviada para Itararé, no Setor Sul, a tropa do 3º Esquadrão, com um contingente de 130 homens com 115 cavalos; em 23 de julho envia para operar na região de Ribeirão Preto um Destacamento com 125 homens comandados pelo capitão Sebastião

drão, com 92 homens, comandados pelo capitão Manoel da Rocha Marques, e o 3º Esquadrão, com 69 homens, comandados pelo capitão José Camili Gomes.

Todo o efetivo, que estava em Cruzeiro teve um reforço de 15 homens, que chegaram no dia 1º de



agosto. No dia 16 segue para o município de Queluz o 2º tenente João Oliveira de Mello, liderando 45 homens.

Em 28 de julho parte para o Setor Sul o Regimento de Cavalaria do Rio Pardo formado por 326 homens, comandados pelo capitão Alfredo Feijó, tal unidade era composta por homens do Regimento de Cavalaria e por jovens voluntários da região de Ribeirão Preto, todos montados em mangas-largas doados pela sociedade daquela localidade. Tal unidade participou das Honras fúnebres prestadas ao coronel Júlio Marcondes Salgado, que havia falecido devido a ferimentos causados durante uma demonstração de um morteiro e que seria promovido a general *post mortem*. O “Rio Pardo” partiu no dia seguinte ao enterro, às 8 horas, da estação Barra Funda, em um trem militar que os levou até Itapetininga, onde pernoveram, dando início às operações de guerra no dia seguinte.

No Setor Sul o Regimento entrou em combate com o objetivo de evitar o avanço das tropas que vi-

nham do Sul do país, suas ações se concentraram na região que compreende os municípios de Itapetininga, Itararé e Buri, onde houve uma das mais desesperadas batalhas do conflito, com um grande número de mortos e prisioneiros. As tropas federais foram rechaçadas pelos paulistas graças à atuação da Cavalaria em Capão Bonito, Faxina (hoje Itapeva) e Itapira.

Durante o conflito, a Cavalaria atuou em vários tipos de missões, como reconhecimento, contenção (nesse tipo de missão foram utilizadas suas unidades de metralhadoras), patrulhamento de estradas, destruição de pontes, ações de choque durante as batalhas e, principalmente, apoio aos batalhões de infantaria. Houve um episódio no qual o capitão Alfredo Feijó, quando em deslocamento com sua tropa, viu um grande contingente de tropas federais iniciando a travessia de uma ponte, de imediato ordenou ao seu Pelotão de Metralhadoras, que eram conduzidas por muares, que apeassem e armassem tais apetrechos, em seguida ordenou ao pelotão que abrisse fogo. Com tal



manobra, conseguiu ganhar tempo e atrasar o avanço do inimigo.

Atuando em movimento, não ficando aferradas ao terreno, as unidades a cavalo eram constantemente alvos dos aviões inimigos, conhecidos como “vermelhinhos”, que, ao verem a cavalaria se deslocando, abriam fogo com metralhadoras ou lançavam bombas incendiárias.

Por principio, a Cavalaria não marcha durante a noite e, no teatro de operações, era muito comum os cavalarios dormirem equipados ao relento, onde somente o equipamento dos cavalos era afrouxado para evitar lesões. Ao longo da campanha, muitos cavalos morreram ou foram deixados para trás nas marchas, devido algum tipo de lesão, debilidade ou doença. Tais solípedes eram substituídos por outros, requisitados junto às fazendas locais. Um dado interessante é que os cavalos que morriam, foram enterrados como manda a tradição militar, e não deixados para servir de alimentos aos abutres.

Durante as marchas, uma das manobras mais difícil de ser reali-

zada é a transposição de cursos d'água, e houve um momento em que a tropa precisou passar para outra margem do rio Paranapanema. Os animais foram desequipados e homens e cavalos fizeram a travessia a nado, todo o equipamento foi transportado em barcos improvisados. Durante a travessia houve a perda de solípedes e soldados, que morreram afogados devidos ao grande volume de água daquele rio.

Em toda a campanha, a Cavalaria seguiu a risca quatro verbos: zelar, marchar, vigiar e lutar.

Em 2 de outubro o armistício é assinado na cidade de Cruzeiro, pondo fim a Guerra paulista que causara tantas mortes de brasileiros. No dia 5, do mesmo mês, inicia o regresso das tropas destacadas ao Regimento.

Durante a epopeia, dois oficiais do Regimento chegaram a comandar unidades de infantaria: o capitão Cândido Bravo, que comandou o Batalhão “14 de julho”, formado por voluntários da Escola Politécnica e do Mackenzie, e o capitão Arlindo de Oliveira que,



promovido a major por telegrama, assumiu o Setor de Fundão, dentro do Setor Sul, após sua promoção. Sua Unidade ficou conhecida como “Batalhão Arlindo”. Durante uma missão de observação, ele foi capturado por tropas gaúchas, vindo a ser solto depois do conflito.

Após a guerra o “Eterno Regimento”, da rua Jorge Miranda, voltou à sua missão principal, de garantir a ordem e tranquilidade pública em suas atividades de Polícia Montada. No decorrer da campanha demonstrou ser uma unidade diferenciada, possuidora das mais belas tradições militares e de homens abnegados com grande espírito de corpo, que, com coragem, enfrentaram o inimigo de forma aguerrida e honrosa, cumprindo com seu dever, pondo suas vidas em holocausto por uma sociedade mais justa e livre de uma ditadura.

Devido a sua heroica participação durante a Revolução Constitucionalista, o Exmo. Governador do Estado de São Paulo, Dr. Jânio Quadros, de 1955 a 1959, determinou que a Cavalaria da Força anexasse a data “9 de julho”, dia do

início da Revolução, a seu nome, passando a se chamar Regimento de Cavalaria “9 de julho”, que, em 1970, com a reestruturação da instituição, mudou o seu nome para o atual: Regimento de Polícia Montada “9 de julho”.

BIBLIOGRAFIA

ANDRIOLI, C. R. *Regimento de Cavalaria "9 de julho"*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.

BORGES, V. P. *Memória paulista*. São Paulo: EdUSP, 1997.

CAMARA, E. A. *A Força Pública de São Paulo: esboço histórico*. São Paulo: Sociedade Imprensa Paulista, 1931.

MELO, C. E. *Pro Brasilia*. São Paulo: AFAM, 2010.

NETO, C. E. *Raízes do militarismo paulista*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1982.

RODRIGUES, J. W. *Tropas paulistas de outrora*. São Paulo: Governo de Estado de São Paulo, 1978.

Correspondentes de guerra: uma visão presencial e espectral de um cenário surreal

Cleber Almeida de Oliveira^a

Resumo: A relação entre a mídia e a guerra é antiga. Heródoto, consagrado na historiografia como o “Pai da História”, registrou suas impressões da guerra dos gregos contra os persas. No decorrer dos séculos, a cobertura e a escrita sobre as guerras evoluiu, e surgiram os correspondentes de guerra: jornalistas especializados em cobrir as operações e registrar, em suas reportagens, a experiência brutal do campo de batalha. O presente artigo analisa o trabalho dos correspondentes de guerra junto à Força Expedicionária Brasileira, força militar enviada pelo Governo Brasileiro à Itália para combater o nazifascismo, durante a Segunda Guerra Mundial.

Palavras-chave: Mídia, correspondentes de guerra, Segunda Guerra Mundial, Força expedicionária Brasileira.

Ao se tratar sobre a guerra, pode-se reconhecer, nas suas entrelinhas, duas condições humanas essenciais: a necessidade de superar o milenar e permanente conflito sócio-civilizatório, de sobreviver e de aprender com os percalços; e a necessidade de se relatar tudo o que foi experimentado e vivenciado nessas situações extremas de

incerteza e de perigo – pessoal e coletivo.

Há que se perceber que a missão do correspondente de guerra, seja ele um representante oficial – civil ou militar – de algum Estado beligerante, ou então um espectador/observador civil autorizado – normalmente alguém dos meios de comunicação –, se encontra com-

^a Historiador, pesquisador associado do Centro de Estudos e Pesquisa de História Militar do Exército..



primido entre duas reais expectativas de narrativa da “terra de ninguém”, a qual nada mais é do que a apreciação e a descrição idiossincrática tanto do cotidiano como dos melindres – ambas oficiais ou não – de qualquer conflito bélico. Numa visão bem objetiva e simplista, sem as mesuras acadêmicas e/ou dos discursos oficiais, Karl Kraus exprime a noção segundo a qual “A guerra, a princípio, é a esperança de que a gente vai se dar bem; em seguida, é a expectativa de que o outro vai se ferrar; depois, a satisfação de ver que o outro não se deu bem; e finalmente, a surpresa de ver que todo mundo se ferrou”, enquanto que, numa linha mais reducionista e apologética da matriz salvacionista e evolutiva da guerra como uma lógica atemporal e cíclica, afinada com os princípios da *Realpolitik* prussiano-teutônica, Bertolt Brecht afirmava que “Não conseguireis desgostar-me da guerra. Diz-se que ela destrói os fracos, mas a paz faz o mesmo.”

É inegável, e inquestionável, que, desde a aurora dos tempos, povos, culturas e civilizações sem-

pre forma fascinados pelas narrativas das guerras, desde as proezas sobre-humanas dos heróis, passando pelas estratégias e manobras vencedoras dos grandes líderes militares até as histórias de penúria, sacrifício e superação dos combatentes – de ambos os lados – e das populações afetadas – direta e/ou indiretamente – por esses eventos colossais e dramáticos. E é dessa demanda/necessidade que surgem tanto as obras e os relatos in loco dos seus participantes como o discurso e a desinformação/manipulação/reengenharia oficiais – ou de grupos rivais – dos fatos.

Nesse particular, e com extraordinária clareza explanatória, Borges¹ afirma textualmente que a história da correspondência de guerra caminha a passos largos com a história da literatura e das guerras, já que, em si, é impossível desvincular essas três vertentes. Fincando pé num passado tão longínquo quanto proximal, lembrando, por exemplo, a *Iliada* (Homero), de *De Bello Gallico* (Júlio Cesar) e *A Arte da Guerra*



(Sun Tzu), grandes batalhas foram transformadas em livros épicos (lidos até hoje) numa tentativa de esclarecer para um povo o desenrolar e as consequências de uma guerra. Confirmando a noção basilar de que é fato que a guerra sempre exerceu um estranho magnetismo sobre as pessoas, ao relatar sobre: o embate travado entre dois povos, o front, onde milhares de soldados dão suas vidas por um ideal, muitas vezes desconhecido ou que não lhes pertence, o patriotismo de milhares de jovens que não chegam à vida adulta, tudo isto estimula o imaginário das pessoas; toda a aura que envolve a guerra chama a atenção de quem fica na retaguarda, protegido pelos seus “bravos pracinhas”.

Por princípio ético da profissão² o papel do jornalista de informar os fatos, a “verdade”, torna-se algo secundário dentro de um ambiente onde a hostilidade e a sede pela vitória imperam, caminhando sempre no “fio da navalha”, na perspectiva de que publicar qualquer coisa que coloque a nação em risco ou choque a opinião pública

pode ser e é encarado como uma ameaça e o seu divulgador deve enfrentar as consequências de seus atos. Por isso que é vital a compreensão de que o percurso dos correspondentes de guerra em seus quase dois séculos de existência, muitas vezes não como jornalistas, mas como integrantes da engrenagem da máquina de propaganda dos países beligerantes.

Cria-se, então, uma mística que cerca a figura desses participantes que nos mantém, ao mesmo tempo, a par da situação no front e dos demais aspectos das campanhas militares sem que para isso precisemos abandonar a segurança dos nossos lares/locais de trabalho; e bem longe das zonas de conflito. A guerra afeta a todos, mas muitos dos seus ferimentos não são notados pelas vítimas no momento imediato e nem deixam cicatrizes/marcas aparentes ou visíveis, mas que com certeza irão gerar sequelas permanentes e dolorosas; e os correspondentes de guerra não são exceção à regra.

Focando nessa lógica perversa, mas inevitável, Diniz³ com-



partilha da noção de que uma aura de glamour acompanha o trabalho de correspondente de guerra desde que o primeiro jornalista foi enviado a um campo de batalha para relatar seus horrores, e que isso se deu na guerra da Crimeia, em 1854, William Howard Russel, do jornal *The Times*, mandava seus despachos via telégrafo. Assim, um século e meio depois, as notícias se propagam em tempo real, com o diferencial de que mesmo quem não é jornalista profissional pode ser convertido em porta-voz de informações – por exemplo, vídeos feitos por celular e postados na internet da Guerra da Síria por moradores locais.

Usando de uma licença poética ingênua e pueril⁴, grande parte do senso comum considera que trabalhar em zonas conflagradas para mostrar ao mundo as atrocidades de um conflito armado é encarado como o lado mais romântico da profissão, mas o cotidiano daqueles que estão no front é bem diferente. Num viés mais realista, o correspondente de guerra ganha fama e visibilidade, no en-

tanto, a rotina é dura e os perigos, constantes, mas o encanto que esta atividade exerce no cidadão comum, e entre jovens e jornalistas – ou mesmo jovens jornalistas – é uma constante.

Para quem nunca esteve fisicamente presente e/ou atuando rotineiramente numa zona de conflito, num front de combate teorizar sobre como os fatos são percebido e a maneira pela qual as notícias devem ser elaboradas e veiculadas não passa de um mero, e cômodo, exercício acadêmico/intelectual com as vantagens inerentes do distanciamento seguro da possibilidade de sofrer efeitos – diretos ou colaterais – do ambiente conflagrado. Trocando em miúdos, tais postulados não passam de conceituações desprovidas de uma prática comprobatória, mas com o adendo de que se tais produções estiverem fundamentadas em relatos críveis e consubstanciados por agentes que passaram por tais cenários/contextos – da miséria e da estupidez humanas –, há sim valor agregado a elas.



O trabalho desses profissionais é tão necessário quanto potencialmente perigoso, e mesmo mortal, há que se deixar de lado a ilusão romântica e enganosa de que por simplesmente serem o que são e por fazerem o que fazem os correspondentes de guerra se tornam imunes a qualquer artefato bélico, arma ou retaliação dos beligerantes, ou então são agraciados com algum dom divino de “corpo fechado” no desempenho das suas funções. Guerras matam pessoas, mutilam e causam feridas/sequelas no corpo e na alma, não importando se são combatentes – soldados ou forças não convencionais –, população civil, desavisados migrantes ou espectadores/observadores/relatores desses conflitos.

BREVE HISÓRICO E PERICULOSIDADE INCUTIDA

Desde as primeiras coberturas jornalísticas das guerras, Carvalho⁵ demonstra que daí em diante iniciaram-se os anos de glória da imprensa que chegariam ao fim por

volta de 1914, quando do início da primeira grande guerra com a imposição da censura governamental, foi a era em que as mídias cultivaram e alargaram o seu poder de influência sobre os cidadãos comuns, no que toca aos conflitos bélicos. Nesse período áureo, os correspondentes passaram a ser vistos como heróis, não só pelos leitores, mas também por si mesmos, colocando-se no centro das histórias que contavam e cultivando a sua própria figura, com duas consequências atreladas: os editores e diretores das publicações, por sua vez, fizeram uso da liberdade de que dispunham e editavam tudo sem qualquer censura; e os leitores não podiam estar mais satisfeitos.

Sucumbindo ao embate mercadológico⁶, o problema deste crescimento foi permitir a criação daquilo que conhecemos como sensacionalismo, o *yellow journalism*, jornalismo amarelo, pois devido à enorme liberdade de que as publicações dispunham, alguns jornais começaram a praticar um falso jornalismo, que aliado à procura de



maior lucro, começa a transformar invenções em realidade e mentiras em verdades jornalísticas. Respalhando a veracidade de tal distorção, o caso mais flagrante, e talvez o maior exemplo destes eventos, remete para o magnata da imprensa americana William Randolph Hearst, dono do *New York Journal*, que à procura de maiores lucros, e na tentativa de bater o rival *New York World*, fez da guerra pela independência de Cuba uma autêntica novela.

Desde então, com um maior volume de recursos de comunicação e de rapidez de transmissão de dados⁷, a guerra torna-se, assim, o objeto mais desejado da imprensa, e desde que William Russell iniciou a atividade, esta especialização jornalística não deixaria de evoluir. Há que se ressaltar uma dualidade presencial imposta: e se no que toca ao jornalismo isso era algo benéfico, para o lado dos governos não era bem assim; os Estados estavam a perder um importante sigilo, e com tanta liberdade, com o *yellow journalism* em crescimento, e com a primeira grande

guerra prestes a começar, algo tinha de ser feito para travar o poder dos media; os jornais tinham de ser mais controlados, o que levaria a uma nova era do jornalismo de guerra, a da censura preventiva.

Complementando a informação acima⁸, a verdade é que apenas a partir de 1915 os jornalistas passam a poder cobrir a guerra, no entanto, o grupo seria escolhido a dedo (sistema pool) e apenas cinco jornalistas aprovados seguiram para a frente. E trabalhando sob uma censura apertada e altamente controlada pelos militares, apenas as informações da vida das trincheiras eram objeto de publicação, e, com o adendo de que, quando se escrevia sobre os combates, o assunto era descrito da forma que o governo entendia e apenas quando as batalhas tivessem terminado.

Iniciando com o telegrafo e a fotografia, ainda nos conflitos do século XIX – Guerra Civil Americana, Guerra da Criméia, Guerra do Paraguai etc –, e, logo depois, no século XX, o uso do cinema e do rádio – da Primeira Guerra Mundial em diante –, e depois da



televisão – a partir da Guerra do Vietnã, mas intervalos de transmissão para os Estados Unidos de cerca de dois dias –, e das redes de computadores no final do século anterior – na primeira metade do século XX não havia internet, porém todos esses elementos já faziam parte do cotidiano, e tal como hoje, já eram usados para fazer jornalismo, incluindo o de guerra, sem esquecer do fax –, tais ferramentas possibilitaram uma maior e mais detalhada cobertura jornalística dos conflitos armados. Frisando que, dentro desse viés evolutivo e tecnológico⁹, a primeira década do século XXI trouxe a era da informação sem limites: com o aperfeiçoamento da internet e a sua massificação mundial, temos hoje à nossa disposição texto, fotografia, som, vídeo e comunicação interpessoal, tudo numa só plataforma e à distância de um clique.

O grande problema gerado por esse imediatismo de um noticiário no ar 24 horas era a necessidade constante de suprir o público com novas notícias. O resultado dessa pressão de desdobra em uma dupla

conotação: ou uma mesma notícia era repetida por mais de um apresentador/jornalista “por revezamento”; ou então por qualquer profissional desqualificado como correspondente de guerra e que só relata aquilo que a própria audiência podia identificar e concluir por si mesma.

Assim¹⁰, quando se assiste ao salto da simples e estática *World Wide Web* (www) para a inovadora e interativa Web 2.0, o jornalismo ganha um novo aliado e as páginas online um novo significado e relevância, já que não fosse assim e nenhum jornal estaria a apostar nos conteúdos noticiosos pagos online, ou em outros serviços *premium* que fidelizem o utilizador à sua página da Net além do meio mais tradicional. E, no que toca à especialização abordada, o meio digital trouxe três grandes novidades que podem tornar os outros media obsoletos: imediatismo melhorado, convergência de conteúdos e liberdade de criação.

Em termos comparativos, grosso modo, de acordo com Carvalho, quanto à primeira, a internet con-



segue uma grande vantagem em relação à televisão, por exemplo, e mesmo apesar de se manter o risco da publicação de conteúdo desnecessário (como acontece na TV com o excesso de diretos) o seu conteúdo pode ser ignorado pelo utilizador, que pode escolher não abrir as notícias – ao passo que na televisão, assim como na rádio, para tal tem de mudar a estação. Existe uma maior seleção ao nível de conteúdo, como não existe no direto da TV e rádio, onde o repórter fala diretamente, e: algum excesso de informação é facilmente subtraído ao texto, ao mesmo tempo em que a voz ou o vídeo podem ser editados.

O que se pode, e se deve fazer, é se ilustrar para poder filtrar a informação, checar fontes e atestar as suas credibilidades, ligações e intencionalidade, além de tratar de questões como censura, autocensura, forjamento de provas e falso jornalismo. O que se pode ter certeza de que nenhum meio de comunicação se revelou perfeito para a cobertura de um conflito¹¹, no entanto, ao mesmo tempo, vale

realçar e enaltecer que a especialização de guerra evoluiu muito em cerca de um século e meio de existência, uma vez que desde William Howard Russell até à Primavera Árabe foi um longo e árduo caminho pela melhoria da informação.

Seguindo a lógica de Lavoisier de que “na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”, a atual “imprensa marrom” – uma expressão de cunho pejorativo, utilizada para se referir a veículos de comunicação (principalmente jornais, mas também revistas e emissoras de rádio e TV), e mesmo na internet, considerados sensacionalistas, ou seja, que buscam elevadas audiências e venda-gem através da divulgação exagerada de fatos e acontecimentos, sem compromisso com a autenticidade – é a versão mais recente do *yellow journalism*, do século XIX. E seguindo esses trâmites bombásticos, temos o avolumamento da explosão/extrapolação de notícias falsas (sendo também muito comum o uso do termo em inglês *fake news*), que são um tipo/subproduto de imprensa mar-



rom que consiste na distribuição deliberada de desinformação ou boatos via jornal impresso, televisão, rádio, ou ainda online, como nas mídias sociais.

Vieira¹² assevera que, como se sabe, a cobertura internacional é ampla, pois abrange desde a política e cultura até acidentes de grande magnitude, desastres naturais e guerras, e como consequência, o profissional que ocupa a função pode ter um dia tranquilo seguido de outro em que fica a dois passos da morte. Então, é preciso ter muita coragem, pois a realidade é violenta e triste – com 30 jornalistas mortos nos primeiros meses de 2015 (*Committe to Protect Journalists*), sendo 10% de correspondentes internacionais – pois enquanto alguns morrem em acidentes de carro em coberturas de eventos esportivos, por exemplo, outros são vítimas de explosões e ataques terroristas em locais públicos – ou nos fronts, decapitados por grupos como o ISIS – e que matam centenas de pessoas de uma vez; ou de mesmo de sequestros e torturas.

Fica patente, pois que¹³ as atuais guerras, conflitos armados e o surgimento de grupos considerados terroristas é um dos fatores que contribui para os riscos da profissão do correspondente, com o agravante de que por ser cidadão de outro país, a vida do correspondente é encarada como moeda de troca por grupos extremistas, sendo potencialmente negociável com o governo de seu país de origem, fatos que costumam ser reportados nos telejornais, quando o próprio jornalista é a notícia: os sequestrados capturam o correspondente e mandam mensagens em vídeo fazendo exigências para que ele possa ser libertado ou, no mínimo, para que não seja morto.

Cabe destacar que se trata da apresentação de um cenário primário, sem considerar outras variáveis tão sinistras quanto macabras¹⁴, ou seja, essas são apenas algumas demonstrações que dão relevância aos atuais riscos da profissão: ele existe, é real. O efeito mais imediato e danoso é o medo que acompanha tais constatações e ocorrências, e mesmo que seja a título



preventivo, sempre se pondera por uma limitação da atuação desses profissionais, e, por isso mesmo, associado a outros fatores, pode ser decisivo (ou pelo mesmo um forte argumento) para a diminuição do número de correspondentes – tanto por parte das empresas jornalísticas como por parte dos próprios jornalistas.

O que de fato então os protege? Não se pode deixar de frisar que as guerras contemporâneas são regidas por convenções e tratados pautados pelo Direito Internacional Público, assim¹⁵, para proteger (pessoas) e controlar (conflitos), em 1864, na cidade de Genebra, foi realizada uma convenção com o objetivo de traçar certas normas para as guerras, contudo é, porém, uma falsa visão acreditar que antes disso não houvera a tentativa de impor limites às ações dos conflitos, pois desde que há guerras, há uma tentativa da humanidade de impor restrições legais e morais ao seu uso e aos seus costumes. Destacando que a Convenção de 1864 foi a primeira de uma série realizadas ao longo da segunda metade do

século XIX e todo o século XX, sendo que o resultado desses encontros é o que conhecemos hoje por Direito Internacional Humanitário, que tem como principal objetivo orientar e proteger as vítimas dos conflitos armados.

Igualmente importante, dentro da visão de Borges¹⁶ é fazer a distinção superficial entre o Direito Internacional Humanitário e os Direitos Humanos. Objetivamente, enquanto o primeiro é um “direito de exceção, de urgência, que intervéem em caso de ruptura da ordem jurídica internacional”, o segundo “tem como objetivo garantir, em todo momento, aos indivíduos, desfrutar dos direitos e das liberdades fundamentais e protegê-los das calamidades sociais.”

Embora tendam, por natureza, a se intercalar, são diferenciados. O que se pretende promover é a noção límpida e cristalina de que¹⁷, assim, o Direito Internacional Humanitário é um direito de guerra, promovido pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha, enquanto os Direitos Humanos – criado em 1948 – é um direito de paz, promo-



vido pela Organização das Nações Unidas. Fica claro, entretanto, que ambos se complementam e nasceram do interesse comum de respeitar a dignidade humana, seja em tempos de “paz” ou de guerra.

A cobertura de guerra e conflito diverge do jornalismo convencional. Com uma rotina incerta, o correspondente que se propõe a trabalhar nessa área acaba por ter que lidar com a abrangência de temas fora de seu país de origem, tendo acesso, a outra cultura, política, economia e linguagem particulares. Além do mais, com interesses muitas vezes camuflados. O jornalismo de guerra e conflito se torna fundamental, sendo que é através dele que temos a noção real do que acontece, tanto no nosso país, como nos outros, além do mais “é um absurdo afirmar que ‘toda guerra é absurda’, para a quebra deste tabu existe o jornalismo de guerra com o propósito de enfrentar certos constrangimentos para nos relacionar com o mundo.” O jornalismo de impacto, como o de cobertura de guerra é responsável por garantir aos receptores, visões de um meio, onde a realidade não é a mesma da que vivenciam. Capaz de

criar conceitos e embasamentos diferenciados com relação a países distintos, o correspondente internacional que se vale de seu conhecimento para transmitir aos demais a sua versão dos fatos, garante um novo rumo à história. Muitas vezes, apontando, uma crítica que gera a reflexão das pessoas.¹⁸

O que Forentin e Bertol¹⁹ transparecem é a prova inequívoca de que a intensidade do trabalho abala diretamente o rendimento do trabalhador, mas mesmo assim o profissional tem maior facilidade em reportar uma dor física do que psíquica, “falar da saúde é sempre difícil, já que evocar o sofrimento e a doença é, em contrapartida, mais fácil, pois todo mundo o faz, e, como se, a exemplo de Dante, cada um tivesse em si experiência suficiente para falar do inferno e nunca do paraíso. Certo é de que quando mais a pessoa ficar exposta e vulnerável maior o risco de ter uma doença, a capacidade de recuperação e defesa do organismo vão diminuindo, com o que aumenta a vulnerabilidade a fatores patogêni-



cos externos e, em consequência, o risco geral de adoecer.”

Agravando tal quadro²⁰, os meios de comunicação buscam suprir suas necessidades e promover o show sem pensar na saúde dos profissionais, o perigo está no glamour e o charme funcionarem como cortinas de fumaça a esconder as feridas abertas e os pontos obscuros do nosso ofício, de modo que as situações patológicas se apresentam em um espetáculo informativo, onde o insignificante nos parece importante, a incoerência nos parece saudável. Vê-se que, dessa forma, é perceptível a importância da psicologia do trabalho, sendo que a mesma pode interferir na organização e no ambiente de trabalho a fim de zelar pelo equilíbrio emocional das pessoas, sem deixar de considerar que nos traumas psicológicos, estresse pós-traumático (TEPT) etc.

Talvez o caso mais emblemático e tétrico dessas afetações psicológicas é o acontecido (suicídio) com Kevin Carter²¹, um premiado fotógrafo sul-africano, que fotografou uma criança faminta

tentando chegar a um centro de alimentação da Organização das Nações Unidas (ONU), próximo à aldeia de Ayod, quando um abutre-de-capuz apareceu nas proximidades, e essa foto foi tirada no ano de 1993, no Sudão (numa área que hoje pertence ao Sudão do Sul); na época, o país estava arrasado por uma longa guerra civil. Na época, vendida para o *The New York Times*, a fotografia foi publicada pela primeira vez em 26 de março de 1993 e foi repassada para muitos outros jornais ao redor do mundo, e, em 1994, a imagem ganhou o Prêmio Pulitzer de Fotografia Especial.

Refinando um pouco mais, Borges²² chama a atenção para o detalhe, nem sempre aventado/ventilado, de que, por outro lado, esse mesmo direito humanitário distingue dois tipos de jornalistas de guerra. Antes de expor tal separação há que se saber que ambos são enquadrados como pessoas que seguem as forças armadas sem, entretanto, fazer parte delas, que são: o primeiro é o *embedded*, que segue um exército, com autoriza-



ção e proteção de um dos lados beligerantes, usa um uniforme e ganha uma patente; o segundo é o jornalista independente que não se submete às regras ou proteções de qualquer um dos lados beligerantes.

Mediante tal quadro, medidas protetivas foram tomadas:

Assim, observa-se claramente que desde a Conferência de Genebra de 1974-1977 os correspondentes de guerra possuem uma posição privilegiada dentro dos conflitos armados. O artigo 79 do Protocolo I trata especificamente disso:

Artigo 79 - Medidas de proteção de jornalistas

1. Jornalistas que realizam trabalhos profissionais riscos em áreas de conflito armado serão considerados pessoas civis na acepção do n.º 1 do artigo 50.

2. Eles serão protegidos como teem conformidade com as convenções e presente Protocolo, desde que nenhuma ação seja tomada sua condição de civis e sem prejuízo do direito de correspondentes de guerra credenciados às forças armadas de benefício estatuto

previsto no artigo 4A.4 da Convenção.

3. Eles podem obter um cartão de identidade de acordo com o modelo anexo ao Anexo II do presente Protocolo. Este cartão, que será emitido pelo governo do estado do qual eles são nacionais, ou no território de que residem ou onde a agência ou imprensa que os emprega, atestará a qualidade do trabalho do jornalista titular.²³

Obedecendo a essa retórica devidamente abalizada, Cinelli²⁴ reafirma que, de fato, a violência maciça organizada é a única característica que distingue a guerra de todas as outras atividades humanas, já que o papel desempenhado pelo Estado e seus agentes, notadamente os responsáveis pela administração da violência, é decisivo para que a legitimidade nessa aplicação seja mantida. Nessa estrutura institucionalizada e centralizada, isso passa, por exemplo, pela preocupação com a difusão adequada do conteúdo dos diversos tratados e normas humanitárias a todos os reais e potenciais destinatários, tanto na paz quanto na guerra.



Não se pode ignorar o fato de a guerra estar sob a tutela absoluta e exclusiva do Estado foi um importante marco rumo à consolidação do próprio conceito de Estado, frisando que, a despeito de algumas opiniões contemporâneas divergentes, aparentemente assim continuará a ocorrer. Numa visão mais encadeada pelos estudos e indicadores mais confiáveis, mesmo que outras variáveis surjam como intervenientes, decorrentes das “novas guerras” ou da “governança globalizada”, é provável que ainda assim permaneçam imutáveis algumas convicções, principalmente aquelas ligadas à ênfase na condução de conflitos armados sem perder de vista o aspecto humanitário.

Assim, em sua essência²⁵, a noção de legitimidade corresponde à ideia de uma relação harmônica de uma instituição, uma pessoa, um ato determinado, com o seu fundamento ético, que pode ser um modelo pessoal, humano — herói, profeta ou super-homem — ou divino; ou então, da conformidade com um conjunto de princípios e regras de comportamento, e, sob

esse aspecto, a legitimidade nada mais é do que uma forma de justiça. Levando em consideração que a guerra é a primeira e mais antiga das relações internacionais, e que já nos tempos antes da História, o sucesso guerreiro aparecera muito cedo, com seu aspecto de o mais violento e teatral entre os fenômenos sociais, a necessidade de regular as hostilidades bélicas entre as nações deu origem, recentemente, ao DICA (Direito Internacional dos Conflitos Armados) – o qual deve exercer ao longo do processo decisório militar, o que tange à condução ética de um conflito armado –, portanto, a ancestral interligação entre guerra e direito é uma evidência de sua indissociabilidade

Embora pareça controverso e mesmo desproporcional, Costa Júnior²⁶ comprova que o Direito Internacional Público não existe como direito, pelo menos é o que deixa transpassar por lhe faltar a previsão de sanções, um poder verdadeiramente sancionador com condições de coercibilidade e que vai esbarrar na soberania dos Estados. E tem mais: por orientar-se,



não por um universo normativo, mas por interesses de pessoas naturais específicas e dos Estados que governam, nem sempre das nações ou dos povos que, proporcionalmente, nem sempre estão a dar seu aval àquele que tem o poder constitucional de fazer a guerra.

Até para um leigo²⁷, certamente que isso não é Direito, muito embora se o possa conceber como um esboço de universo formado por elementos regentes do chamado concerto das nações. Nesse jogo do xadrez do equilíbrio do poder mundial, tudo se dá sob a batuta de uns poucos que governam o mundo e tem, sob a sua chancela, o poder, a ganância e um Direito internacional que ainda não consegue estabelecer normas realmente eficazes e limites realmente delimitadores dos direitos irrealis que tem alguns governantes.

No caos da guerra a letra da lei parece ser alvo prioritário de aniquilação. A indiscriminação das vítimas parece ser a única certeza de homogeneidade e de uma certa condição igualitária sombria e tenebrosa que não diferencia os que

tombam ante a senda criminoso de certos combatentes sanguinários.

TENDENCIONISMO E CENSURA

Algo que precisa ser entendido de imediato é que²⁸ o correspondente, como o antropólogo, necessita de algum tempo para entender aquela nova sociedade com a qual vai lidar em seu trabalho, portanto, a etnografia (o estudo descritivo das diversas etnias, de suas características antropológicas, sociais etc; o registro descritivo da cultura material de um determinado povo) depende disso tanto quanto a cobertura jornalística. A individualidade, a formação e as convicções desses profissionais funcionam como filtros, mas o trabalho de ambos, no entanto, devem ser baseados em suas perspectivas nacionais sob a cultura estrangeira sobre a qual reporta, e é por essa condição cultural e civilizatória que diversos antropólogos escreveram a respeito do olhar de estranhamento e exterioridade por parte do pesquisado em relação ao



seu objeto, ou seja, essa seria uma atitude necessária e até natural, provinda da presença de sua própria cultura e de sua origem, que não devem ser descartadas devido ao contato com uma nova cultura.

Para que não se perca o “olhar de alteridade”, evitando dispersões focais e de comunicação efetiva e inteligível entre o emissor (correspondente) e o receptor (leitores, público alvo), Rusky²⁹ pondera que um correspondente muito tempo em um país pode deixar de pensar como seus leitores e pensar como suas fontes, o que pode ser fatal para um bom trabalho. A razão de se evitar essa maior interação sociocultural com os “nativos” se baseia na percepção de que é importante que o correspondente, além de informado sobre o que acontece em seu país, lembre-se da forma de pensar de seus conterrâneos, para conseguir traduzir a eles uma realidade estranha: ele (o correspondente) tem que traduzir a realidade do país em que está e fazer o máximo possível de comparações que permitam às pessoas identificar o que está acontecendo

com os referenciais que estão acostumadas a usar aqui em casa; o correspondente não pode, de maneira alguma, perder o contato com o seu país.

Por outro lado, também não se pode, e nem se deve, deixar de suprir seus leitores/público com informações e curiosidades sobre aquele pedaço do nosso planeta onde ele se encontra para que não se crie a ilusão que existe uma homogeneidade internacional contínua e clonada. Analogias são muito bem vindas, úteis mesmo, já que as comparações são uma forma de trazer mais para perto o que é alheio³⁰, hipoteticamente, se acontece um escândalo envolvendo um jogador de futebol americano nos Estados Unidos, por exemplo, é provável que o brasileiro médio não o conheça, e compará-lo com algum jogador brasileiro tão famoso quanto, mas de futebol, esporte popular no Brasil, pode ser uma boa saída para que o brasileiro entenda a proporção do caso.

Moretti³¹ compartilhada da certeza de que o jornalismo, cujo compromisso maior deveria ser



com a verdade, como diz um conhecido *slogan*, nem sempre primou pela ética durante sua turbulenta história. Assim, distorções de fatos, meias-verdades, exageros, narrações tendenciosas de acontecimentos são elementos presentes nessa atividade, provavelmente desde que um tambor pioneiro ressoou transmitindo a primeira notícia a distância, ou desde que uma testemunha ocular resolveu narrar o que viu para outras pessoas. Desde quando?

Já nos primeiros relatos de guerra de que se tem notícia, aqueles do Antigo Testamento da Bíblia, temos pontos de vista claramente tendenciosos, principalmente quando se tratava de narrar os combates do povo hebreu contra os filisteus, egípcios ou qualquer outro povo. Posteriormente, outros relatos de guerra igualmente distorcidos foram sendo produzidos ao longo da história, muitos na forma de poemas épicos, como a *Ilíada* de Homero, outros na forma de crônicas, como as campanhas de Júlio César na Inglaterra. Até então, seus redatores eram anônimos. O primeiro corres-

pondente de guerra que mereceu tal nome só apareceu no século XIX, especificamente na Guerra da Crimeia (1854), que envolveu a Inglaterra e a Rússia numa disputa de fronteiras. O papel de correspondentes era atribuído a jovens soldados que mandavam cartas das frentes de batalha, expediente bastante insatisfatório, pois não apenas esses soldados-correspondentes eram altamente seletivos com o que escreviam, como mal entendiam o processo jornalístico. Foi então que o editor do *The Times* londrino enviou para o campo de batalha um repórter especialmente contratado para a função: William Howard Russell, o primeiro correspondente de guerra. Ele fez tamanho sucesso cobrindo a guerra que depois reportou outros conflitos, como a Guerra de Secessão EUA e a Guerra Franco-Prussiana.³²

Surge, dos comportamentos desviantes e posturas aéreas e antiprofissionais, um novo filão na indústria jornalística, e sobre a qual Moretti destaca que com o sucesso da cobertura dessa guerra, os correspondentes se tornaram estrelas, trata-se da Era de Ouro dessa cate-



goria de jornalistas, e que foi entre 1865 e 1914.³³ Nessa esteira, rapidamente, o correspondente se tornou o herói de suas próprias histórias, contando-as com toda a cor e intensidade, contexto onde o crédito ‘Do nosso correspondente’ foi eliminado e substituído pelo nome do próprio repórter, e que tinham por características: meio malucos, meio aventureiros, viajavam em cavalo, jegue, camelo, de esqui, de navio ou de trem para onde fosse; carregavam cartas de crédito, peças de ouro e, como não poderia deixar de ser, um par de pistolas sempre carregadas; alguns deles chegaram inclusive a servir ao Ministério das Relações Exteriores de seus países como espiões e informantes.³⁴

Lopes³⁵, ao abordar a relação comensal e simbiótica entre os correspondentes de guerras e a censura a que são submetidos, relembra, a priori, que, por definição, a correspondência de guerra consiste na transmissão periódica de notícias de uma guerra por jornalistas profissionais enviados por órgãos de imprensa ou *freelancers* a uma zona conflagrada no exterior,

além do que, nesse sentido, esta prática consiste em um tipo específico de jornalismo profissional internacional, exercido por um repórter no local dos acontecimentos. Sem deixar de citar que, ao longo da história da correspondência de guerra, o mito em torno do jornalista que vai ao front foi crescendo entre leitores e dentro da própria categoria profissional na qual se insere o repórter, a ponto de ser visto como uma estrela dentro da profissão.

Reforçando afirmações anteriormente estabelecidas³⁶, historicamente, a relação entre jornalistas e o acontecimento guerra confere embasamento à notória frase do senador americano Hiram Johnson, que, em 1917, afirmou: “A primeira vítima, quando começa a guerra, é a verdade”. Com a ressalva de que a dualidade/dubiedade dessas situações caóticas, e mesmo o dualismo ético – bem x mal – deve ser percebida e conhecida antes de ser amaldiçoada e defenestrada: a guerra é uma situação extrema, confrontado com cenas de violência, em que sua vida está em risco,



o ser humano costuma expressar instintos primitivos, como a luta por sobrevivência, o ódio, a indiferença; mas, em algumas ocasiões, também expressa solidariedade e senso de proteção da família e de seu círculo social.

A guerra e seus correspondentes jornalísticos vivem essa relação de amor e de ódio, mas acabam se tornando inseparáveis por simples “retroalimentação”: Informação é poder, seu controle/censura é uma arma vital.

Lopes³⁷, numa breve análise primária, afirma que o controle da informação é considerado por estrategistas militares uma arma importante utilizada na guerra, pois sendo o jornalista um agente do conflito disposto a tornar públicas descrições e narrativas sobre o acontecimento, é presumível que seu trabalho, capaz de influenciar as demais forças envolvidas e a opinião pública, seja alvo de controle. Daí, em muitos casos, o jornalista acaba por se engajar no esforço guerra, com relatos a favor do governo de seu país, onde é frequente o jornalista, em situações

de conflito, se deixar manipular por fontes militares ou governamentais, sendo que a regra geral na cobertura de guerra é o repórter mais ou menos aderir acriticamente às causas e racionalidades que sua nação defende no conflito.

Dessa forma³⁸, passa a valorizar a coragem e a bravura dos soldados, sem questionamentos, sendo que a relação entre o jornalista e os governantes começa a sofrer afetações mais intensas – equilibrando-se entre convivência, aceitações, conflitos e censura - no final do século XIX. E já no início da I Guerra Mundial, na Grã-Bretanha, sob o Decreto de Defesa do Reino, foi criado um sistema de censura tão severo que seu legado estende-se até hoje, e, como bônus, a boa vontade dos proprietários de jornais na aceitação desse controle e sua cooperação na disseminação da propaganda trouxe-lhes a recompensa do status social e do poder político; mas também minou a confiança do público na imprensa.

No irromper da Grande Guerra (1914-1918), Lopes³⁹ destaca que, inicialmente, o correspondente



de guerra não se enquadrava no esforço de propaganda – os proprietários de jornais estavam ansiosos em cobrir a guerra, principalmente porque ela seria um bom negócio para os periódicos, as dificuldades eram imensas, e para piorar o governo britânico ordenava que qualquer correspondente encontrado no campo fosse preso, tivesse seu passaporte apreendido e fosse expulso da região. Nesse contexto, enquanto o continente mergulhava no conflito, alguns correspondentes entravam e saíam da prisão, outros ingressavam clandestinamente na Alemanha e, outros ainda, conseguiam suas primeiras informações exclusivas, como Granville Fortescue, que noticiou, em primeira mão para o *Daily Telegraph* de 3 de agosto de 1914, a reportagem “País invadido por soldados alemães. A Bélgica era ocupada pela Alemanha”.

Apesar de toda essa arquitetura desinformativa⁴⁰, é importante trazer uma vez mais as palavras de Ribeiro: “se guerra é ruim, guerra sem jornalista (ou escritor) por perto é pior”, pois, dentre outros

serviços meritórios e humanitários prestados, foi a cobertura dos correspondentes britânicos que levou o governo a melhorar as condições de higiene e de assistência médica nos campos de batalha. Avançando um pouco mais no tempo, e na evolução dos meios e ferramentas de comunicação, cabe lembrar que foi a cobertura no Vietnã – sobretudo a dos norte-americanos, e lá, principalmente, a de televisão – que fez com que, pela primeira vez na história, a população dos EUA se colocasse contra seu próprio governo, de tal forma que fez minar o apoio político ao conflito, e como consequência derradeira, isso abalou o moral das tropas, levando os Estados Unidos a confrontarem com a mais humilhante derrota militar de sua história.

Em brevíssimo comentário acerca da temática desse simpósio, cabe destacar que⁴¹, no caso da cobertura brasileira na II Guerra Mundial, o trabalho dos correspondentes era triplamente censurado: pelo V Exército Aliado, pela Força Expedicionária Brasileira (FEB) e pelo Departamento de Imprensa e



Propaganda (DIP): os exagerados elogios aos soldados nacionais contidos nos textos dos correspondentes chegavam a tal ponto que, às vezes, provocavam constrangimentos entre os próprios pracinhas. Sobressai-se a prática de Rubem Braga teria sido exceção, uma vez que o profissional teria conseguido driblar o controle governamental para fazer chegar ao público seu pensamento sobre a guerra, e apesar de ter o seu trabalho de cobertura de guerra sensivelmente limitado, desenvolveu o seguinte esquema: por outro lado, paradoxalmente, ele conseguiu uma liberdade que não havia usufruído no Brasil estadonovista; utilizando-se, para isso, de recursos literários inseridos dentro do seu trabalho jornalístico, como contar a trajetória de personagens que causassem simpatia e identificação do leitor ou relatar situações que validassem a sua opinião; através da análise da sociedade italiana e de outros aspectos da guerra, ele conseguia expressar as suas opiniões políticas e a sua visão de mundo, o que seria

muito difícil de se obter no jornalismo brasileiro da época.

Borges⁴² reitera que o papel do jornalista de informar os fatos, a “verdade”, torna-se algo secundário dentro de um ambiente onde a hostilidade e a sede pela vitória imperam. Entendendo-se que publicar qualquer coisa que coloque a nação em risco ou choque a opinião pública pode ser e é encarado como uma ameaça e o seu divulgador deve enfrentar as consequências de seus atos.

Ecoa aqui, de forma retumbante, a certeza de que⁴³, nesse sentido, a última coisa que veremos dentro da cobertura de guerra é a liberdade de imprensa, independente do país onde ela é feita e para o qual ela é realizada, pois nenhum conflito jamais travado pela humanidade e coberto de uma forma ou de outra pelos jornalistas esteve livre da censura; nem mesmo a guerra do Vietnã como muitos querem crer. De sorte que, fosse num ambiente ou em outro, a censura estava sempre presente e trabalhando para manter a opinião do



público interno ignorante dos acontecimentos do front.

Quando trocamos o Direito Natural pelo Direito Positivo, há milhares de anos, para vivermos numa sociedade com instituições e governos, parte da liberdade foi sacrificada em nome de duas ações que se faz querer serem encaradas como umbilicais e estritamente necessárias para a garantia da caminhada civilizatória: a manutenção da ordem pública e a preservação da paz social. Em já existindo restrições e censuras prévias dentro da normalidade dessas situações aceitas pela população, não causa estranheza nem tampouco repulsa o fato de que durante períodos de guerra tais “amarras” sejam ainda mais apertadas.

Estabelece-se, pois, nessa seara de dicotomia primordial⁴⁴, a conexão entre comunicação e conflitos, a qual é, então, bastante visível, já que, desde o século XVI, guerras e disputas marcaram toda a Europa, seja no seu período mercantilista, seja na fase capitalista e continuam a marcar até a atualidade, com o advento da globalização,

de modo que notícias de guerras e feitos militares assinalam o início da imprensa e permeiam toda a sua história. Como luz e trevas caminham sempre juntas, a imprensa trouxe consigo, entretanto, outra novidade: a censura, conhecida pela primeira vez durante a guerra dos Trintas Anos (1618-1648), na Alemanha, esta foi a primeira grande guerra europeia, caracterizada por um conflito religioso entre católicos e protestantes, que se estendeu de 1618 a 1648, e provocou o esfacelamento do Sacro Império Romano-Germânico.

Outros governos/países copiaram essa “prática preventiva”⁴⁵, uma vez que foi também para impedir que as notícias desse longo conflito chegassem em detalhes ao conhecimento do público inglês que o Star Chamber Decree, em vigor de 1632 a 1638, inviabilizava parte da imprensa britânica e de certo modo dava a ela novos rumos. Dessa feita, a censura vinha na forma de imposições governamentais, proibição de circulação de jornais que não fossem os oficiais, taxas exorbitantes, bem como: é



interessante notar, porém, que a censura surge dentro de uma imprensa claramente voltada para as notícias que vinham de terras distantes; sua explicação se deve à intenção dos governantes locais de impedir a disseminação do gérmen das grandes revoltas ou revoluções dentro de seus países e evitar impugnações às medidas oficiais.

Revisitando uma noção/entendimento basilar já exaustivamente reprisada até aqui, Cinelli⁴⁶ nos faz rememorar a compreensão primária, e histórica, de que o monopólio dos meios destinados à aplicação da violência e às ações constabulares (poder de polícia) é uma das principais características do Estado moderno, permeando seus elementos constitutivos (povo, território e governo soberano). Relembrando ainda que isso o caracteriza, dentre outras razões, porque o distingue das comunidades pré-modernas, onde a ameaça de violência humana por parte de exércitos invasores, bandoleiros e senhores da guerra locais era constante e indiscriminada.

Sem esquecer-se de asseverar, enfaticamente, que⁴⁷ o que nós tendemos a perceber como guerra, o que habitualmente se define como guerra é, de fato, um fenômeno que tomou forma na Europa entre os séculos XV e XVIII e está inextricavelmente ligado à evolução do Estado moderno. Em assim sendo, eis porque a guerra legítima precisa ser, para ser de fato legítima, gerida exclusivamente pelo Estado, que a monopoliza, administrando os meios e, por extensão, dosando-lhes a sua aplicação.

O conjunto de medidas restritivas de informação é, por isso, rotulado como Lei de Censura, frisa-se o destaque para a precedência e procedência da expressão firme da “Lei”.

Enquanto prerrogativa do Estado, nas situações aquém e além da normalidade da divisão entre Poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário), e no respeito a sua autonomia e destinações próprias, o direito de se fazer leis de exceção em nome tanto da segurança como da soberania nacionais encontra na guerra um ter-



reno fértil para sua expansão, diversificação e aprofundamento.

SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E CORRESPONDENTES BRASILEIROS

Para muitos estudiosos e pesquisadores a Segunda Grande Guerra Mundial (1939-1945) nada mais é do que a continuação da Primeira Grande Guerra Mundial (1914-1918), após um interregno, uma suspensão das hostilidades, de um reenquadramento geopolítico, durante um breve intervalo comumente denominado como Período Entre Guerras (1918-1939). Essa “meia-verdade” – se é que tal coisa de fato exista, ou que seja possível – esbarra em um dos aspectos mais determinantes e diferenciais desse intervalo nesse grande jogo bélico do século XX, a saber: o uso massivo e profissional da propaganda como instrumento de poder e de aparato ideológico a partir da década de 1920.

Em auxílio a essa argumentação basilar, Henn⁴⁸ corrobora o entendimento de que uma caracte-

rística fundamental da Segunda Guerra Mundial refere-se à existência de outra guerra, paralela à bélica, para a qual foi dada uma grande importância por parte dos governos dos países beligerantes. Ação direcionada e vocacionada prematuramente, cenário onde a luta pela dominação das consciências da população atingiu tamanha proporção que tornou a guerra propagandística um ponto central do conflito, assim: a propaganda estava inserida em todos os veículos de comunicação, não havendo nenhum órgão de imprensa que escapasse dessa realidade; desde a veiculação de notícias até os anúncios publicitários, tudo fazia parte da propaganda estratégica de guerra.

Com o adendo de que⁴⁹, anteriormente, na Primeira Guerra, já tinham sido usadas técnicas propagandísticas, mas, desta vez, em consequência da evolução tecnológica dos meios de comunicação, essas técnicas apresentavam um enorme grau de sofisticação. Contudo há um importante diferencial, enquanto, no conflito anterior, a propaganda e a censura eram ge-



ralmente responsabilidades do mesmo departamento, agora, existiam pessoas com a função específica de realizar a propaganda.

Deixando de lado a abordagem como o ódio étnico, o racismo e a difamação política e ideológica que marcaram o envolvimento da imprensa e da propaganda, de forma ostensiva, monstruosa e ignóbil, durante a Segunda Grande Guerra Mundial, destaca-se que⁵⁰, no que tange à cobertura jornalística, a Segunda Guerra caracterizou-se por marcar a consolidação do rádio como principal meio de comunicação popular mundial, com exceção de esporádicos filmes com caráter documental exibidos nos cinemas, as pessoas não tinham acesso a imagens reais dos combates; a televisão só iria se difundir após o término da guerra. Portanto, sendo assim, somente o rádio poderia transmitir ao vivo das zonas de combate, era a partir da narração do locutor que o público ouvinte construía a sua imagem das batalhas, o que fez com que o rádio cumprisse um papel fundamental no sistema de propaganda elabora-

do pelos aliados⁵¹: os locutores estavam cientes do papel que lhes cabia: incrementar o interesse da população pela guerra, levando a que a torcida pela vitória dos seus compatriotas contagiasse o maior número de pessoas; por isso, procuravam fazer as transmissões de forma dinâmica e emotiva.

E como e onde o correspondente de guerra entra nessa arena?

Acentua-se, dentro da análise pontual de Henn⁵² que a Testemunha Ocular era a única pessoa encarregada e com autorização de assistir ao andamento das ações nas zonas em que as autoridades proibissem a entrada dos demais correspondentes e, posteriormente, de divulgar o seu relato aos colegas, além do que na Segunda Guerra, esta pessoa era um jornalista escolhido pelos responsáveis militares, diferentemente da Primeira, na qual era um militar de carreira. Bem como, de outra parte, não era somente ele que deveria trabalhar sob o severo controle das autoridades militares, já que qualquer um que se interessasse em atuar como correspondente de guerra deveria



passar por um complexo ritual de aceitação, e nesse processo, antes de seu credenciamento, estava sujeito a ficar concentrado em um quartel por um prazo estipulado, recebendo instruções e aprendendo os regulamentos militares, assim como tinha de, obrigatoriamente, assinar um documento comprometendo-se a encaminhar o seu texto a todas as censuras instituídas pelo comando.

Obtendo sucesso na sua “educação inicial”⁵³, depois disso, vestia um uniforme de tropas regulares, com a insígnia de *War Correspondent* bordada em dourado no ombro e um soldado encarregado de ser seu motorista era-lhe designado. Mas, apesar de contar com o posto simbólico de capitão, era credenciado formalmente como “junto às tropas”, ou seja, não era considerado parte das tropas regulares.

Não se pode deixar de pautar que o correspondente faz parte de uma complexa engrenagem – nacional e estratégica – que é o esforço de guerra. E naquele momento histórico crucial e decisivo para os

rumos civilizatórios da humanidade⁵⁴, devido à abrangência da aliança contra o fascismo e o nazismo na maior parte dos países do mundo, era extremamente difícil, senão impossível, encontrar correspondentes de guerra que não se enquadrassem voluntariamente no esforço de guerra, quer seja aqueles que eram jornalistas, muitas vezes com experiência em cobertura de outros conflitos, seja os que eram escritores e trabalhavam nesta função pela primeira vez, todos, de forma mais ou menos acentuada, sucumbiram ao trabalho da propaganda patriótica.

O choque inevitável, porém na maioria das vezes adiado, por causa do engajamento, do nacionalismo e da responsabilidade que lhes pesavam sob os ombros, entre a verdade dos fatos e a narrativa produzida cobrou altos preços. Henn⁵⁵ esclarece que é interessante constatar que alguns correspondentes tenham feito, posteriormente ao término do conflito, exames de consciências sobre as suas atuações engajadas no esforço de guerra de seus países, mas que, no entanto,



nem todos que o fizeram lamentaram terem trabalhado deste modo, já que grande parte defendeu a legitimidade de suas atuações, porque se tratava, segundo eles, de uma guerra justa, ou seja, do bem contra o mal.

No campo inimigo⁵⁶ na Alemanha, desde o início da década de 30, existiam órgãos governamentais com a função específica de elaborar propaganda do regime, Joseph Goebbels era o Ministro da Propaganda e defendia em seus discursos que a adesão da população ao nazismo não deveria ser feita somente através da coerção física, embora admitisse a sua importância, e, para ele, as pessoas deveriam ser cooptadas ideologicamente através da propaganda, a qual, devido à sua relevância, deveria ser formulada com profundo rigor científico.

Formulações similares também se deram no campo dos Aliados. Henn⁵⁷ explica que, dessa forma, tendo em vista o perigo de a Europa ser dominada pelo nazismo, a partir do momento que Grã-Bretanha, Estados Unidos e União

Soviética se engajaram definitivamente na guerra, a tendência natural para os meios de comunicação era integrarem-se voluntariamente à propaganda de seus países, situação na qual os próprios correspondentes se autocensuravam, hesitando antes de noticiar qualquer informação que pudesse prejudicar o esforço de guerra, receando serem considerados traidores dentro de seus países. Na outra ponta da cadeia midiática, os diretores e proprietários dos meios de comunicação tampouco consideravam descabida a censura, ao contrário, achavam que ela era inevitável em época de guerra: com efeito, em fevereiro de 1945, ocorreu a visita de três representantes da Sociedade Norte-Americana de Redatores de jornais à Londres com o objetivo de discutir o livre fluxo de notícias entre os países no pós-guerra; representantes de jornais ingleses declararam serem francamente favoráveis a essa liberdade de informações, mas somente depois de terminado o conflito mundial.

Marchioro⁵⁸, ao expor sobre a participação de correspondentes de



guerra brasileiros nos campos de batalha da Europa, inicia observando que a Segunda Grande Guerra iniciou-se em 1939, no entanto foi apenas em 1944 que o combate começou a ser decidido, bem como que o Brasil participou da guerra entre setembro de 1944 e maio de 1945, enviando 25445 soldados e oficiais para o front. E que durante o tempo em que a FEB esteve na Itália, foram enviados jornalistas e correspondentes, e dentre estes estavam Rubem Braga, junto ao Alto Comando Aliado, e Joel Silveira, sobre eles descreve: Braga permaneceu na Itália de setembro de 1944 a abril de 1945, e durante este período escreveu a maioria dos relatos que compõem o seu livro *Crônicas de guerra: com a FEB na Itália*; Joel Silveira embarcou para a Itália no mesmo ano em que Braga, estiveram juntos em muitos momentos na guerra, e várias vezes passaram pelos mesmos lugares relatando suas experiências.

Numa breve retrospectiva histórica dessa faceta do jornalismo⁵⁹, a primeira vez que se tem registro

do envio de correspondentes de guerra da imprensa brasileira foi na Guerra do Paraguai (no século XIX), posteriormente na guerra que ficou conhecida como Guerra de Canudos – o escritor Euclides da Cunha foi como correspondente (*O Estado de S. Paulo*) e daí já havia confluências entre literatura e jornalismo, da sua viagem escreveu *Os Sertões* –, e, em 1932, Rubem Braga cobriu como correspondente a Revolução Constitucionalista de São Paulo. Dessa feita, pode-se dizer que Rubem Braga foi um dos pioneiros desse tipo de jornalismo no país.

Complementando essa narrativa, Marchioro⁶⁰ relata que pouco antes do envio das tropas brasileiras para a Europa, durante a Segunda Guerra Mundial, os principais jornais do Brasil pediram permissão para que seus correspondentes de guerra fossem credenciados junto às tropas. Com a concessão assegurada, os primeiros representantes dos jornais brasileiros rumaram para a Itália em 22 de setembro de 1944, e entre eles estava Rubem Braga, do Diário Cari-



oça; e em 23 de novembro, junto ao 4º escalão, embarcou Joel Silveira, dos Diários associados.

Comparando os estilos dos dois correspondentes em destaque:

Pode-se dizer que a crônica de Joel Silveira é aparentemente mais informativa e relacionada à linguagem jornalística que a de Rubem Braga, entretanto ambos os autores conseguem atingir o leitor cogitando reflexão e proporcionando fruição. No caso de Silveira, tal impacto é atingido porque ele seleciona momentos exatos de seus relatos onde se utiliza da informação para inserir algo que represente uma quebra na linguagem jornalística – o que aproxima seu texto da prosa ficcional, como é o caso da crônica “Aquilo lá é Bolonha”. Rubem Braga é tido pela crítica como um cronista lírico [...] Nesse sentido, tanto Braga quanto Silveira, apesar de todas as condições adversas (censura, distância, meio de transporte), trouxeram, além de informações, emoções e experiência às famílias que ficaram no Brasil.⁶¹

Concorda-se, em amplo espectro, com Charlon⁶² na assertiva de

que o pesquisador por meio da escritura/narrativa de Rubem Braga – e de outros correspondentes de guerra – está diante do “outro” materializado em escritura/textos e, desta forma, em narrativas que abrigam interlocuções de vozes, de contextos e fronteiras. Sem esquecer-se de destacar que as histórias produzidas durante a guerra foram acolhidas por suportes diferentes e em tempos diferentes, gerando receptores, experiências, diferentes, uma vez que, no movimento, rumo à guerra, os soldados, mas também o correspondente de guerra encontrarão outros homens vindos de outras terras que ao se deslocarem, carregam em suas bagagens suas histórias.

Jamais se pode deixar de refletir/ponderar/argumentar que eles estarão juntos num outro país que a guerra manejada pela força impiedosa e devastadora do fascismo transformou em campo de batalha, bem como que, logo, eles irão compartilhar um espaço pluricultural.⁶³ Especificamente no caso do correspondente de guerra, deslocar-se para viver uma guerra mundial



significa também viver a circulação de sentidos e as trocas culturais não apenas como jornalista correspondente de guerra, mas também como homem, e, na derradeira e homogênea nivelção, todos, sem diferenças de divisas, estarão, igualmente, expostos às interpretações e às trocas, em regiões de fronteiras.

Se “A cobra Fumou”, certamente alguém relatou.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Somos, desde sempre, e para sempre, sedentos/viciados por informação, e quando o assunto é guerra, qualquer uma, essa demanda é ainda mais urgente e diversificada. Ninguém é tão ingênuo, ou desprovido do mínimo de senso crítico e de lógica/razão, para aventar a possibilidade de que tem algo faltando ou que alguma coisa parece demais exagerada e fora de contexto nas narrativas de guerra, pois o jornalismo nessas ocasiões se confunde – intencionalmente ou não – tanto com propaganda nacio-

nalista e patriótica como com a mais desmedida ficção.

E com os avanços midiáticos e dos meios de comunicação, principalmente das transmissões instantâneas e na internet, o componente notícias de guerra se tornou algo tão presencial quanto corriqueiro; e até mesmo uma mercadoria. Contudo, nem todos sabem o que falam ou fazem, e por isso é que é preciso criar “filtros” para selecionar o que presta ou é *fake news* e/ou desinformação nesse contexto.

Certo é que nada substitui a figura e a presença do correspondente de guerra atuando in loco. Afinal de contas eles são nossos olhos, ouvidos e boca no front/campos de batalhas; e também parte da nossa alma e coração.

BIBLIOGRAFIA

BORGES, Lorena Araújo de Oliveira. *Entre a informação e a censura no front: a guerra perdida dos correspondentes*. Monografia (Curso de Graduação em Comunicação Social com habilitação em Jorna-



lismo) - Faculdade de Comunicação Social e Biblioteconomia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia: 2005.

CARVALHO, Élvio da Silva. *Jornalismo de Guerra: o caso da Imprensa Portuguesa*. Dissertação (Mestrado em Jornalismo -2º ciclo de estudos) – Universidade da Beira Interior, Artes e Letras. Covilhã, Portugal, 2013.

CHARLON, Maria de Lourdes Patrini. *Rubem Braga: correspondente de guerra na Itália*. *Anais do XV Congresso da ABRALIC (Associação Brasileira de Literatura Comparada)*, com a temática Experiências Literárias e Textualidades Contemporâneas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro: 7 a 11 ago. 2017.

CINELLI, Carlos Frederico Gomes. *Direito internacional dos conflitos armados: legitimidade e confiança ontológica*. Juiz de Fora: Centro de Pesquisas Estratégicas Paulino Soares de Souza, 2008.

COSTA JÚNIOR, Emanuel de Oliveira. A guerra no direito internacional. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, n. 114, 26 out. 2003.

DINIZ, Lília. *Correspondente de guerra: a rotina da cobertura no front*. 2011. Disponível em:

<<http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/correspondente-de-guerra-a-rotina-da-cobertura-no-front/>>. Acesso em 6 mai. 2018.

FIorentin, Luana; Bertol, Sonia Regina. Reação de jornalistas após situações traumáticas: estudo descritivo-analítico. *Anais do Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*, XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul. Curitiba: de 26 a 28/05/2016.

GARCIA, Maria Fernanda. *A foto, o prêmio e o suicídio*. 2017. Disponível em: <<http://observatorio3setor.org.br/noticias/foto-o-premio-e-o-suicidio/>> Acesso em: 10 maio 2018.

HENN, Leonardo Guedes. Os correspondentes de guerra e a cobertura jornalística da Segunda Guerra Mundial. *Revistas Sociais e Humanas*, Santa Maria, vol. 26, n. 3, set./dez., 2013, pp. 670-686.

LOPES, Rodrigo Guimarães. *A prática jornalística em áreas de guerra: uma experiência brasileira na cobertura do conflito na Líbia*. Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do



título de Mestre em Comunicação, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo, 2015.

MARCHIORO, Camila. Rubem Braga e Joel Silveira: dois cronistas no front. Londrina (PR): *Revista Estação Literária*, v. 11, jul., 2013, pp. 252-262.

MORETTI, Marco Aurélio Morro-ne. A ética no jornalismo: o jornalismo em tempos de guerra. São Paulo: *Cenários da Comunicação (UNINOVE)*, vol. 3, dez., 2004, pp. 89-102.

RUSKY, Renata Silveira. *O perfil e a rotina de correspondentes internacionais*. Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social, da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo. Brasília: 2013.

VIEIRA, Maria Clara Nicolau. Correspondente internacional: estudo sobre a atual conjuntura da profissão. São Paulo: *Revista ALTERJOR*, Grupo de Estudos Alterjor: jornalismo popular e alternativo (ECA/USP), ano 6, vol. 2, ed. 12, jul.-dez., 2015, pp. 123-134.

¹ BORGES, Lorena Araújo de Oliveira. *Entre a informação e a censura no front: a guerra perdida dos correspondentes*. Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da Faculdade de Comunicação Social e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás, para a obtenção do título de bacharel em Jornalismo. Goiânia: 2005, p.9.

² Ibid.

³ DINIZ, Lília. *Correspondente de guerra: a rotina da cobertura no front*. 2011. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/correspondente-de-guerra-a-rotina-da-cobertura-no-front/>. Acesso em 6 mai. 2018.

⁴ Ibid.

⁵ CARVALHO, Élvio da Silva. *Jornalismo de Guerra: o caso da Imprensa Portuguesa*. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Jornalismo (2º ciclo de estudos), Universidade da Beira Interior, Artes e Letras. Covilhã (PT): 2013, p.13.

⁶ Ibid.

⁷ Ibid.

⁸ Ibid., p. 16.

⁹ Ibid., p. 13.

¹⁰ Ibid., p. 20.



¹¹ Ibid, p. 21.

¹² VIEIRA, Maria Clara Nicolau. Correspondente internacional: estudo sobre a atual conjuntura da profissão. São Paulo: *Revista ALTERJOR*, Grupo de Estudos Alterjor: jornalismo popular e alternativo (ECA/USP), ano 6, vol. 2, ed. 12, jul.-dez., 2015, pp. 123-134, p.128.

¹³ Ibid., p. 128-129.

¹⁴ Ibid, p. 129.

¹⁵ BORGES, op.cit., p. 58.

¹⁶ Ibid., p. 59.

¹⁷ Ibid.

¹⁸ FIORENTIN, Luana; BERTOL, Sonia Regina. Reação de jornalistas após situações traumáticas: estudo descritivo-analítico. *Anais do Intercom* – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul. Curitiba: de 26 a 28/05/2016, p.4.

¹⁹ Ibid., p. 10.

²⁰ Ibid.

²¹ GARCIA, Maria Fernanda. *A foto, o prêmio e o suicídio*. 2017. Disponível em: <<http://observatorio3setor.org.br/noticias/foto-o-premio-e-o-suicidio/>> Acesso em: 10 maio 2018.

²² BORGES, op.cit., p. 60.

²³ Ibid., p. 61.

²⁴ CINELLI, Carlos Frederico Gomes. *Direito internacional dos conflitos armados: legitimidade e confiança ontológica*. Juiz de Fora: Centro de Pesquisas Estratégicas Paulino Soares de Souza, 2008, p. 7.

²⁵ Ibid.

²⁶ COSTA JÚNIOR, Emanuel de Oliveira. A guerra no direito internacional. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, n. 114, 26 out. 2003. P.6.

²⁷ Ibid.

²⁸ RUSKY, Renata Silveira. *O perfil e a rotina de correspondentes internacionais*. Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social, da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo. Brasília: 2013, p. 26.

²⁹ Ibid.

³⁰ Ibid., p. 27.

³¹ MORETTI, Marco Aurélio Morrone. A ética no jornalismo: o jornalismo em tempos de guerra. São Paulo: *Cenários da Comunicação (UNINOVE)*, vol. 3, dez., 2004, pp. 89-102, p. 91.

³² Ibid.

³³ Ibid., p. 92.

³⁴ Ibid., p. 92-93.



³⁵ LOPES, Rodrigo Guimarães. *A prática jornalística em áreas de guerra: uma experiência brasileira na cobertura do conflito na Líbia*. Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo (RS): 2015, p. 28.

³⁶ Ibid., p. 29.

³⁷ Ibid., p.35.

³⁸ Ibid.

³⁹ Ibid., p.36.

⁴⁰ Ibid., p.39.

⁴¹ Ibid.

⁴² BORGES, op.cit., p. 9.

⁴³ Ibid.

⁴⁴ Ibid., p. 14.

⁴⁵ Ibid.

⁴⁶ CINELLI, op.cit., p. 2.

⁴⁷ Ibid., p. 3.

⁴⁸ HENN, Leonardo Guedes. Os correspondentes de guerra e a cobertura jornalística da Segunda Guerra Mundial. Santa Maria (RS): *Revistas Sociais e Humanas* (Universidade Federal de Santa Maria/Centro de Ciências Sociais e Humanas), vol. 26, nº. 03, set./dez., 2013, pp. 670-686, p. 670.

⁴⁹ Ibid.

⁵⁰ Ibid., p. 674-675.

⁵¹ Ibid

⁵² Ibid., p. 676.

⁵³ Ibid.

⁵⁴ Ibid., p. 681.

⁵⁵ Ibid., p. 682.

⁵⁶ Ibid.

⁵⁷ Ibid.

⁵⁸ MARCHIORO, Camila. Rubem Braga e Joel Silveira: dois cronistas no front. Londrina (PR): *Revista Estação Literária (UEL)*, vol. 11, jul., 2013, pp. 252-262, p. 256.

⁵⁹ Ibid.

⁶⁰ Ibid.

⁶¹ Ibid., p. 260-261.

⁶² CHARLON, Maria de Lourdes Patrini. Rubem Braga: correspondente de guerra na Itália. *Anais do XV Congresso da ABRALIC (Associação Brasileira de Literatura Comparada)*, com a temática Experiências Literárias e Textualidades Contemporâneas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro: de 07 a 11 de agosto de 2017, p. 6783.

⁶³ Ibid.

Transmissões da FEB: homens e equipamentos que fizeram história

Israel Blajberg^a

Resumo: Dissertar sobre as comunicações no Brasil do pós-guerra traz a luz obrigatoriamente a atuação do pessoal militar especializado, seja da ativa ou da reserva, oriundos das três forças singulares, e com natural predominância quantitativa do Exército, dado o seu maior efetivo geral e setorial. Foi relevante a atuação destes pioneiros da área militar. O presente estudo discorre sobre as origens da Arma de Comunicações no Exército Brasileiro, cujas raízes remontam à Missão Militar Francesa e à Companhia de Transmissões da Força Expedicionária Brasileira.

Palavras-chave: Comunicações, Telecomunicações, História Militar

INTRODUÇÃO

Arrostando o intenso frio do inverno italiano e o fogo inimigo, eles lançavam sobre a terra gelada as linhas que garantiam as comunicações da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Numa época em que a Internet e os celulares sequer eram sonhados, os poucos bravos da Companhia de Transmissões do Batalhão de Engenharia escreve-

ram páginas de glória da História Militar contemporânea.

Lançando linhas telefônicas e estabelecendo enlaces via rádio, provaram-se a altura da epopeia vivida pelo Marechal Rondon ao construir as primeiras linhas telegráficas na Hileia Amazônica, ele que mais tarde seria consagrado Patrono da Arma de Comunicações do Exército Brasileiro.

Queremos aqui trazer uma modesta contribuição aos estudio-

^a Engenheiro e professor. Associado titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



tos da participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial, no que concerne as ações da ulterior e novel Arma do Comando, principalmente as novas gerações, já agora sob a perspectiva de 7 décadas passadas, considerando que a literatura sobre as Transmissões da FEB, ao que nos parece, é menos abundante que aquela dedicada as demais operações no Teatro de Operações Italiano.

Mas nem só no combate a Companhia se provou eficiente. Numa época em que o verdadeiro feito da comunicação internacional era monopólio de companhias estrangeiras, através de pouquíssimos canais viabilizados por enormes campos de antenas HF, o Serviço de Transmissões do Exército já realizava transmissões internacionais entre o Brasil e a Itália, para a época, um notável feito tecnológico.

Este trabalho procura também fazer justiça a homens que voltando ao Brasil, muito deram de si na tarefa de erguer este que é hoje o moderno e eficiente Sistema Brasileiro de Telecomunicações, seja

nas lides militares das Unidades de Comunicações, seja na vida civil integrando equipes pioneiras de planejamento e implantação.

O Brasil e as Telecomunicações Brasileiras muito devem a estes idealistas, na guerra e na paz. De Rondon à Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL), passando pela FEB – Soldados das Telecomunicações, os responsáveis pela notável epopeia de interligar o Brasil do pós-guerra, sob a inspiração e o exemplo de Rondon, grande brasileiro e pioneiro na construção das linhas telegráficas na Amazônia, o Marechal da Selva - Eternizar a memória das Transmissões da FEB é a melhor homenagem que se poderia prestar.

AS TRANSMISSÕES MILITARES

Em suas origens, as comunicações militares foram historicamente denominadas Transmissões, do francês *Transmission*, sob a influência da Missão de Instrução Francesa, que, como resultado do



acordo Brasil-França, nos trouxe uma grande experiência oriunda da sua vitória na 1ª Guerra Mundial (1914-1918).

As Transmissões eram atribuições orgânicas das Unidades de Engenharia. Os equipamentos eram operados por telegrafistas, a maioria preparada no Departamento de Correios e Telégrafos, em empresas civis e na Escola de Transmissões de Deodoro. O processo de modernização do Exército Brasileiro no período entre as duas Guerras Mundiais permitiu um primeiro impulso no avanço das telecomunicações.

Paulatinamente, redes próprias foram interligando cidades-sede de unidades. As redes administrativas eram fixas, e as redes operacionais tinham certo grau de mobilidade, sendo móveis ou semimóveis, a fim de acompanhar o deslocamento das tropas. O material era essencialmente importado e de baixa capacidade.

A Arma de Comunicações seria criada já depois da guerra, aos 25 de agosto de 1956, com a sanção da nova Lei de Organização

Básica do Exército. Sua organização seria definida apenas em 1959, e a regulamentação fixada em 1960, sendo criados os Batalhões de Comunicações Divisionários (B Com Div) e Companhias de Comunicações (Cia Com), e o impulso dado a Fábrica de Material de Comunicações e ao Serviço Rádio do Exército, com pessoal militar específico da nova Arma.

UNIDADES DE TRANSMISSÕES

Desde o Império já havia atividades de transmissões nas unidades da Arma de Engenharia, os antecedentes da moderna Arma de Comunicações.

Em 1915, uma rede de estações radiotelegráficas foi formada com estações na Companhia de Telegrafistas, e outra em Niterói, atendendo aos fortes. Foi a rede que mais tarde daria origem ao Serviço Radiotelegráfico Geral do Exército, e, posteriormente, ao Serviço Rádio do Ministério da Guerra.



A vinda da Missão Militar Francesa em 1919 trouxe inovações na área. Em 1921 foi criado o Serviço Rádio do Exército, a primeira organização militar (OM) de Transmissões, subordinada à Diretoria de Engenharia. Em 1924, foi criado o Centro de Instrução de Transmissões, sob direção de oficiais da Missão Francesa, de cuja evolução futura resultou a atual Escola de Comunicações (EsCom).

Na década de 1930 as transmissões sofreram reformas com a criação da Diretoria do Serviço Telegráfico, tendo como órgãos subordinados: o Serviço Rádio do Exército, os Serviços de Transmissões das Regiões e Circunscrições Militares, a Companhia Telegráfica do Exército (Organização Militar de Tropa), o Depósito Central de Material Telegráfico e o Centro de Instrução de Transmissões (CIT).

A Diretoria do Serviço Telegráfico, acompanhando a evolução do Exército, teve o seu nome mudado para Subdiretoria de Transmissões (16/02/1938), para Diretoria de Transmissões (10/03/1943) e,

finalmente, para Diretoria de Comunicações (1953)

ESCOLA DE COMUNICAÇÕES

Existe um grande paralelo entre a história das Comunicações do Exército Brasileiro (EB) e a história da EsCom, que data de 1921, quando foi criado, na Vila Militar o Centro de Instrução de Transmissões da 1ª Região Militar (RM), embrião da atual Escola de Comunicações, denominação esta que data de 1953.

A Escola de Comunicações foi comandada por alguns nomes ilustres, que passaram a história das telecomunicações brasileiras, dentre eles:

- Cel Higino Caetano Corsetti, instrutor de Comunicações na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e, mais tarde, Ministro das Comunicações;

- Gen Kleber Rollim Pinheiro, foi Diretor Geral do Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL);



- Cel Nelson Souto Jorge, presidiu a Companhia Telefônica Brasileira (CTB) ao longo de momentos difíceis, como as obras do Metrô que causaram inúmeros e extensos acidentes na Rede Externa.

1º BATALHÃO DE COMUNICAÇÕES DIVISIONÁRIO (1º B Com Div)

Unidade tradicional, o 1º Batalhão de Comunicações Divisionário, cujas origens remontam a 21 de agosto de 1945, data em que foi criada a Companhia Escola de Transmissões. Em 1966, foi transformada em 1º Batalhão de Comunicações. Dentro da política de remanejamento das unidades, em 1993, o 1º B Com Div teve sua sede transferida do Rio de Janeiro para Santo Ângelo-RS. Em 13 de outubro de 2000, foi-lhe concedida a denominação histórica de "Batalhão General Mário da Silva Miranda", uma justa homenagem ao comandante da 1ª Companhia de Transmissões da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária e ilustre

integrante da Arma de Comunicações.

FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA (FEB-1942/1945)

No período pré-guerra já operavam Companhias Independentes de Transmissões com sedes nas diversas Regiões Militares, com Seções de Construção de Linhas e outras. Tais unidades possuíam até pombais. Na época era relativamente comum o esporte do pombo-correio, havendo associações de columbofilia disseminadas pelo Brasil

Uma das unidades mais importantes era o Batalhão Villagran Cabrita, situado na Vila Militar. Embora tivesse o nome do patrono da Engenharia, originalmente era um Batalhão de Transmissões, com três Companhias de Transmissões e mais uma Companhia Extra.

Ao ser formada a FEB, o Batalhão estava passando da situação de hipomóvel para automóvel, o que ademais ocorria também com a Artilharia, onde as baterias de arti-



lharia de dorso Schneider 75mm (peças desmontáveis transportadas por muares) e baterias hipomóveis Krupp 75mm davam lugar a uma nova geração de obuses de 105 e 155mm autorrebocados, como o

panema, que até hoje comemora o feito de 14 de setembro de 1944, quando foram estabelecidas as primeiras transmissões radiotelegráficas intercontinentais da FEB na Itália para o Rio de Janeiro,



Oficiais e alunos da Escola de Transmissões em 1951

Regimento Floriano, unidade FEBiana sucedendo o antigo 1º Regimento de Artilharia Montada.

Hoje, este Batalhão situa-se em Santa Cruz, e na Vila Militar temos o Batalhão Escola de Comunicações - Batalhão Barão de Ca-

durante a 2ª Guerra Mundial,

Analisando ainda que de modo sintético o papel das Transmissões da FEB, descobre-se o início dos caminhos mais tarde trilhado por alguns de seus integrantes, que ocuparam cargos importantes na



esfera do Ministério das Comunicações e no setor privado. Aliás, diga-se de passagem, tal não foi privilégio do pessoal das Transmissões, de vez que diversos FEBianos de outras armas também vieram a se tornar figuras de destaque.

Para cumprir a sua missão, a Companhia de Transmissões contava com 10 oficiais e 212 praças, e equipamentos de dotação da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (DIE): 730 telefones de campanha, 600 rádios, 55 criptógrafos e 4 teletipos.

Eram os seguintes os Oficiais de Engenharia afetos às Transmissões:

- Major Arnaldo Augusto da Matta, Chefe do Serviço de Transmissões da DIE;

- Capitão Mario da Silva Miranda, Comandante da Companhia;

- 1º Ten Hélio Richard;

- 1º Tenente Marcelo de Mena Barreto de Barros Falcão;

- 1º Tenente Gernes da Silva Costa;

- 1º Tenente Antônio Carlos Sequeira;

- 1º Tenente Osvaldo Siqueira, Intendente;

- 1º Tenente Hervê Berlandez Pedrosa;

- 1º Tenente Afrânio Viçoso Jardim;

- 2º Tenente Aristides Pereira de Morais.

Os 1º Tenentes Gernes da Silva Costa, Comandante do Grupo Telefônico-Telegráfico, e Afrânio Viçoso Jardim, do Serviço de Transmissões da 1ª DIE, foram feridos em 04 de janeiro de 1945 por estilhaços de obus de artilharia inimiga, que explodiu próximo ao jipe em que viajavam na região de Porreta Terme. Foram evacuados para tratamento de saúde nos EUA.

A 1ª Companhia de Transmissões da 1ª DIE teve mais 12 homens feridos, e os seguintes mortos em campanha:

- 2º Sargento Assad Feres – Radiotelegrafista;

- 3º Sargento Geraldo Santana – Radiotelegrafista;

- Soldado Miguel Francisco Dias – Serviços Gerais;



- Soldado Ulpiano dos Santos – Motorista e Agente de Transmissões.

Entre os Soldados das Telecomunicações da FEB, que mais tarde ingressaram no setor civil, podemos referenciar os que seguem:

- 2º Ten de Artilharia Gustavo Nilo Romero Bandeira de Mello, que na FEB serviu no Grupo de Artilharia, formando-se posteriormente em Comunicações pela Escola Técnica do Exército (EsTEx, atual Instituto Militar de Engenharia), e ao passar para a reserva, como general, foi um colaborador muito próximo do Gen Alencastro, Presidente da TELEBRÁS, tendo sido ainda um dos fundadores do Curso de Engenharia de Telecomunicações da Universidade Federal Fluminense.

- Cap de Artilharia Francisco Augusto de Souza Gomes Galvão, posteriormente Gen Bda ao passar para a Reserva, tendo presidido a

EMBRATEL durante a implantação do sistema básico da empresa.

- 1º Ten de Engenharia Helio Richard, declarado Aspirante a oficial pela escola Militar do Realongo em 1942, tendo cursado a *Eastern Signal Corps School* (EU-A). Foi, durante toda a Campanha, o subcomandante da Companhia de Transmissões da 1ª DIE. Após a FEB, formou-se pela EsTEx em 1949. Ainda

na Ativa, como coronel, exerceu a função de chefe do DENTEL em 1964. Na Reserva, como Gen Bda, integrou os quadros de engenharia da Petrobrás e da Embratel.

- 1º Ten de Engenharia Hervê Berlandez Pedroza, especialista em rádio do Exército, motivo que o levou a integrar a FEB, na qual coube-lhe comandar o Destacamento de Transmissões, com atuação destacada nas ligações da FEB com o Brasil, via rádio. Após a FEB, diplomou-se em Engenharia de Telecomunicações em Stanford.





Como Major, foi Instrutor-chefe dos cursos de especialização de oficiais da então Escola de Transmissões. Passando para a Reserva no posto de coronel, continuou dedicando-se ao setor de telecomunicações, destacando-se nas funções de Secretário Geral do Ministério das Comunicações. Na sua gestão como Diretor de Telégrafos do DCT, foram instaladas sob a coordenação do Cel Jorge Marsiaj Leal as primeiras duas Centrais Telex a operar no Brasil (Rio de Janeiro e Brasília). Ao chegar na Itália, o Tenente Hervê, com a sua habilidade e conhecimento conseguiu modificar um equipamento rádio transmissor de pequena potência na faixa de 3 a 18 MHz SCR-399. Era um equipamento instalado numa carroceria de GMC de 2 1/2 toneladas 4x4, potência da ordem de 400 watts, com o qual, com muita habilidade, poderia transmitir da Europa para o Brasil.

Este transmissor SCR-399 que era operado pelo Tenente Aristides em telegrafia, transmitindo todas as mensagens da Itália para o Brasil, foi utilizado durante toda a guerra

para as Comunicações Itália-Brasil da Força Expedicionária Brasileira, e, posteriormente, na Estação Rádio PTA-2 (Batalhão Suez).

O início dos serviços de comunicação com o Batalhão Suez na Faixa de Gaza deveu-se, ainda, à antiga 1ª Companhia de Transmissões, então comandada pelo Cap Hervê Berlandez Pedroza, que recebeu a missão de instalar uma Estação Rádio no pátio central do Quartel-General (QG) em condições de se comunicar com os comandos das Regiões Militares do Exército.

A estação rádio SCR 399 era chefiada pelo 1º Ten Haroldo Corrêa de Mattos, que um dia viria a ser Ministro das Comunicações, e entre as praças, estava o então Sgt Antônio André, futuro Major André, grande ativista da Casa da FEB, onde ocupou diversos cargos, inclusive de Presidente do Conselho Deliberativo.

Era um serviço inestimável, depois prestado por uma RAD.400, com a ligação diária para o QG do Exército no Rio de Janeiro (a 16.000 km de distância), em grafia



e em fonia, de que toda a tropa se beneficiava.

A estação rádio PTA-2 de Rafah foi chefiada ao longo de 20 contingentes por diversos especialistas, dos quais aqui citamos alguns, nomes importantes da Engenharia Militar: José Antônio de Alencastro e Silva, depois Presidente da CETEL e da TELEBRAS, José Nunes Camargo, Nilo Chaves Teixeira, Helvécio Gilson, depois Presidente da EBT, e Olival Manovanelli Netto, Cap Alcio Barbosa da Costa e Silva, Maj Inf Wilson da Silveira Brito, 1º chefe da PTA-2, e responsável pela sua instalação na Faixa de Gaza. Maj Art Natalino da Silveira Brito, 2º chefe da PTA-2, sendo irmão do anterior. Cap Jorge Marsiaj Leal, 3º chefe da PTA-2, durante o período 1958-1959, e comandante do 3º Contingente do Batalhão Suez que integrava a Força de Emergência das Nações Unidas.

BIBLIOGRAFIA

ANDRÉ, Antônio. *O Brasil na 2ª Guerra Mundial e as Comunicações da 1ª Divisão de Infantaria da FEB na Itália – 1944/45*. Rio de Janeiro: HP Comunicação Editora, 2007.

BARONE, João. 1942. *O Brasil e sua guerra quase desconhecida*. São Paulo: Nova Fronteira, 2013.

CASTELLO BRANCO, Manoel Thomaz. *O Brasil na II Grande Guerra*. Rio de Janeiro: BibliEx, 1960.

LAMARÃO, Benjamim da Costa. *As Comunicações Militares*. Rio de Janeiro: s/d.

MASCARENHAS DE MORAES, João Baptista. *A FEB pelo seu comandante*. Rio de Janeiro: BibliEx, 2005.

OLIVEIRA, Euclides Quandt. *Renascem as Telecomunicações: construindo a base*. Rio de Janeiro: EDITEL, 1992.

SILVA, J. A Alencastro. *Telecomunicações: história para a História*. Rio de Janeiro: EDITEL, 1990.

A Marinha do Brasil na Amazônia Oriental: história, atualidade e perspectivas

Ricardo Jacques Ferreira^a

Resumo: A conquista e a manutenção da Amazônia, devido à sua dimensão, aspectos fisiográficos e dificuldade de circulação, sempre se constituíram como desafio ao Estado brasileiro. Juntamente com o Exército e a Força Aérea, a Marinha do Brasil tem sido, ao longo da história, um vetor essencial para o desenvolvimento de tão importante região do país. O presente artigo, elaborado pelo Comandante do Grupamento de Patrulha Naval do Norte, descortina o papel da força naval brasileira na Amazônia Oriental, em uma perspectiva histórica e analítica, com foco nas principais atividades desenvolvidas pelo 4º Distrito Naval, grande comando naval responsável pela área: patrulha naval, ações cívico-sociais, fuzileiros navais, segurança do tráfego aquaviário, busca e salvamento e hidrografia.

Palavras-chave: Marinha do Brasil, Amazônia, Geopolítica.

INTRODUÇÃO

A Amazônia Oriental é uma região de características peculiares, com concentrações populacionais esparsas e às margens dos rios. A densa cobertura florestal e as características climatológicas dificultam o estabelecimento de rodovias e outros modais terrestres, aumen-

tando ainda mais a importância dos mais de 6.000 km de rios navegáveis para o desenvolvimento econômico e integração dessa região.

A conquista e ocupação desse espaço se deu com o sacrifício de exploradores, lutando contra as adversidades da floresta amazônica, da inexistência de apoio logístico, do clima inóspito e em rios

^a Capitão de Mar e Guerra. Comandante do Grupamento de Patrulha Naval do Norte.



sinuosos e com batimetria variável ao longo do ano. Além disso, o isolamento da região em relação aos grandes centros de Poder criou, ao longo da história, momentos de vulnerabilidade à soberania nacional, demandando a presença da Marinha do Brasil nessa região tão desafiadora.¹ Esse conjunto de fatores tornou necessária a adoção de um planejamento mais eficiente no final do século XIX, para o estabelecimento da presença da Marinha na Amazônia Oriental. Era essencial que os navios pudessem controlar e monitorar a área fluvial, com a capacidade de operar, por longos períodos de tempo, afastados de suas bases.²

Com o passar dos anos, novos desafios surgiram, como o aumento do tráfego aquaviário para o escoamento logístico do agronegócio, os crimes transfronteiriços e ambientais, aumentando as importâncias das tarefas da Autoridade Marítima³ e daquelas afetas à Patrulha Naval.

O aprofundamento dos estudos de segurança no século XXI e o estabelecimento da Amazônia

como área de interesse estratégico⁴ ressaltaram a importância de elaboração de políticas e estratégias cooperativas, levando a Marinha do Brasil a planejar e executar mudanças organizacionais e de processos para enfrentar os novos desafios.

Em virtude deste cenário que ora se vislumbra, visando a ampliar a discussão em torno da nova conjuntura e seus reflexos na Marinha do Brasil (MB), este artigo tem como propósito apresentar três aspectos assim definidos: um breve histórico da evolução da Marinha na Amazônia Oriental, os resultados obtidos à luz dos desafios atuais e as perspectivas para o futuro. Em face da dimensão do assunto, será atribuída ênfase às ações operacionais e afetas à Autoridade Marítima no período de 2016 a 2018.

BREVE HISTÓRIA DA MARINHA NA AMAZÔNIA ORIENTAL

Em 12 de janeiro de 1616, foi fundada a cidade de Belém, sendo



seu marco inicial a construção do Forte do Castelo do Senhor Santo Cristo do Presépio de Belém, uma edificação de pau-a-pique, à margem, do Igarapé Piri na Baía do Rio Guajará. Esta localização já considerava a relevância da navegação fluvial para a vida econômica e defesa do território. Naquela época, a principal preocupação era a disputa por colônias entre as potências europeias, resultando muitas vezes em ataques de corsários holandeses, ingleses e franceses. Assim, optava-se pelo modelo de se defender por meio de fortificações em terra com canhões contra as invasões vindas pelo rio. Alguns navios eram designados pela coroa portuguesa para permanecerem estacionados temporariamente em Belém para se contrapor a eventuais inimigos.

O verdadeiro embrião da Marinha do presente na Amazônia foi a criação, pelo Governador Geral e Capitão-Mor do Maranhão e Grão Pará, Alexandre de Souza Freire, em 1728, da primeira Força-Naval aqui sediada de forma permanente e a fundação, em 1729, de um con-

junto de oficinas para construção e reparo naval, a que se deu o nome de Casa das Canoas⁵, sendo este o primeiro registro de criação dos estaleiros oficiais na Amazônia.

Em 1761, este conjunto de oficinas foi transferido para o Convento São Boaventura, onde passou a se chamar Arsenal de Marinha do Pará. A transferência trouxe mais atribuições, entre elas a construção de navios de guerra de maior porte para operarem em mar aberto. No ápice de sua atividade, na época da Guerra do Paraguai, o Arsenal de Marinha do Pará construiu uma nau armada com 74 canhões, 5 fragatas de 44 canhões, 4 charruas e 12 calupas artilheiras⁶. Nos anos do pós-guerra, o Arsenal se limitou aos reparos nos navios de guerra, que, mais tarde, constituiriam a Flotilha do Amazonas.

Em 1809, como parte das retaliações impostas pela Coroa Portuguesa a Napoleão, foi realizada a primeira Operação Ribeirinha em cenário amazônico, com a Tomada de Caiena, na Guiana Francesa. Na ocasião, percebeu-se a dificuldade de operar com navios que deveriam



ter características duais (atuar em mar aberto e em área fluvial) e afastados dos grandes centros urbanos do Brasil.

Este mesmo afastamento acaba explicando a maior afinidade com as cidades Portuguesas. Por conta do regime de correntes e de ventos era mais fácil chegar à cidade do Porto do que ao Rio de Janeiro.⁷ Tal situação acabou fazendo com que o processo de independência na província do Grão Pará fosse demandou a presença de navios e tropas a fim de garantir a unidade e soberania nacionais, arrastando-se até a adesão do Pará, ocorrida em 15 de agosto de 1823.

Nos anos seguintes, a região norte do país se viu mergulhada num tempo de incertezas e dúvidas, onde a elite local estava dividida sobre o que era realmente ser brasileiro. As camadas mais pobres da sociedade, percebendo a fragilidade da elite local e a estagnação de suas condições sociais mesmo no novo regime, acabaram por tomar parte em movimentos revoltosos, que culminaram com a Cabanagem no período de 1835-1840, já no

período regencial. Mais uma vez, a Marinha participou de forma decisiva, contando, inclusive com a presença de Tamandaré que, à época, tenente, comandava o brigue Cacique. Destacam-se duas missões relevantes, a evacuação do Presidente da província, marechal Manoel Jorge Rodrigues, encurralado no palácio do governo, com oitenta voluntários e dezenas de refugiados e o ataque e a reconquista de Oeiras, último reduto cabano no Pará.

Contudo, mesmo com toda a instabilidade política da região e a despeito da estrutura de reparos e da logística já existente, apenas em 1861 a cidade de Belém recebeu o *Pirajá*, 1º navio a ser estacionado permanentemente na cidade. Até então, os navios eram enviados em expedições de períodos variáveis, retornando às suas sedes em seguida. O *Pirajá* recebeu entre outras missões a de navegar e explorar os rios Negro, Madeira e Purus.

No período de 1861 a 1866, a Marinha Imperial se dedicou a explorar os rios da bacia amazôni-



ca, em um trabalho pioneiro e em condições muito adversas.

A abertura do rio Amazonas para a navegação internacional, em 1866, após anos de pressões externas e de batalhas diplomáticas⁸ deixava latente a necessidade de povoar a região e de maior detalhamento estratégico para ocupação militar. A Marinha decidiu, então, criar a Flotilha do Amazonas em 1866, com sede em Manaus, reforçando a importância da presença de meios navais na região.

Com a eclosão das Grandes Guerras Mundiais no século XX, tornou-se necessário reavaliar o posicionamento estratégico das bases de apoio logístico e, já na década de 1920, a conclusão apontava para a localização estratégica do porto de Belém. Contudo, por restrições orçamentárias, apenas em 1950, as oficinas do Arsenal da Marinha do Pará foram finalmente transferidas para a Base Naval de Val-de-Cães, tornando-se responsável pelo reparo dos navios, e por prover um local adequado para a permanência dos navios. As antigas instalações do Arsenal passaram a ser ocupa-

das pelo Comando do 4º Distrito Naval (Com4ºDN).

O aumento das instalações de terra e a percepção da importância das operações ribeirinhas fizeram com que a MB decidisse por incrementar o efetivo de Fuzileiros Navais na área, passando a contar, em 1959, com o Grupamento de Fuzileiros Navais de Belém, com instalações iniciais junto ao prédio do Com4ºDN.

Em 1974, a necessidade de criar um grupo de navios com capacidade de operar tanto nos rios como no mar levou à criação do Grupamento Naval do Norte a partir da antiga Flotilha do Amazonas. A partir de então, passou à responsabilidade do Grupamento a área fluvial abrangida pelo rio Amazonas e seus afluentes desde Juruti até a foz, além do arquipélago do Marajó e os litorais do Amapá, Pará, Maranhão e Piauí.

As décadas de 70 e de 80, na Amazônia, foram marcadas pela dualidade do emprego das Corvetas e dos Navios Patrulha Fluviais. Durante anos, estes meios foram a marca da presença na região, seja



na realização de Patrulhas como nas ações de assistência hospitalar, quando, então, passaram a ser conhecidos como “Navios da Esperança”.⁹

Os Anos 1980, entretanto, trouxeram uma novidade, a chegada dos Navios de Assistência Hospitalar, possibilitando um atendimento de melhor qualidade e mais específico para a população ribeirinha e comunidades indígenas isoladas. Muitos brasileiros passaram a ver esses navios como a representação da presença do Estado na Amazônia.

A década de 90 foi marcada pelo impacto da aquisição dos novos Navios-Patrulha para o Grupamento Naval do Norte. Os navios-patrulha Classe "Grajau" e os Classe "Bracuí" trouxeram um novo sopro de vida e substituíram as heroicas Corvetas Classe "Imperial Marinheiro" após mais de 50 anos de serviço. A chegada desses navios trouxe inovações tecnológicas consideráveis para a região, além de combinar velocidade e autonomia, permitindo que a Marinha atuasse com mais flexibilidade nos

binômios Rio-Mar e Patrulha-Busca e Salvamento.

No início do século XXI e, em consonância com o crescimento econômico que se apresentava, a Marinha iniciou os estudos do Plano de Articulação e Equipamentos da Marinha do Brasil (PAEMB), em decorrência disso, em 2016, o Grupamento de Fuzileiros Navais de Belém foi elevado a 2º Batalhão de Operações Ribeirinhas, possibilitando maior capacidade operacional ao Comando do 4º Distrito Naval, seja para as operações ribeirinhas, para atuação em portos e instalações de interesse ou para Garantia da Lei e da Ordem (GLO).

Por fim, em 2017, a intensificação do tráfego aquaviário e a evolução da logística para atender ao agronegócio e à atividade mineradora tornaram necessária a criação do Centro de Hidrografia e Navegação do Norte, aumentando a capacidade de levantamentos hidrográficos da Marinha na região.



A MARINHA NA AMZÔNIA ORIENTAL

Movida pela latente necessidade regional, a estrutura da MB foi sendo aperfeiçoada, como apresentado anteriormente, culminando com a criação, em 1940, do Comando Naval do Amazonas, posteriormente denominado Comando Naval do Norte (1942), até receber, em 1945, a atual denominação de Comando do 4º Distrito Naval.

Desde então, a presença da Marinha na Amazônia foi-se afirmando, contribuindo para a preservação da soberania nacional, resgatando a cidadania e levando apoio de toda sorte às populações ribeirinhas.

Hoje, são realizadas as tarefas de patrulha do mar e dos rios, de inspeção naval, de operações ribeirinhas, de assistência às populações ribeirinhas, de formação de pessoal, de incremento da segurança da navegação e da salvaguarda da vida humana no mar, o que resulta na integração da Marinha com as populações dos Estados do Pará, Maranhão, Piauí e Amapá,

com especial atenção às suas comunidades marítima e fluvial.

A área de jurisdição do Com4ºDN ocupa aproximadamente 23,6% de todo o território nacional, apresentando características marítimas e fluviais singulares. Engloba os Estados do Pará, Maranhão, Piauí e Amapá, este último possuindo uma significativa extensão de fronteira com a França (Guiana Francesa). Encontra-se sob sua responsabilidade uma área marítima de, aproximadamente, 180.000 MN², às quais se somam mais de 3.000 milhas fluviais interiores navegáveis, dimensões essas que dificultam o cumprimento das atividades operativas e de adestramento, bem como as demais tarefas atribuídas. Cabe ainda destacar as distâncias observadas entre os diversos pontos de atuação que geram dificuldades logísticas de toda ordem. Outro aspecto relevante é o baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos Estados abrangidos, evidenciado pela carência da população assistida quer no aspecto social quer no aspecto econômico.



Fig 2 – Quadro de atividades desenvolvidas dentro de cada macroprocesso
Fonte: Planejamento Estratégico do Comando do 4º Distrito Naval (PEO-Com4ºDN)

A seguir apresentaremos as principais conquistas em face dos desafios atuais ao longo do biênio 2016-2018.

PRINCIPAIS CONQUISTAS

a) Patrulha naval

A atividade de Patrulha Naval é realizada pelos 7 navios do Comando do Grupamento de Patrulha Naval do Norte (ComGptPatNavN) e é regulamentada pelo Decreto nº 5.129, de 6 de julho de 2004 e por documentos específicos da Mari-

nha do Brasil. A Patrulha Naval tem a finalidade de implementar e fiscalizar o cumprimento de leis e regulamentos, em águas jurisdicionais brasileiras, na Plataforma Continental brasileira e no alto-mar, respeitados os tratados, convenções e atos internacionais ratificados pelo Brasil.

Em mar aberto, a principal preocupação tem sido a verificação da presença de embarcações pesqueiras estrangeiras ou de outras envolvidas na atividade de pesquisa e de exploração de petróleo que



não estejam autorizadas a atuarem na região. Além disso, há a preocupação com a pesca em áreas não autorizadas (unidades de conservação) e desrespeitando os períodos de defeso. Entretanto, nos últimos anos tem sido observada a presença de veleiros¹⁰ e até o registro de um caso único de um semisubmersível autopropulsado¹¹ envolvidos no tráfico de entorpecentes, além de embarcações envolvidas em contrabando e descaminho.

Já nas hidrovias interiores, as maiores atenções estiveram, por anos, voltadas para as infrações à Lei da Segurança do Tráfego Aquaviário. Contudo, a baixa presença do Estado na Amazônia Oriental criou um ambiente propício para os crimes ambientais e para os ilícitos transnacionais, aumentando a carga de trabalho dos órgãos federais. Este cenário tornou-se ainda mais complicado com a crise econômica vivida pelo país desde 2015.

Em função das novas atribuições estabelecidas pelo Decreto de Patrulha Naval e pelos novos desafios já citados, o Com4ºDN estabeleceu algumas estratégias para o enfrentamento desses problemas. Dentre elas, buscou-se empregar os navios de forma mais eficiente, sempre convidando outros órgãos federais para embarque, conferindo caráter interagencial às Patrulhas Navais. Além disso, a utilização de inteligência por meio de imagens satélites e do levantamento de áreas de concentração de barcos de pesca permitiu a otimização dos recursos seja para o cumprimento das tarefas da MB como em atendimento a outros órgãos.

O quadro a seguir (Fig.3) mostra que mesmo com o corte orçamentário, a atividade de Patrulha Naval conseguiu aumentar seus indicadores de eficiência, tendo conseguido até agosto de 2018 apreender mais de 9.600 m³ de madeira transportada ilegalmente.

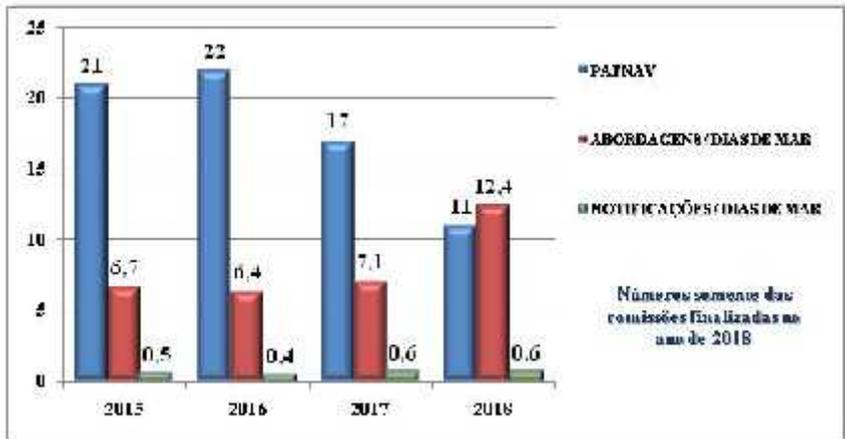


Fig 3 - Quadro Orçamentário

Fonte: Levantamento Estatístico realizado por este autor com apoio da Seção de Operações do ComGptPatNavN

b) Ações Cívico Sociais

A cessação do repasse de recursos do Governo do Estado do Pará no convênio firmado com a MB limitou a atuação do Navio-Auxiliar *Pará* no atendimento às comunidades ribeirinhas. Adicionalmente, a obsolescência dos propulsores tornava o navio lento e pouco confiável, demandando a atuação do Com4ºDN para o enfrentamento dessas questões.

A solução dos dois problemas passou pela busca de novos parcei-

ros e do envolvimento de parlamentares na busca de emendas que pudessem reverter a situação orçamentária, possibilitando que o navio pudesse operar.

Assim, foram estabelecidos novos convênios com órgãos públicos do Amapá¹² em 2016 e com o Ministério da Justiça¹³, por meio dessas parcerias, a Marinha ampliou a gama de serviços prestados à sociedade, não se limitando apenas à assistência hospitalar, mas levan-



do justiça e cidadania às comunidades ribeirinhas.

Em paralelo, a busca por emendas parlamentares também surtiu efeito e o navio recebeu no biênio 2017/2018 R\$ 1.400.000,00, que somados aos recursos orçamentários da MB permitiram a retomada das operações e a conclusão da remotorização do navio.

ção de Operações Ribeirinhas por meio da realização do I Simpósio de Operações Ribeirinhas na Amazônia Oriental, A iniciativa permitiu a reavaliação de procedimentos operativos e o treinamento do planejamento segundo a Doutrina. Enquanto isso eram efetuados novos embarques de pessoal de forma a garantir o efetivo necessário para

Serviço	2017	2018
Consultas médicas	1.399	2.219
Exames laboratoriais	1.350	3.705
Mamografia	47	685
Procedimentos odontológicos	2.874	7.357
Medicamentos distribuídos	21.916	42.195
Serviços de Justiça	3.554	2.757

Fig. 4 – Estatística de Atendimentos

Fonte: Levantamento Estatístico realizado por este autor com apoio da Seção de Logística do ComGptPatNavN

A Fig.4 apresenta uma estatística resumida dos atendimentos realizados.

c) Fuzileiros Navais

Em 2016, deu se início à retomada da capacidade de realiza-

a ativação do 2º Batalhão de Operações Ribeirinhas (2ºBtlOpRib).

Ainda em 2016, os Fuzileiros foram empregados na Campanha ZIKA ZERO e em Garantia da Lei e da Ordem durante as eleições em São Luís-MA. Estas operações



serviriam como teste final para a conclusão da elevação do Grupoamento a Batalhão.

Em 2017, o 2ºBtlOpRib iniciou sua participação no Programa Forças no Esporte (PROFESP), aumentando sua interação com a sociedade local e contribuindo para a formação de crianças e adolescentes.

Ainda no mesmo ano, o Batalhão participou da RIBEIREX 2017¹⁴ na região do médio Amazonas em conjunto com o ComGptPatNavN. Na oportunidade, empregaram-se pela primeira vez os cães de guerra recebidos.

Ressalta-se ainda a participação anual dos Fuzileiros Navais na segurança da procissão terrestre do Círio de Nazaré.

d) Segurança do Tráfego Aquaviário

No que compete às atribuições da Autoridade Marítima, no biênio 2016-2018, foram realizadas comissões de Patrulha Naval (PATNAV) e Inspeção Naval (IN), além da Fiscalização do Tráfego Aquaviário (FTA). Essas ações visaram

à fiscalização do cumprimento de leis e regulamentos nas águas jurisdicionais do Com4ºDN, tendo sido obtidos os seguintes números:

Pode-se notar que, mesmo com as restrições orçamentárias vigentes, o número de embarcações abordadas tem aumentado, resultado de ações estratégicas por meio do posicionamento das lanchas das capitânicas e dos navios do ComGptPatNavN em pontos focais do tráfego fluvial, como no caso do Pontão na entrada de Santarém, do recém criado posto avançado da Capitania dos Portos da Amazônia Oriental (CPAOR) no furo do Arrozal e do emprego de navios no Carnapijó. Trata-se de uma conquista relevante em função do aumento do tráfego aquaviário, causado principalmente pelo aumento do escoamento da produção do agronegócio¹⁵.

Outra conquista foi o estabelecimento, em 2017, do Fórum Permanente de Segurança do Tráfego Aquaviário da Amazônia Oriental com o propósito de analisar as questões relativas à segurança da navegação, à salvaguarda da



Fig. 5 - Fiscalização do cumprimento de leis e regulamentos nas águas jurisdicionais do Com4ºDN

Fonte: Levantamento Estatístico realizado por este autor com apoio da Seção de Operações do Com4ºDN

vida humana nas águas e à prevenção da poluição hídrica nas águas interiores do Arquipélago do Marajó e da região lindeira dos rios Pará e Guamá no que diz respeito ao transporte fluvial. Uma vez mais a palavra sinergia foi fundamental para a resolução de uma questão envolvendo diversos órgãos e agências. A partir das reuniões do Fórum, foram planejadas diversas ações de fiscalização conjunta, além do estabelecimento de procedimentos comuns e do lançamento de bases para assinatura de convênios entre a MB e agências regula-

doras para a fiscalização do tráfego aquaviário.

As parcerias também foram a resposta para a continuidade dos cursos do Ensino Profissional Marítimo, evitando que houvesse redução dessa atividade em função da escassez de recursos.

Todas as Comissões, sejam de PATNAV/IN ou ACiSo, intensificaram as atividades do plano de enfrentamento para erradicação do acidente de escalpelamento, havendo a instalação gratuita de coberturas de eixo padronizadas em embarcações, além de palestras



educativas e distribuição de material de divulgação para as populações ribeirinhas, a fim de orientá-las sobre os riscos do acidente.

Por fim, acrescenta-se o início da construção da Divisão Operacional da Capitania dos Portos do Amapá no Oiapoque. A alta administração naval já tinha ciência da necessidade de presença permanente da MB no Oiapoque por se tratar de uma área de fronteira, com intenso tráfego fluvial e com o registro de crimes transfronteiriços.¹⁶ Com essa nova instalação, a

MB poderá intensificar as Inspeções Navais, disponibilizar serviços cartoriais e cursos do Ensino Profissional Marítimo.

e) Busca e Salvamento

O Com4ºDN também atua como SALVAMAR NORTE, cuja tarefa é salvaguardar a vida humana no mar e hidrovias interiores nas suas águas jurisdicionais. Os quadros a seguir apresentam um resumo das ocorrências no biênio 2016-2018 (Fig.6):

Apesar do número de casos de

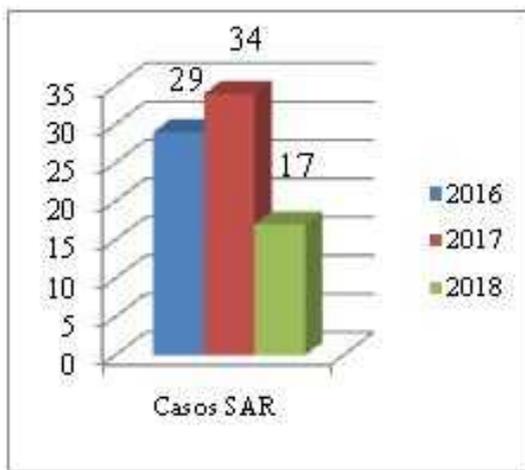


Fig. 6 - Resumo das ocorrências no biênio 2016-2018

Fonte: Levantamento Estatístico realizado por este autor com apoio do SALVAMAR NORTE (Com4ºDN)



busca e salvamento se manter em torno de 30, observa-se uma flutuação nos custos envolvidos, decorrentes de diversos fatores envolvidos, como duração da missão, distância do local do incidente até uma organização militar da estrutura do SALVAMAR, bem como o tipo de navio empregado. Em 2018, houve pouca necessidade de emprego de navios e aeronaves, reduzindo consideravelmente os custos envolvidos com o emprego prioritário das lanchas das capitânicas dos portos.

Observou-se, ainda, um significativo número de acidentes fatais pela falta ou uso indevido dos coletes salva-vidas. O Com4ºDN tem organizado campanhas de doações de coletes salva vidas para comunidades carentes, bem como tem coordenado a interação entre as diversas esferas do poder público para a adoção de políticas de estado voltadas para a segurança da navegação, como, por exemplo, audiências públicas realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Pará e as ações em campanhas educacionais junto às Secretarias

de Educação de Santarém e Macapá.

f) Hidrografia

A ativação do Centro de Levantamentos e Sinalização Náutica da Amazônia Oriental em 2015, posteriormente denominado CHN-4 em 2017 trouxe a atividade hidrográfica para novo patamar. Com essa mudança, o processo de correção das cartas náuticas tornou-se mais célere, passando a ser realizada por uma OM local por meio de uma reestruturação de pessoal, equipamentos e informatização de bancos de dados com recursos obtidos pelo orçamento da MB e, em grande parte, provenientes de acordos de cooperação técnica entre a Companhia Docas do Pará (CDP) e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Esta celeridade foi fundamental para permitir que a MB acompanhasse a rápida evolução do transporte de cargas na região.

Ao longo do biênio 2016-2018, o Comando do 4º Distrito Naval, por intermédio do CHN-4, apoiado por seus quatro navios



subordinados, realizou levantamentos hidrográficos na Amazônia Oriental, totalizando 6884 km² de águas interiores navegáveis hidrografadas. Aliado à constante atualização cartográfica náutica, 863 sinais foram inspecionados, sendo que 70 sinais fixos e 793 sinais flutuantes sofreram manutenção, buscando assegurar uma navegação mais segura na Bacia Amazônica.

Ao longo do ano, buscou-se otimizar o emprego das aeronaves do Esquadrão HU-3, a fim de facilitar a inspeção e manutenção dos faróis em toda a área de jurisdição, tendo sido realizadas cinco operações deste tipo.

Ampliando a estratégia de parcerias para captação de recursos, o Com4^oDN firmou um novo convênio de R\$ 6,8 milhões em 5 anos com o DNIT, visando o incremento na conscientização anti-vandalismo dos sinais náuticos por meio de campanhas educativas, gerar produtos cartográficos na área dos estreitos, Tapajós e Tocantins e obter informações a respeito das condições de navegação

das hidrovias para divulgação na Radio Marinha.

Além disso, há mais um convênio com o DNIT para levantamento hidrográfico do canal Grande do Curuá, na barra Norte do rio Amazonas e para manutenção do balizamento ali existente, com o recebimento de R\$ 5,9 milhões em 30 meses. Ressalta-se o ineditismo do emprego do Navio de Apoio Oceânico (NAPoc) *Iguatemi* com militares do CHN-4 para a realização de campanhas hidrográficas.

Por fim, a Associação dos Terminais Portuários e Estações de Transbordo de Cargas da Amazônia (AMPORT) contratou a MB, por meio da Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON) para a supervisão técnica de estações meteoceanográfica e maregráfica com disseminação de informações via mensagens de texto por telefonia celular e outros serviços, que viabilizará a navegação segura no canal do Quiriri, incrementando a atividade econômica da região e permitindo o acesso de navios de maior calado e capacidade de carga ao porto de Vila do Conde, tornan-



do-o ainda mais competitivo para atender a demanda internacional.

PERSPECTIVAS E CONCLUSÃO

Em que pese a crise econômica, o agronegócio¹⁷ e a atividade de mineração¹⁸ continuam e expansão, aumentando a demanda da autoridade marítima para a fiscalização da segurança do tráfego aquaviário e para a atualização das cartas náuticas e manutenção dos auxílios a navegação. A solução do problema das infrações à LESTA passará obrigatoriamente pela intensificação das campanhas educativas por meio de parcerias com os governos locais e com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e pela atuação em conjunto com as Secretarias de Segurança Pública Estaduais buscando o enquadramento no código penal dos casos mais graves. Já a questão da condução dos novos levantamentos hidrográficos para a atualização das cartas passará obrigatoriamente pelo estabelecimento

de convênios com o DNIT e de parcerias com entidades privadas. A continuidade do processo de ampliação do calado para navegação nos rio Pará e na barra norte do rio Amazonas e a conclusão das obras de derrocamento do Pedral do Lourenço¹⁹ no rio Tocantins consolidarão ainda mais a posição do arco norte como hub logístico no Brasil.

O incremento no tráfego aquaviário também poderá provocar um aumento na atividade de busca e salvamento, considerando-se o aumento do número de embarcações na região devido ao aumento da carga transportada. Adicionalmente, resolvendo-se as questões ambientais²⁰ na margem equatorial, a exploração de petróleo no mar poderá finalmente chegar região, instalando-se a uma distância de mais de 400 MN de Belém. Para enfrentar tal desafio a MB está recebendo um novo navio o Navio de Apoio Oceânico *Iguatemi*, com grande autonomia e elevada capacidade de salvamento. Além disso, as tratativas para o recebimento das aeronaves UH-15 avançam para



que, em breve, seja ativado um esquadrão de helicópteros em Belém, conferindo mais agilidade e flexibilidade na condução das operações de busca e salvamento.

Entretanto, o aumento da apreensão de entorpecentes na região da Amazônia Oriental e da ocorrência de roubos de carga e de passageiros nas embarcações²¹ podem constituir ameaças ao desenvolvimento econômico e à segurança pública. A MB tem agido na região dentro do previsto no marco jurídico brasileiro²², realizando PATNAV sempre com a presença de órgãos como PF, Secretaria da Receita Federal (SRF), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e até órgãos públicos estaduais, intensificando-se também a troca de inteligência entre todas as instituições envolvidas. Tornou-se também mandatório aumentar a presença na região dos Estreitos e na faixa de fronteira, seja por meio de ações de fiscalização como pela presença do Estado por meio do Navio-Auxiliar *Pará*,

levando saúde, cidadania e justiça às comunidades ribeirinhas.

Enfim, a vastidão da Amazônia Oriental com suas características específicas, que geram óbices logísticos de difícil transposição e a perspectiva de manutenção da atual situação orçamentária²³ continuarão exigindo uma abordagem sinérgica para o enfrentamento dos desafios na região, estimulando ações cooperativas e de integração entre os órgãos públicos das diferentes esferas.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. *Anuário Estatístico 2017*. Agência Nacional de Transportes Aquaviários. Brasília, DF, 2017, Disponível em: http://portal.antaq.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/20180112_Anuário_2017_v4-4-versão-final.pdf. Acesso em 30 ago. 2018.

BRASIL. *Decreto n. 6.703 de 18 de dezembro de 2008*. Aprova a Estratégia Nacional de De-



fesa, e dá outras providências. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, DF, 19 dez. 2008, Seção 1, p. 4, Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/eventos_temporarios/2009/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf>. Acesso em 26 mar. 2010.

BRASIL. *Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2018*. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019 e dá outras providências.. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, DF, 15 ago. 2018, Seção 1, p. 1.

FARIAS, William Gaia; PEREIRA, Pablo Nunes. A Marinha de Guerra na Amazônia: atuação e questões de modernização técnica (final do século XIX e início do XX). *Revista Navigator*. Rio de Janeiro, p.55 a 56, ago. 2014.

LOPES, Thoríbio. *Arsenal de Marinha do Pará: sua origem e sua história*. Belém: [s/ed], 1945.

MARTINS, Helio Leôncio. As Glórias da Marinha Imperial. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v. 4, p. 83 a 85, out./dez. 2006.

MESQUITA, João Lara. *Embarcações típicas da costa brasileira*. São Paulo: Terceiro Nome, p.65, 2009.

NOGUEIRA, Domingos Savio Almeida. *A Marinha na Amazônia Ocidental*. Rio de Janeiro: Centro de Comunicação Social da Marinha, p. 15, 2016.

PALM, Paulo Roberto. *Abertura do Rio Amazonas à Navegação Internacional e o Parlamento Brasileiro*. Brasília, p. 15-29, 2009.

RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. *Tempo*, v. 11. Revista do Departamento de História da UFF. Rio de Janeiro, 2006, p. 15-40.

RODRIGUES, João Augusto. *Os Navios da Esperança*. Rio de Janeiro: Action, 2009, p.45-63



VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. A Missão das Forças Armadas para o Século XXI. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 10/12, p. 101 a 115, out./dez. 2004..

¹ A Marinha teve participação fundamental na adesão do Pará à Independência em 1823 (MARTINS, 2006) e no enfrentamento da Cabanagem em 1835.

² NOGUEIRA, Domingos Savio Almeida. *A Marinha na Amazônia Ocidental*. Rio de Janeiro: Centro de Comunicação Social da Marinha, p. 15, 2016.

³ A Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, revogou a Lei Complementar nº 69/91, mantendo as mesmas atribuições subsidiárias da Marinha, e definindo a "Autoridade Marítima".

⁴ BRASIL. *Decreto n. 6.703 de 18 de dezembro de 2008*. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, DF, 19 dez. 2008, Seção 1, p.4, Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/eventos_temporarios/2009/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf>. Acesso em 26 mar. 2010.

⁵ MESQUITA, João Lara. *Embarcações típicas da costa brasileira*. São Paulo: Terceiro Nome, p.65, 2009.

⁶ LOPES, Thoríbio. *Arsenal de Marinha do Pará: sua origem e sua história*. Belém: [s/ed], 1945.

⁷ RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. *Tempo*, v. 11. Revista do Departamento de História da UFF. Rio de Janeiro, 2006, p. 15-40.

⁸ PALM, Paulo Roberto. *Abertura do Rio Amazonas à Navegação Internacional e o Parlamento Brasileiro*. Brasília, p. 15-29, 2009.

⁹ RODRIGUES, João Augusto. *Os Navios da Esperança*. Rio de Janeiro: Acticon, 2009, p.45-63

¹⁰ Em 2012, Uma operação da Polícia Federal (PF) e da Capitania dos Portos do Piauí apreendeu 270 kg de cocaína em um veleiro no litoral do Piauí

¹¹ Em 2015, a Polícia Civil do Pará apreendeu um semisubmersível na região de Vigia, no nordeste do Pará.

¹²

<http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2016/11/navio-da-marinha-vai-levar-servicos-de-saude-e-justica-para-o-interior-do-ap.html>

¹³

<http://www.cnj.jus.br/noticias/judicia>



rio/84916-de-navio-juizes-federais-julgam-1-6-mil-processos-na-ilha-de-marajo

¹⁴ <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/operacao-ribeirex-da-marinha-do-brasil-inicia-no-rio-amazonas.ghtml>

¹⁵ Em 2017, os portos públicos tiveram crescimento de 6,3% e terminais de uso privado de 9,3%, movimentando um total de 1,086 bilhão de toneladas. Destaque para o Arco Norte, que movimentou 51,2 milhões de toneladas, aumento de 80% (BRASIL, 2017)

¹⁶ Durante a Operação AGATA 10 Uma operação conjunta entre a Marinha do Brasil e a Polícia Federal (PF) resultou na detenção de 61 imigrantes ilegais que tentavam entrar na Guiana Francesa.

¹⁷

<https://revistagloborural.globo.com/Colunas/caminhos-da-safra/noticia/2018/04/arco-norte-deve-exportar-ate-50-da-soja-de-mato-grosso-em-cinco-anos.html>

¹⁸

<http://revistamineracao.com.br/2018/06/11/empresas-chinesas-planejam-investimentos-no-para/>

¹⁹

<http://www.dnit.gov.br/noticias/dnit->

apresenta-acoes-do-derrocamento-do-pedral-do-lourenco-em-maraba-pa

²⁰

<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/expedicao-descobre-corais-dentro-de-area-destinada-a-exploracao-de-petroleo-na-costa-do-amapa.ghtml>

²¹

<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,custo-com-ataques-de-piratas-vai-direto-para-o-frete,70001901537>

²² VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. A Missão das Forças Armadas para o Século XXI. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 10/12, p. 101 a 115, out./dez. 2004.

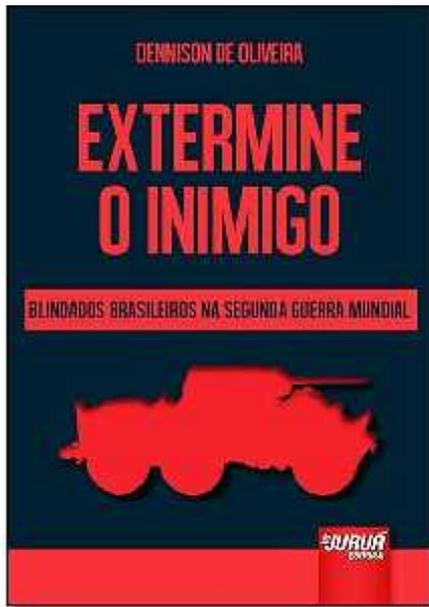
²³ Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 prevê o menor orçamento para custeio e investimento em 12 anos, com valor abaixo de R\$ 100 bilhões (BRASIL, 2018).

RESENHA

Extermine o inimigo: blindados brasileiros na Segunda Guerra Mundial¹

Dennison de Oliveira

OLIVEIRA, Dennison. *Extermine o inimigo: blindados brasileiros na Segunda Guerra Mundial*. Curitiba: Juruá, 2015.



¹ Resenha elaborada pelo Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz.

A criação e manutenção de forças blindadas para fins militares envolve considerável montante de recursos financeiros, materiais e humanos. O uso de blindados nos campos de batalha só poderá ser eficaz se houver estreita coordenação com outras unidades militares, implicando na aquisição de experiência que somente o combate real, ou extensos períodos de treinamento podem proporcionar.

O livro se dedica a examinar o período formativo da primeira divisão blindada brasileira à época da Segunda Guerra Mundial e, simultaneamente, o emprego em combate nos campos de batalha da Campanha da Itália do esquadrão de Cavalaria da Força expedicionária Brasileira, única unidade de blindados a lutar naquele conflito.

No entendimento de ambos os fenômenos, são analisados e interpretados aspectos como a motorização do exército Brasileiro, a natureza da aliança militar firmada entre Brasil e Estados Unidos da América e a mudança tecnológica que afetou o desenvolvimento desse tipo de armamento.

O professor Dennison de Oliveira é pós-Doutor em Estudos estratégicos pela Universidade Federal Fluminense. Doutor em Ciências Sociais e Mestre em Ciência Política pela Universidade estadual de Campinas. Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal do Paraná. Atua nos programas de pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná.

Publicou os livros *Os soldados brasileiros de Hitler*, *Os soldados alemães de Vargas*, *O túnel do tempo: um estudo de História e audiovisual*, *História e audiovisual no Brasil do século XXI* e *Aliança Brasil-EUA: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial*.

